

HÉLÈNEMARIE DIAS FERNANDES

**A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ - MS NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

HÉLÈNEMARIE DIAS FERNANDES

**A (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ - MS NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - *Mestrado Acadêmico*, como pré-requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2009**

Ficha catalográfica

Fernandes, Hélènemarie Dias

F363r A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto
geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local /
Hélènemarie Dias Fernandes; orientadora Maria Augusta de
Castlho, 2009.

148 f.: + anexos

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) -
Universidade Católica dom Bosco. Campo Grande, 2009

1. Patrimônio cultural - Preservação - Corumbá, MS 2.
Desenvolvimento local I. Castilho, Maria Augusta de

CDD -363.69098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 19 / 08 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Maria Augusta de Castilho
Profª Drª Maria Augusta de Castilho - orientadora
Universidade Católica Dom Bosco

Eduardo Abdo Yázigi
Prof Dr Eduardo Abdo Yázigi
Universidade de São Paulo

marcelo marinho
Prof Dr Marcelo Marinho
Universidade Católica Dom Bosco

Dedico este estudo:

- Aos meus amores, meus filhos, Albano Fernandes Sahib e Jordana Fernandes Sahib (*in memoriam*), pela dádiva que fazem em minha vida. Pela cumplicidade e compreensão pelos momentos ausentes em que me dediquei aos estudos, abdicando-os por diversas vezes da minha companhia. Pelo amor, paciência, incentivo e orgulho mútuo e pactuado em apoio ao nosso crescimento. Acima de tudo por terem me proporcionado a complexidade e plenitude da maternidade.
- À memória de meus pais, Roseanne e João Fernandes (*in memoriam*) especialmente pela doação de um DNA permeado pela resiliência.

AGRADECIMENTOS

- A Deus por me ter concedido a coragem, o entusiasmo, para finalizar o mestrado mesmo em meio aos acontecimentos impostos pela vida durante esta trajetória.
- A minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho, pelo carinho, incentivo, compreensão, paciência e orientação segura, concedendo-me a oportunidade de aprendizado proporcionada e, acima de tudo, pela descoberta de uma importante amizade.
- Aos meus irmãos Annemarie, Janmarie, Rosemarie e João Fernandes Filho, pelo afeto e apoio em todos os momentos.
- Às irmãs “afetivas”, Maria Elisa Antunes, Márcia Augusta Panovicht e Ocyanide Rolim, pela parceria incondicional nas concomitantes trajetórias que a vida me impôs.
- Às amigas Isabelli Bueno e Claudia Ribeiro que me deram o suporte essencial nas ausências profissionais.
- À amiga Léa Maria Calábria pelo acervo paterno disponibilizado, pelo estímulo, disponibilidade, encorajamento e religiosidade concedidos nesse caminhar pessoal e acadêmico.
- À Professora Mestra Ana Cláudia Gonzaga pela ternura e apoio na construção metodológica informal, permeada de inteligentes trocas de saberes e discussões.
- À Professora Mestra Roosiley dos Santos Souza pelo incentivo a continuidade da trajetória acadêmica e valorosa amizade.

- Aos entrevistados narradores Alan de Castro, Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo, Carlos Adalberto Pereira Porto, Daniela Hipólito, Franklin Melo, Gustavo Malheiros Gaertner, Juliano Borges, Orozimbo Decenzo, Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas.
- Ao coordenador técnico do Programa Monumenta/Ministério da Cultura (Brasília-DF), Marco Antonio de Faria Galvão que prontamente colaborou com o envio de documentos e pareceres.
- À engenheira e gestora do programa Monumenta em Corumbá, Tânia Schochalewicz Dantas, pela disponibilidade em colaborar com as informações sobre o Programa Monumenta e o seu encaminhamento na cidade.
- À chefe do escritório do IPHAN em Corumbá, Silvia Cedron, pela disposição e cedência de material em apoio ao trabalho.
- A todos os professores do programa do mestrado que por meio de um intenso intercâmbio de experiências, me permitiram acumular conhecimentos que muito me ajudaram a realizar este trabalho.
- À secretária Ariane de Lima Zarate pela pronta disposição no atendimento acadêmico na Universidade Católica Dom Bosco.
- Aos colegas do mestrado pela convivência.
- A todos que, direta ou indiretamente e de alguma forma, me auxiliaram nesta desafiante caminhada.

“Narrar o passado deveria ser um direito estendido a todos os homens. Aqueles que partem sem ter o heroísmo de sua biografia reconhecido por um ouvinte, deixam a impressão de ter morrido duas vezes. Uma vida é vivida quando narrada”.

Fernando Frochtengarten (2005)

RESUMO

Este estudo versa sobre desenvolvimento local, estimulado a partir da história regional, focado na memória social de sujeitos que vivenciam e participam das transformações decorridas na área tombada do patrimônio cultural do Porto Geral de Corumbá, Mato Grosso do Sul e que, atualmente, se encontra em processo de (re)territorialização do espaço. A pesquisa foi permeada com investigações de arquivos e obras impressas referentes ao patrimônio cultural do Porto Geral - MS. Priorizou-se neste trabalho, como fonte de pesquisa qualitativa, a narrativa dos agentes sociais, e especialmente, a memória dos moradores estabelecidos há mais tempo na cidade. O questionamento que permeou a pesquisa focou-se em responder como se encontra a comunidade-localidade da área de estudo no processo de inclusão e/ou exclusão, ou ainda, como se fazem incluir os habitantes do lugar para efeito de implementação da relação com o desenvolvimento local, visando à endogeneização do desenvolvimento.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Comunidade. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study it is on local development, stimulated from regional history, focado in the social memory of citizens that they live deeply and they participate of the passed transformations in the overthrown area of the cultural patrimony of the General Port of Corumbá, Mato Grosso of the South, that currently meets in process of (reverse speed) territorialização of the space. The research was permeada with inquiries of archives and workmanships referring printed to the cultural patrimony of General Port - MS. It was prioritized in this work as source of qualitative research, the narrative of the social agents, and especially the memory of the established inhabitants has more time in the city. The questioning that permeou the research was focou in answering was as if it finds the community-locality of the area of study in the process of inclusion and/or exclusion, or still, as they become to include the inhabitants of the place for effect of implementation of the relation with the local development aiming at the endogeneizaçao of the development.

Key-words: Cultural patrimony. Community. Local development

LISTA DE FOTOS

Foto 1	- Imagem aérea do Pantanal do Rio Paraguai	37
Foto 2	- Maquete das Missões Jesuítas exposta no Museu de História do Pantanal.....	42
Foto 3	- Diorama de uma cena da vida dos indígenas Bororo, exposta no Museu de História do Pantanal.....	43
Foto 4	- Maquete do Forte Coimbra exposta no Museu de História do Pantanal	47
Foto 5	- Maquete da 1 ^a força pantaneira expedicionária Museu de História do Pantanal.....	51
Foto 6	- Porto Geral de Corumbá do início do século XX	55
Foto 7	- Ponte sobre o rio Paraguai.....	80
Foto 8	- Barco-Hotel na orla do Porto Geral.....	85
Foto 9	- Vista aérea da parte baixa da cidade no Porto Geral de Corumbá onde se situam áreas e imóveis públicos e privados tombados	101
Foto 10	- Imagem de prédio tombado - Casa Vasquez e Filhos.....	110
Foto 11	- Cenário antigo e atual da orla do Porto Geral de Corumbá pós-reforma.....	111
Foto 12	- Algumas localizações de obras que sofreram intervenção.....	112
Foto 13	- Porto Geral com indicações de algumas intervenções.....	115
Foto 14	- Lançamento de evento orla do Porto Geral.....	116
Foto 15	- Primeira obra pública entregue com a reforma da Escadinha da XV	117
Foto 16	- Imagem do cotidiano da população na fonte, devido ao forte calor da cidade.....	119
Foto 17	- Fachada da Estação Natureza Pantanal revitalizada	120
Foto 18	- Fachada do Memorial do Homem Pantaneiro em reforma	122

Foto 19 - Fachada do prédio do Museu de História do Pantanal revitalizado	124
Foto 20 - Sala dos Pantanais em exposição no Museu de História do Pantanal...	125
Foto 21 - Fachada do prédio do IPHAN revitalizado.....	128
Foto 22 - Centro de Convenções Miguel Gomes.....	129
Foto 23 - Prédio do Moinho Mato-grossense abandonado	131
Foto 24 - Ambiência e fachada da Escola de Artes Moinho a partir do novo uso..	132
Foto 25 - Imagem do por do sol de Corumbá.....	134
Foto 26 - Cenário de domingo no Porto Geral a partir da execução do projeto Pôr do Som do Pantanal.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Identificação dos Pantanais	38
Figura 2 - Mapa da América do Sul.....	40
Figura 3 - Registro em aquarela de Adrien Taunay na Expedição Langsdorff	49
Figura 4 - Indicação do trecho da ferrovia Corumbá - Bauru.....	60
Figura 5 - Planta da área tombada de Corumbá.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 CULTURA E PATRIMÔNIO	18
1.2 MEMÓRIA SOCIAL DE MIGRANTES	23
1.3 DESENVOLVIMENTO	25
1.4 TERRITORIALIDADE	26
1.5 CAPITAL SOCIAL	28
1.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	30
2 BASES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL E ECONÔMICA DE CORUMBÁ - MATO GROSSO DO SUL	35
2.1 FRONTEIRA DO RIO DA PRATA: UMA VIAGEM À CIDADE ATÉ O PORTO GERAL DE CORUMBÁ	35
2.2 O MEIO AMBIENTE DAS OCUPAÇÕES: OS PANTANAIS	36
2.3 A FRONTEIRA INTERÉTNICA DA BACIA DO PRATA E SUA HISTORIOCIDADE	39
2.4 CONTORNOS HISTÓRICOS, SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICOS: CORUMBÁ - MATO GROSSO DO SUL	45
2.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS: FASTÍGIO DO COMÉRCIO PORTUÁRIO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ ATÉ A DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO	54
3 MEMÓRIA SOCIAL: FATOS MARCANTES NO DESENVOLVIMENTO DE CORUMBÁ.....	63

3.1 O PESQUISADOR SOCIAL, O CONTAR HISTÓRIAS E OS MÉTODOS	63
3.2 CONTEXTOS DA MEMÓRIA SOCIAL LOCAL: ENTREVISTAS NARRATIVAS E JORNALÍSTICAS QUE PERMEIAM A DÉCADA DE 70 AO ANO DE 2009	67
4 PATRIMÔNIO CULTURAL NA TERRITORIALIDADE BRASILEIRA: PROGRAMA MOMUNENTA.....	89
5 O PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ: UM REGISTRO DA MEMÓRIA SOCIAL FRENTE AOS PROCESSOS DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	99
5.1 ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS TOMBADOS DA ORLA DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ E SEUS NOVOS USOS	116
5.2 PROJETOS INSTALADOS NO ENTORNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ - MS	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre desenvolvimento local, estimulado a partir da história regional, focado na memória social de sujeitos que vivenciam e participam das transformações decorridas na área tombada do patrimônio cultural do Porto Geral de Corumbá, Mato Grosso do Sul e que, atualmente, se encontra em processo de (re)territorialização do espaço. Investigou-se na pesquisa a história do lugar por meio de arquivos, documentos e obras impressas referentes ao patrimônio cultural edificado tombado do Porto Geral e seus registros até a contemporaneidade. Priorizou-se neste trabalho como fonte de pesquisa qualitativa, a narrativa dos agentes sociais, e especialmente, a memória dos moradores estabelecidos há mais tempo na cidade.

Coletaram-se as memórias locais por meio de entrevistas narrativas, para oportunizar o registro, a compreensão e a difusão do entendimento a respeito da dinâmica da (re)territorialização urbana do Porto Geral de Corumbá. Observou-se até que ponto a intervenção do processo de revitalização patrimonial pode ser inclusiva socialmente, promotora da cidadania e dotada de mecanismo para reforçar a identidade, a memória e o sentimento de pertencimento da comunidade local. Além disso, percebeu-se como os processos de intervenção para a revitalização do patrimônio cultural se situaram frente à comunidade-localidade do Porto Geral sem eletizar ou expulsar os habitantes instalados no lugar. Portanto, questiona-se de que forma a apropriação tem sido feita pelos segmentos envolvidos ou por eles atingidos na área do patrimônio cultural edificado tombado do Porto Geral?

Diante da amplitude deste trabalho, delineou-se o Desenvolvimento Local, e sem restar muita dúvida sobre o fato de a revitalização ter introduzido melhorias físicas ao lugar, o que se avalia e está em discussão no presente estudo é a

maneira como foi procedido o processo de revitalização, o que permite recair na seguinte questão norteadora: como se encontra a comunidade-localidade da área de estudo no processo de inclusão e/ou exclusão, ou ainda, como se fazem incluir os habitantes do lugar para efeito de implementação da relação com o Desenvolvimento Local visando à endogeneização do desenvolvimento?

Para o encaminhamento da pesquisa, foram entrevistadas pessoas individualmente que tinham em comum a vivência do lugar, a partir de um território dominante em suas vidas: a área tombada do Porto Geral da cidade de Corumbá. Agentes que atualmente geram, empreendem, estudam, sociabilizam-se e frequentam o espaço em fase de (re)territorialização também foram entrevistados.

Destacou-se a vivência de indivíduos que compõem a sociedade corumbaense, com sua forma de vida, sua personalidade, seus conhecimentos, suas crenças, ideias coletivas e costumes estabelecidos, inseridos num determinado meio ambiente, bem como, o nível de identificação e interações do ambiente institucional como possível força de atuação no sítio urbano tombado do Porto Geral, no contexto do desenvolvimento local.

Salienta-se que a finalidade do estudo de pesquisa, não foi contar opiniões de pessoas, mas explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Não se tratou de um trabalho com uma proposta de amostragem de levantamentos, discussão ou recodificação da história regional e ou da cidade, e tão pouco, suscitar lacunas e distorções na área do conhecimento histórico regional, mas proporcionar, sobretudo na esfera local, a compreensão dos aspectos socioculturais da territorialidade pesquisada.

Quis-se, nesta pesquisa, compreender os mundos da vida dos entrevistados como condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Enfatiza-se que tal compreensão poderá contribuir para um avanço no número de diferentes empenhos da pesquisa a partir da descrição de um meio social específico ainda não codificado, bem como, possibilitar a interlocução de encaminhamentos para a efetiva gestão participativa e emancipatória da comunidade-localidade.

Evidencia-se que a temática da história regional, social, cultural e patrimonial tem atraído historiadores, memorialistas e saudosistas, mas nessa

reflexão, percebeu-se que o acréscimo das narrativas e perspectivas dos agentes de atuação empreendedora, integrados à memória dos antigos moradores, pode ter singular significado e importância para a história regional e contemporânea da sociedade local, especialmente, enquanto patrimônio cultural imaterial aliado aos anseios sociais. Esses registros alcançam uma memória pessoal que serão demonstrados por meio de uma memória social, familiar e grupal em que se entrecruzam os modos de ser dos indivíduos e de sua cultura.

Percebe-se que os livros de história que registram fatos históricos e atuais são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentida por outros livros com outros pontos de vista. Dessa forma, este trabalho tem o intuito de se realizar um estudo a partir de uma síntese histórica aliada ao contexto social e patrimonial que recaiu no registro da voz, da memória e da vontade, por meio deste conjunto de possibilidades, a vida e o pensamento de seres partícipes dos processos de territorialização, desterritorialização e (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá.

Portanto, a estruturação dessa dissertação de mestrado foi constituída pelos seguintes capítulos: No capítulo 1 - Referencial teórico; no capítulo 2 - Bases históricas e geográficas da evolução sociocultural e econômica de Corumbá-MS; no capítulo 3 - Memória social: fatos marcantes no desenvolvimento de Corumbá; no capítulo 4 - Patrimônio cultural na territorialidade brasileira: Programa Monumenta; O 5 - O patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá: um registro da memória social aos processos de (re)territorialização do espaço. Neste último apresenta-se uma discussão com base em todas as informações que nortearam o objetivo da pesquisa com as considerações finais plausíveis aos objetivos que embasaram o estudo em si. Seguem-se a esses capítulos, as considerações finais, os apêndices e os anexos.

Priorizou-se, neste trabalho, a coleta de dados em dois momentos. A primeira fase configurou-se em um delineamento de informações bibliográficas acessíveis ao tema trabalhado em âmbito histórico/temporal e geográfico/territorial. A segunda fase foi aportada na entrevista narrativa classificada como um método de pesquisa qualitativa, considerada uma forma de entrevista não-estruturada, de profundidade, com características específicas. Nesse sentido, segundo Bauer e

Gaskell (2007, p. 90), o estudo de narrativas conquistou uma nova importância nos últimos anos e estão relacionadas com a crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa está baseada nos princípios teórico-metodológicos do Programa *Stricto Sensu* de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, que objetiva integrar pesquisa, ensino e extensão na análise e compreensão do Desenvolvimento Local.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico que norteou a pesquisa sobre o tema: A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá - MS no contexto do desenvolvimento local.

1.1 CULTURA E PATRIMÔNIO

Sendo a cultura definida mundialmente como um sistema de significados compartilhados pelos membros de uma coletividade, permeada de práticas e ações sociais utilizadas nas interações e relações de um território em um determinado período, faz-se imprescindível nesse trabalho de desenvolvimento local referenciar sobre essa temática como princípio para o concebimento desse processo, com a efetiva identificação de uma sociedade.

Para a Unesco (2003), cultura é definida como o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social - engloba modos de vida, direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças.

Kashimoto, Marinho e Russeff (2002, p. 2) pormenorizam algumas formas de manifestações da cultura popular local identificáveis pelos seguintes elementos:

[...] a culinária, o artesanato, os ideoletos e a paramiologia (ditados, provérbios, ditos e aforismos), a literatura oral (lendas e mitos), a poesia popular, a história oral, a vestuária quotidiana, a música popular, os instrumentos musicais de uso local, a arquitetura espontânea, a fotografia incidental, os ritos de passagem, as manifestações religiosas, as festas populares, a farmacopéia extrativista, a metereologia popular, as relações locais às modalidades de trabalho e de lazer, as relações locais aos elementos da Natureza, formas de distribuição e exercício do poder local, entre outros.

Assim, o social é tudo aquilo que se refere à vida coletiva organizada, aos grupos que compõem uma determinada sociedade e a malha de relacionamentos que se estabelecem entre eles. Jará (1999) assinala que “quando falamos de cultura estamos falando da forma de vida de um povo, sua personalidade, os conhecimentos, as crenças, ideias coletivas, costumes; a maneira como as pessoas de um determinado agrupamento social, inseridas num determinado meio ambiente, se organizam para conseguir seus objetivos, após uma cadeia de ensaios e erros”.

No aporte de Bakhtin (1976 apud BURKE, 2004), a memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles sejam indivíduos que lembram, enquanto membros do grupo, moradores de uma localidade. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar que o morador ocupa e este lugar muda segundo as relações que se mantém com outros meios. Não se deve admirar que do instrumento comum nem todos aproveitam do mesmo modo. Entretanto, quando se pode explicar essa diversidade, verifica-se a combinação de influências que são todas de natureza social.

A preservação da memória cultural visa à continuidade das manifestações culturais de uma determinada comunidade e é essa a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. Os patrimônios culturais, materiais e imateriais pertencem à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção de bens culturais, senão no interesse da própria comunidade, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

Desse modo, o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, mas na sua concepção contemporânea, estende-se a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por esse motivo, é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer em relação ao Patrimônio Cultural, pois, sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, esse patrimônio apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando o potencial de investimentos (IPHAN, 2007).

Portanto, o patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulante para o exercício da cidadania, por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.

Comenta Yázigi (2001, p. 19-24) quando se refere à identidade: “estamos, talvez, diante de um novo paradigma do que possa ser identidade” e assinala sobre um de seus estudos a respeito do cotidiano de comunidades litorâneas de São Paulo:

[...] Aquele caiçara (ou caipira do litoral), classicamente definido como o indivíduo que vivia da pequena lavoura e da pesca, vendendo seus excedentes, quase não existe mais. Os que se autodenominam caiçaras, os novos caiçaras, são outra coisa, diferente, vivendo como empregados de turistas, funcionários públicos, donos de comércio ou até, como construtores de *shopping centers*. [...] Claro que caipiras nas montanhas ou caiçaras e índios no litoral, ainda que com poucos remanescentes, serão necessariamente reconhecidos como indicadores de identidades, mas não os únicos. A eles se associam todos os que têm suas vidas fixas nesses lugares [...].

Dessa forma, essa nova compreensão sobre identidade recai na identificação de que uma comunidade é dinâmica e marcada por aspectos tradicionais e pelos interesses do cotidiano, estando presente “no local e na atividade de trabalho, no lar, na família, na escola, na vizinhança e na rua, também nos hábitos, costumes e relações que as pessoas mantêm entre si e não aportados somente em populações tradicionais” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 11).

Segundo Le Bourlegat (2000, p. 18), pode-se considerar que os habitantes do território possuem uma identidade coletiva e “buscam suas raízes na cultura tradicional, na memória coletiva e no sentimento de pertença ao grupo e ao lugar, também na identidade dos grupos que se articulam para iniciativas de desenvolvimento”.

Quanto ao patrimônio cultural, os sentimentos que os habitantes do lugar evocam sobre o patrimônio são transcedentes, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoam o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

O patrimônio cultural é subdivido pelo IPHAN (2007) em patrimônio material e imaterial. É considerado patrimônio material aquele composto por um conjunto de bens culturais registrado em seus quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Área de foco de estudo deste trabalho, na linha de definições da referida instituição, são os sítios urbanos considerados bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade. Esses bens não são obras de arte pronta e concluída num determinado período, transpondo-lhe pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios, pois possuem natureza dinâmica e mutante típica das áreas urbanas.

Em relação ao patrimônio cultural imaterial, a UNESCO (2006) define:

Às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

É transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a

natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

É possível afirmar que a cultura de um povo é um processo em permanente evolução, diverso e rico. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.

Para Jorge Werthein¹ (2003), a evolução do pensamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura (UNESCO), sobre a cultura, tem sido construtiva no campo das ideias, agregando complexidade ao entendimento do processo cultural. Na Conferência Mundial do México realizada em 1982, deparou-se com os conceitos de cultura e de desenvolvimento que poderia facilmente permitir um pelo outro, sem prejuízo dos seus conteúdos. Em 1986, introduziram-se os conceitos de sustentabilidade e de biodiversidade no campo da cultura e, segundo esse autor, não há hoje programa ou projeto de reabilitação de sítios históricos que não adote a preservação sustentada como um princípio norteador.

Publicado em 1995, a partir da criação da Comissão Mundial de Cultura, acrescentou-se que o desenvolvimento não tem de ser apenas sustentável, mas cultural. Já em 1998, a Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento fixou objetivos como a adoção da política cultural como chave da estratégia de desenvolvimento, a promoção da criatividade, da participação na vida cultural e da diversidade cultural e linguística. Definiu-se desenvolvimento como um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade.

Relataram-se esses informes neste trabalho para demonstrar que cultura e desenvolvimento na contemporaneidade estão cada vez mais imbricados, tornando-se cada vez mais indissociáveis no processo de desenvolvimento.

¹ O argentino Jorge Werthein é Ph.D em educação e desenvolvimento pela Universidade de Stanford (EUA). Foi diretor do escritório da Unesco em Nova York e Washington entre 1994 e 1996. Representou a Unesco no Brasil de 1996 a 2005.

1.2 MEMÓRIA SOCIAL DE MIGRANTES

Insere-se o contexto da memória dos migrantes como mecanismo para a melhor compreensão da temática a ser trabalhada no corpo do projeto, que trata sobre os homens que se defrontam com um espaço que não ajudaram a criar e cuja história desconhecem, onde a memória lhe é estranha, inicialmente enquanto sede de uma vigorosa alienação.

Nessa percepção, na visão de Santos (1996, p. 251-265), o autor alerta que:

[...] quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo "lugar" se superpõe à consciência no "lugar". A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo que vem do seu papel na produção da nova história.

Esse mesmo autor fala sobre as mudanças e a relação do migrante com o novo lugar quando:

Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida [...].

Dessa forma, os migrantes quando chegam aos lugares, deixam suas experiências vividas para trás e esse novo lugar obriga-os a novas experiências.

[...] trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória, o que os obriga a esquecer, e seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes então o privilégio de não se utilizarem, de maneira pragmática e passiva, o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores (SANTOS, 1996, p. 251-265).

Numa continuidade de pensamento a cerca da memória local, questionou-se onde se encaixam as memórias coletivas, apontadas como um concreto imprescindível à sobrevivência das sociedades disponíveis em diversas literaturas

como elemento de conexão assumido para a permanência e a elaboração do futuro de um lugar?

Nessa acepção, no viés da discussão de autores a cerca da cultura da mobilidade, Santos (1996, p. 251-265) infere que:

[...] sabemos também que os eventos apagam o saber já constituído, exigindo novos saberes. Quando, como nos dias atuais, os eventos são mais numerosos e inéditos em cada lugar, a re-inserção ativa, isto é, consciente, no quadro de vida, local ou global, depende cada vez menos da experiência e cada vez mais da descoberta.

Assim, esse autor expressa que:

A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a consequente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecido das relações interpessoais, da ação comunicativa. Assim, o que pareceria uma inferioridade, na realidade é uma vantagem. Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante [...]), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil. O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inclusivo, num processo sempre renovado [...]

Reforça ainda que no conjunto da memória:

O presente não é um resultado, uma decorrência do passado, do mesmo modo que o futuro não pode ser uma decorrência do presente, mesmo se este é uma "eterna novidade", no dizer de S. Borelli (1992, p. 80). O passado comparece como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças existentes em um dado momento [...]

Permearam-se as citações acima sobre a memória e a re-descoberta do imigrante no lugar, numa cooperação e embasamento para o entendimento da colaboração desses novos atores frente aos processos de desenvolvimento nos locais.

1.3 DESENVOLVIMENTO

Para se chegar ao entendimento do processo de desenvolvimento local, compilaram-se leituras entre teorias e conceitos sobre desenvolvimento conforme citações abaixo descritas.

Souza (1997, p. 84) dimensiona que desenvolvimento se trata de um:

Território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas. [...] Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação e de solidariedades concretas.

Santos (1988, p. 19) avalia ainda que “o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”.

De acordo com Souza (1997, p. 6), "o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico". O desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que automática ou forçosamente haja melhoria no quadro de concentração de renda e dos indicadores sociais.

Dessa forma, trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofram contínuas e profundas transformações. Não tem sentido abordar desenvolvimento apenas econômico ou apenas político ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado e setorizado. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

Sendo assim, o desenvolvimento não pode se desvincular do global, pois necessita de se reorganizar e de se reequipar para acompanhar a complexidade dos sistemas sociais modernos que exigem outros caminhos e outras respostas, fazendo com que a gestão se local torne uma necessidade de sobrevivência dentro dos padrões de ideias democráticas e inovadoras.

Quando se aborda o ser humano podem-se contemplar as dimensões socioculturais, econômicas e políticas do desenvolvimento local, deve-se, então, identificar os conceitos e definições de capital social, territorialidade e caracterizações de interações em nível local.

1.4 TERRITORIALIDADE

Para compreender a imbricação entre o novo conceito de território e desenvolvimento local do mundo real, exploraram-se algumas noções que conduziram a pesquisa.

Por conseguinte, a territorialidade pode ser entendida como “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional, sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Já Bonnemaison (2002, p. 99) distingue “a territorialidade na junção de duas atitudes: fixação e mobilidade, podendo ser, os itinerários e os lugares”. Assim, a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira.

Pode-se perceber que esse mesmo autor expressa a territorialidade como comportamento vivido, em que são englobadas concomitantemente as relações com o território e, a partir dessas relações com o exterior (BONNEMAISON, 2002).

Albagli e Maciel 2004, p. 12 definem que:

[...] a noção de territorialidade procura evidenciar a interface entre as dimensões, territorial e sociocultural, referindo-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas.

As autoras complementam que “estas se expressam pelo sentimento de pertencimento, por um modo de agir e é onde se reflete o vivido em toda sua abrangência, em múltiplas dimensões, a coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico, engendrado de sentimento de sobrevivência do coletivo e

referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses ali presentes". Complementam as pesquisadoras que "a territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por valores e normas sociais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro".

Portanto, vale-se do reforço do sentido de território quando Bonnemaison (2002, p. 129) acrescenta que "este também reflete o jogo das forças dominantes e a flutuação dos territórios no espaço, refletem o jogo das forças sociais dominantes". Conclui esse autor que "espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento". Continua, enfatizando que "o território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano, assim, ambos são complemento e portadores de significados contrários".

Nessa perspectiva, Santos (1994, p. 18) considera que:

A formação do território pode advir de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Ainda considera que "é preciso ver o território como um campo de forças, como o lugar de exercícios, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos" (SANTOS 1999, p. 19).

Portanto, o território é uma reordenação do espaço no qual é atribuída uma identidade territorial aos grupos sociais que se organizam e que trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial.

Entende-se que a desterritorialização ocorre no lugar quando se processa o rompimento de condições que, conforme mostra Haesbaert (1995, p. 181), "pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material - político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração".

Silva e Almeida (2001) consideram que a (re)territorialização é a forma encontrada pelo grupo de excluídos de reconstruírem sua história, de estabelecer

novamente as relações sociais, econômicas, políticas e efetivas no espaço pelo qual ele (re)conquistou, como uma estratégia de desenvolvimento local, relacionando o patrimônio e a memória coletiva local.

1.5 CAPITAL SOCIAL

Para facilitar o processo de desenvolvimento local, faz-se necessário o conhecimento sobre o capital social, ou seja, por meio dele perceber o nível de envolvimento das comunidades em aspectos cotidianos sociais, políticos e econômicos para as decisões locais.

Para tanto, “as ações coletivas, organizadas em um dado meio local, podem transformar-se em forças de desenvolvimento, se forem permeadas de confiança, transformando-se em capital social” (COLEMAN, 1994, p. 300). Para esse autor, esse tipo de ação é possível, quando existe alguma forma de interdependência entre os atores, de modo que a satisfação de seus interesses dependa da ação conjunta organizada. Desse modo, “o capital social não se realiza nos indivíduos, mas nas relações entre eles. Também não se desgasta com o uso, pelo contrário, as relações sociais que o constituem tornam-se mais perpétuas quando são continuamente ativadas” (COLEMAN, 1990 apud AQUINO, 2002, p. 25).

Bourdieu (1980, p. 67 apud AQUINO, 2002, p. 25) acrescenta que existe capital social quando “um conjunto de recursos potenciais liga-se à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, para um conjunto de agentes dotados de interesses comuns e que lhes permite melhor aproveitar os recursos econômicos e habilidades existentes”.

Também concebido como processo dinâmico de relações sociais em redes, em territórios identificados, o capital social está pormenorizadamente ligado ao aprendizado interativo e à cooperação. Em um esforço conjunto dos diversos agentes do lugar, os recursos intangíveis presentes nessas redes envolvem um complexo de interações sociais propiciando a produção e reprodução de conhecimento tácito, estimulando os processos de inovação e difusão.

Para Capra (2007, p. 8), “a vida no âmbito social também pode ser compreendida em termos de redes”. As redes vivas na sociedade humana são redes de comunicação autogerativas, porém o que geram é, sobretudo, imaterial. Cada comunicação cria pensamentos e significados que dão origem a novas comunicações, e, assim, a rede inteira gera-se a si própria. Para o autor, quando essas redes geram estruturas materiais são geralmente produzidas para um propósito, de acordo com algum projeto, e abarcam algum significado. À medida que as comunicações continuam em uma rede social, elas formam ciclos de retroalimentação múltiplos, produzindo um sistema compartilhado de crenças, de explicações e de valores, conhecido como cultura e que é continuamente sustentado por novas comunicações. Por meio da cultura, os indivíduos adquirem identidade como membros da rede social, e, dessa forma, a rede gera suas próprias fronteiras.

“As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, entre outros.) conectados por algum tipo de relação” (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 41).

Recuero (2005, p. 89) cita que “a conexão apresentada entre dois atores em uma rede social é denominada laço social, composto por relações sociais constituídas por interações sociais”. Uma interação social é aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares. Trata-se de uma manifestação de caráter comunicativo com reflexo social. Essas interações repetidas constituem relações sociais. A citada autora infere, codificando que laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Já os laços fracos caracterizam-se por relações esparsas, difusas, ou seja, sem proximidade e intimidade.

Segundo Jara (1999) é o investimento em capital social que possibilita ativar o movimento de troca e interações para a construção de redes sociais. As redes promovem a interação entre as pessoas e as instituições, empoderando e oferecendo a possibilidade de troca e apoio, uma nova energia capaz de reorientar o curso do desenvolvimento. A rede é sempre flexível o que representa um sistema aberto, em continuo estado de fluxo, com capacidade de auto-organização que

estimula a ação coletiva. As redes representam uma estratégia de luta e cooperação dos grupos sociais que conformam a sociedade fragmentada para transformá-la.

1.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A temática do desenvolvimento local emerge da afirmação de aspectos socioculturais singulares que distinguem o local dentro do mundo da globalização. Um empenho que parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização das potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas de cada território em suas comunidades locais.

Brand, Lima e Marinho (2007, p. 23) ressaltam que:

O desenvolvimento local contempla aspectos que se situam muito além da simples dimensão econômica, pois busca atingir o conjunto do desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana.

Os pesquisadores ainda ressaltam a importância da história nessa proposta de processo de desenvolvimento e abordam que “a história aparece como condição essencial, uma vez que materializa certas articulações essenciais entre memória, identidade e participação coletiva”. Assinalam ainda que “a pesquisa histórica propicia ”a satisfação de certas necessidades humanas fundamentais, como o entendimento, a criação, a participação, a proteção, o ócio, a identidade e a liberdade, assim como a própria subsistência de significativa parcela da população”.

Sob a perspectiva de desenvolvimento local, “a cultura constitui-se mecanismo de geração evolutivo-cultural, interferindo criativamente no processo presente de prospecção e alicerçamento do futuro de qualquer povo ou coletividade, tendo em vista que sua dinâmica cultural se encontra em permanente curso de construção, redimensionamento e acumulação” (AVILA, 2003, p. 10).

Nesse sentido, concebido como processo endógeno alicerçado no desenvolvimento sociocultural, o desenvolvimento local, mais do que crescimento econômico implica a manifestação de capacidades, competências e habilidades de uma determinada comunidade territorializada, para agenciar seu próprio

desenvolvimento, com a ajuda de um ambiente cooperativo e solidário, mediante o aproveitamento de potencialidades próprias e metabolização de experiências externas (ÁVILA, 2000).

Para tanto, na visão de Vidal (2005, p. 10) para o desenvolvimento local se efetivar-se torna-se necessário que “o território esteja na base da governança atual e futura” e complementa que:

[...] não se pode continuar pensando que povos, cidades, províncias e regiões são apenas o espaço de aplicação das políticas decididas a nível nacional e internacional. Numa economia e sociedade baseadas cada vez mais em elementos imateriais, tais como o conhecimento, o *know-how* e a informação - e cada vez menos nos fatores materiais da produção - os lugares, onde esses ingredientes intangíveis podem ser combinados, se tornam lugares estratégicos em termos econômicos, sociais e políticos.

Ávila (2003, p. 22-23) sugere, inicialmente, um suposto e primeiro entendimento acerca da temática e do estudo sobre desenvolvimento local, o que não é o desenvolvimento local. Para tanto, o autor define:

[...] Desenvolvimento *No Local* (*DnL*) se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação “de desenvolvimento”, por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, só tem o local como sede física. Só fica no local enquanto o lucro compensa. No momento que a lucratividade baixa, ou quebra - empresarialmente falando - ou vai embora, deixando à comunidade-localidade seus destroços-fantasmas, por vezes muitos e graves problemas ambientais e, principalmente, enorme frustração na população. [...] Desenvolvimento *Para O Local* (*DpL*) se refere à ideia de “desenvolvimento” que, além de se situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e ao ecossistemas locais, mas à maneira bumerangue: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Porém, ao se discutir o desenvolvimento local, deve-se ter a clareza que este se configura como processo endógeno que considera, respeita e aproveita as peculiaridades, a realidade e as potencialidades de cada comunidade-localidade, entendendo-se que nunca uma comunidade-localidade é igual à outra.

Pode-se dimensionar que o desenvolvimento local está amparado em um processo de transformações no território, que leve a construção de uma dinâmica no crescimento econômico, político e social do lugar, e que seja dinamizado por atitudes da população, respeitando a sua identidade e a busca do solidário.

A perspectiva de alcançar o desenvolvimento local a partir de seus recursos endógenos é a concretização da oportunidade condicionada pelo meio local, diante das possibilidades dadas pelo mercado regional, nacional ou internacional. Assim, “na dinâmica social estabelecida pelo atual mundo globalizado e contingente, as possibilidades apenas se efetivam, diante de oportunidades oferecidas pelos lugares” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 20).

Numa concepção de processo endógeno para o desenvolvimento local, Vidal (2005, p. 10) esclarece que:

[...] o desenvolvimento local não significa isolar-se e ir contra os fluxos da internacionalização. A gestão territorial deve ser dinâmica e aberta ao mundo, deve fomentar maiores conhecimentos, ampliar a difusão de informação e favorecer o intercâmbio de experiências. Ao desenvolver uma base local, pode ser que esta colabore tanto com o nível nacional como com o internacional, contribuindo com formas inovadoras e dando sustentabilidade e equidade ao desenvolvimento.

Em síntese, no processo de desenvolvimento local, o alvo central é o ser humano, o responsável pelos seus sucessos e fracassos, responsável pelo seu próprio progresso e influenciador de seu entorno. No cenário da promoção do desenvolvimento local, comprehende-se que não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico (ÁVILA, 2005 p. 23).

Ávila (2005, p. 75) afirma que “em níveis nacional e internacional, público e privado, há uma energia positiva e favorável ao desenvolvimento local na perspectiva do emponderamento e autogestão comunitário-local de capacidades, competências e habilidades para que, cada comunidade-localidade assuma seu próprio processo de desenvolvimento, mediante aporte de recursos financeiros, tecnológicos e educativos”.

Portanto, percebe-se como necessário que as comunidades estejam imbuídas pelo desenvolvimento local e, para tal, necessita-se que sejam preparadas para projetar e incorporar o seu processo de evolução, apoiadas e subsidiadas por agentes de desenvolvimento local, que os conduzam para o perfeito entendimento e distinção de assistência e de assistencialismo.

No sentido da capacitação e preparação do local, Vidal (2005, p. 10) assinala que:

[...] Para que a descentralização seja realmente eficaz, deve estar acompanhada de um crescimento e uma melhoria das capacidades e incumbências dos recursos humanos e, portanto, é fundamental investir na formação, tanto dos funcionários eleitos e dos funcionários públicos e dos dirigentes das organizações socioeconômicas, como do conjunto dos recursos humanos de todo o território. A capacidade de gerar um desenvolvimento sustentável não está apenas nos recursos financeiros, mas também no capital social e nas capacidades da cidadania.

Segundo Ávila (2000), assistências de múltiplos tipos e naturezas são e serão continuamente necessárias ao longo de todo o processo de implementação do desenvolvimento local numa determinada comunidade-localidade. A autocapacitação é um dos pontos estratégicos para o desenvolvimento local em diferentes modalidades de assistências (em termos de infraestrutura, saúde, educação, lazer, esporte, entre outros) e em proveito das prioridades locais. Mas, no que diz respeito ao assistencialismo, nova distinção se faz imperativa para esse autor:

[...] a do assistencialismo conversível em assistência, mediante incorporação das respectivas iniciativas ao processo de Desenvolvimento Local, e a do assistencialismo perverso (também caracterizado de duas maneiras, a do assistencialismo demagógico e a do assistencialismo colonizante), pelo qual a comunidade-localidade se torna objeto de manipulação de agências ou agentes externos (ÁVILA, 2000, p. 71).

Assim, percebe-se na teoria quando o autor propõe o reconhecimento nas práticas cotidianas de uma contra-ordem, que se dá como resistência aos mecanismos de controle, alterando o ambiente construído e inserindo, no espaço, maneiras de fazer inovadoras e criativas. Porém, as táticas acontecem nos interstícios desses mecanismos, jogando com o que lhe é imposto. Não se configuram em ações propriamente políticas. “Longe de ser uma revolta local,

portanto classificável, trata-se de uma subversão comum e silenciosa [...]" (CERTEAU, 1996, p. 308-309).

Mas, acredita-se que as táticas contêm a ação política, enquanto potência e é na configuração dessas experiências que "se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais" (SADER, 1988, p. 44). É nesse momento que as táticas ganham voz, construindo um alargamento da esfera política e participando, efetivamente, da construção do território.

Nesse prisma, Albagli e Maciel (2004, p. 11) ressaltam que "cada região dispõe de diferentes combinações de características e bens coletivos que influenciam sua capacidade de produzir conhecimento, de aprender e de inovar". Nas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído, podendo ou não construir importante fonte de dinamismo para o ambiente. Esse conhecimento coletivo não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações, resulta das sinergias geradas a partir de vários tipos de interação e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento.

2 BASES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL E ECONÔMICA DE CORUMBÁ - MATO GROSSO DO SUL

Este capítulo apresenta um contorno temporal/histórico e geográfico/territorial, baseado na literatura disponível, que se inicia com a conquista espanhola na fronteira da Bacia do Prata, seguida pela Guerra do Paraguai, perpassando pela vinda de imigrantes a Corumbá no século XIX, até a divisão do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, contemplando aspectos contemporâneos da (re)territorialização do sítio urbano do porto geral da cidade de Corumbá.

2.1 FRONTEIRA DO RIO DA PRATA: UMA VIAGEM À CIDADE ATÉ O PORTO GERAL DE CORUMBÁ

Situada no oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Corumbá foi o primeiro núcleo povoador da estratégica região ligada à Bacia do Prata pelo rio Paraguai, como parte do processo de consolidação das fronteiras coloniais das metrópoles ibéricas. Ao oeste do município encontra-se a Bolívia e a leste a cidade de Ladário, construída no mesmo contexto histórico, em 02 de setembro de 1778. Ao norte, avista-se o Pantanal banhado pelo rio Paraguai e mais à frente a serra do Amolar, ao sul está a Morraria do Urucum.

Para se chegar aos resultados propostos neste trabalho, pressupondo um melhor entendimento dos aspectos da História Regional, da memória e da identidade do lugar, fez-se necessário adicionar elementos da fronteira cultural e interétnica do rio da Prata e, em suas entrelinhas, alocar uma abordagem da inter-relação entre os fatos históricos relacionados e o seu meio ambiente.

O conhecimento de breves características e comentários ambientais, especificamente do Pantanal, se faz imprescindível para o sentido da ocupação desse território na história regional. É quando se percebe a luta pela permanência dos nativos e a entrada dos novos ocupantes, contra a natureza singular e desconhecida inicialmente.

2.2 O MEIO AMBIENTE DAS OCUPAÇÕES: OS PANTANAIS

Confere-se na historiografia da região disponível a enorme dificuldade dos ocupantes em territórios pantaneiros para enfrentarem as especificidades ambientais da região. A percepção desses em relatos abeira-se às raias de comparativos com o inferno em meio às perdas humanas, afogamentos, ataques de insetos e animais selvagens, também se relacionam nesse contexto as doenças e os inevitáveis e brutais confrontos entre esses e os primeiros habitantes do espaço a ser ocupado (CORRÊA, 1999).

Os posseiros do oeste brasileiro precisaram adequar-se à natureza para transporem as grandes extensões úmidas de pantanais feitas de barreiras e rios que, à primeira vista, eram intransponíveis e permeadas de uma rica, exuberante, singular e desconhecida biodiversidade. A tônica de sobrevivência era uma constante diante da missão pré-destinada pela coroa. Eram postos ao sofrimento e sacrifícios para transporem o ambiente que era permeado de excessivos riscos para exploração do potencial econômico regional, o que não impediu o estabelecimento dos assentamentos coloniais na região. Portanto, o cenário da história regional de Mato Grosso integra-se no Pantanal (CORRÊA, 1999).

Em dias atuais, devido a sua exuberância e diversidade de reservas naturais, depois de ter sido declarado Reserva da Biosfera, em 9 de novembro de 2000, pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) foi também declarado como Sítio do Patrimônio Mundial Natural. Para tanto, foram relevantes as suas características únicas e de valor universal à humanidade, as quais são clamadas como pertencentes aos povos do mundo, indiferentes ao território pertencente.

Segundo a Embrapa Pantanal (2008), o Pantanal é uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, está localizado no centro da América do Sul e possui uma área de 138.183 km², com 65% de seu território no Estado de Mato Grosso do Sul e 35% no de Mato Grosso. A região é uma planície aluvial influenciada por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai, onde se desenvolve uma fauna e flora de rara beleza e abundância, influenciada por quatro grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica.

A foto 1, a seguir ilustra uma dessas áreas: a Região da Serra do Amolar com suas características de altas e duradouras inundações.

Foto 1 - Imagem aérea do Pantanal do Rio Paraguai.



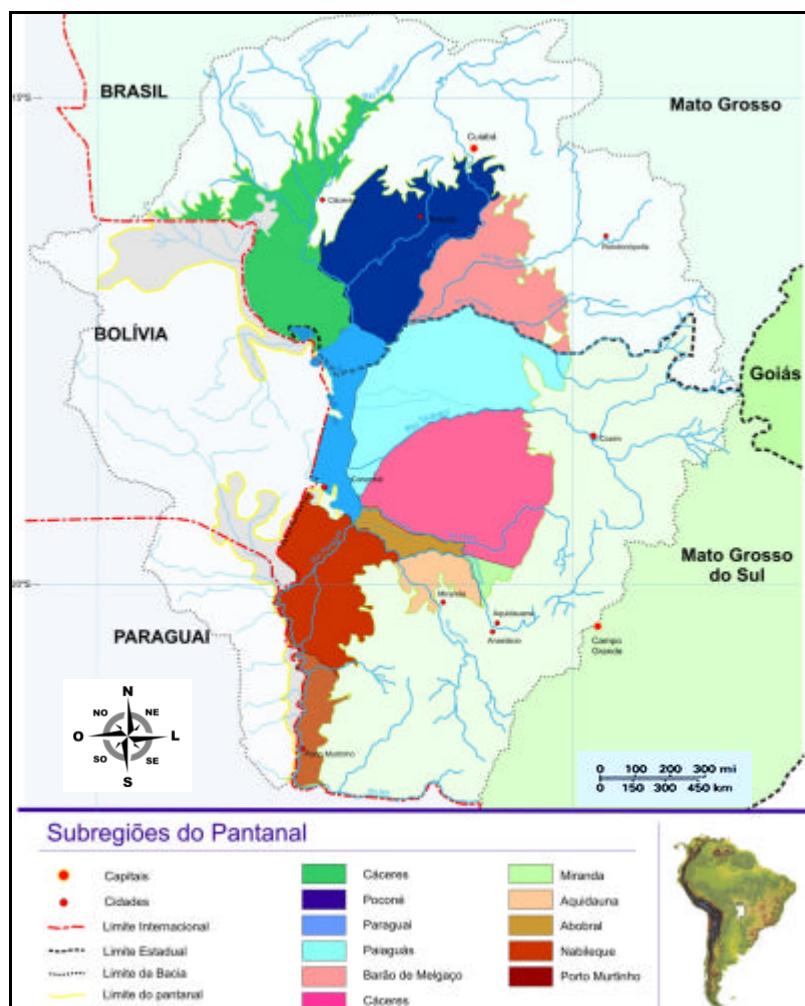
Fonte: Haroldo Palo Júnior (2007).

O rio Paraguai e seus afluentes percorrem o Pantanal, formando extensas áreas inundadas que servem de abrigo a uma diversidade de animais. As águas que caem em suas cabeceiras, devido à baixa declividade chega a gastar quatro meses ou mais para atravessar todo o Pantanal. Os ecossistemas são caracterizados por cerrados e cerradões sem alagamento periódico, campos inundáveis e ambientes aquáticos, como lagoas de água doce ou salobra, rios, vazantes e corixos.

O clima da região é marcado por verões muito quentes e úmidos, ameno e seco nos invernos. A maior parte dos solos do Pantanal é arenosa e suportam pastagens nativas utilizadas pelos herbívoros nativos e pelo gado bovino, introduzido pelos colonizadores da região (EMBRAPA PANTANAL, 2008).

Foram identificados atualmente 11 pantanais (ver figura 1), cada qual com características próprias de solo, vegetação e clima, são eles: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho (EMBRAPA PANTANAL, 2008).

Figura 1 - Identificação dos pantanais.



Fonte: Plano de Ações Estratégicas da Bacia do Alto Rio Paraguai (2004).

Portanto, no contexto atual, Dourojeanni, Marc J. (2006, p. 55) diagnostica que:

[...] o pantanal que vemos hoje não é realmente natural. Seu aspecto atual é fruto de milênios de ação humana sobre ele. Até a chegada

dos europeus na América do Sul, o impacto humano era limitado ao uso e abuso do fogo para facilitar a caça de alguns animais, como fazem ainda os índios do Chaco do Paraguai (Dourojeanni et al. 1979). Nos tempos que as grandes nações indígenas dominavam a bacia do Pantanal, as atividades de pesca, ainda que possivelmente utilizando venenos naturais como na Amazônia, e a extração de madeira e produtos vegetais, não tiveram impactos sensíveis sobre o meio ambiente. Apenas o fogo foi importante. Mas, alguns séculos depois da chegada dos europeus na América, tudo mudou.

Diante do cenário apontado, poder-se-á notar a diversidade do cenário ambiental da História Regional de Mato Grosso, hoje, permeado de pesquisas, entendimentos e tecnologias e anteriormente, de incertezas, surpresas, temores e combates.

2.3 A FRONTEIRA INTERÉTNICA DA BACIA DO PRATA E SUA HISTORIOCIDADE

Em relação aos primórdios da História Regional, anterior à chegada dos luso-espanhóis na conquista das Américas, é importante destacar que os grupos indígenas “estavam estabelecidos desde muitos séculos no mundo, com padrões de adaptação diferenciados e tradições culturais estabelecidas, tendo como base de formação destas sociedades, os grupos de caçadores, coletores e pescadores” (KERN; JACKSON, 2006, p. 11).

[...] Assim, muito antes de se iniciar o processo histórico provocado pela conquista e posterior ocupação ibérica do Brasil meridional, esta imensa área já possuía uma história de longa duração de 10.000 anos, na qual as sociedades indígenas desenvolveram profundas diferenças étnicas e culturais, desenvolvendo adaptações específicas em cada um destes ambientes e coexistindo lado a lado, quando as primeiras velas européias despontaram no horizonte do Atlântico (KERN; JACKSON, 2006, p. 70).

Esses autores relatam ainda que ao longo do século XVI, ibéricos e portugueses que invadiram e colonizaram as Américas pretendiam sempre a conquista. Para tanto, forjaram um sistema colonial em áreas habitadas por indígenas sedentários e já organizados (KERN; JACKSON, 2006).

Nas imensas bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, situados na América do Sul não foi diferente. A chegada dos luso-ibéricos nesses territórios

tribais gerou um complexo processo de modificações na fronteira cultural, não chegando a transformar indígenas em europeus, mas houve uma extraordinária tentativa gradual de inserção na sociedade luso-espanhola.

A imagem a seguir mostra a localização da Bacia do Alto Paraguai, o Pantanal e os rios que formam a Bacia do Prata: Paraguai, Paraná e Uruguai

Figura 2 - Mapa da América do Sul.



Fonte: Arquivo pessoal de Carlos André Zucco (2008).

Dentre as contribuições culturais, Kern e Jackson (2006, p. 73-74) evidenciam que a “conexão entre a sociedade ibérica luso-espanhola e as sociedades indígenas teve importante contribuição a dar a partir das múltiplas influências culturais”. Esses autores enfatizam ainda que os indígenas dominavam o conhecimento do meio ambiente, dos caminhos abertos, da domesticação de

plantas nativas e técnicas de trabalho com fibras vegetais e com as cerâmicas. Os europeus traziam suas complexas combinações de elementos socioculturais e, dentre eles, pode-se citar a fabricação de armas de fogo, o artesanato desenvolvido, o uso da roda e do arado, animais domesticados e diversos alimentos. Os hábitos do banho diário, do deitar-se em uma rede, de comidas feitas com milho e mandioca, o preparo de chimarrão e churrasco, típicos de nossa cultura nacional, de um extremo ao outro do país e desconhecido na Europa dos desbravadores, são típicos das etnias indígenas.

Quanto à transculturação nesses territórios, o mesmo autor acrescenta que esta adveio da difícil conciliação dos valores tradicionais tribais com os da cultura ibérica, o que resultou em problemas de consciência dos indígenas estabelecidos, perpetuados em dias atuais. Em áreas não ocupadas, diversos grupos foram ignorados e só contatados recentemente.

Mas foram os missionários que, com sua capacidade de liderança, coesão e solidarismo, que se responsabilizaram pela não perda total da cultura tradicional, personalidade e consciência étnica dos indígenas. Importante ressaltar que, em nenhum momento, as ações missionais deixaram de estar a serviço da difusão da religião cristã. Os colonizadores espanhóis e portugueses estavam em busca dos escravos indígenas, de mão-de-obra útil para o processo colonizador (KERN; JACKSON, 2006, p. 129).

Em cada redução missionária (indígena) havia dois padres e até seis mil indígenas. Um era responsável pelos serviços religiosos enquanto o outro organizava as atividades cotidianas. Custódio (2000, p. 9; 11) salienta que referente à organização espacial dos missionários:

[...] esses utilizavam um tipo de organização urbana a partir de um traçado viário estruturado por duas ruas principais que se encontravam no centro da praça formando uma cruz e por dois conjuntos básicos, dispostos no entorno da grande praça central.

A praça era também o espaço público aberto onde se realizavam as atividades cívicas, religiosas, culturais, esportivas e militares. Era ali que se realizavam as celebrações de colheitas, os desfiles militares, as procissões, os teatros sacros, os jogos esportivos e onde se exercia a justiça.

A seguir pode-se verificar pela maquete a visibilidade da estruturação mencionada (ver foto 2).

Foto 2 - Maquete das Missões Jesuítas exposta no Museu de História do Pantanal.



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

Kern e Jackson (2006) relatam que as relações interétnicas estabelecidas entre os guerreiros indígenas e os missionários jesuítas foram muito diversificadas, com reações diferenciadas em relação aos novos invasores. Muitos grupos indígenas foram resistentes, por vezes, escravizados ou derrotados pelos conquistadores munidos de montarias e de armas de fogo, mas não dizimados. Os escravizados que resistiram foram substituídos pelos escravos trazidos da África.

Após uma diminuição das populações nativas (ver foto 3) pelos confrontos e doenças, estas, lentamente, ainda no período colonial, puderam crescer. Das interações interétnicas entre brancos e indígenas foi se formando, gradualmente, uma nova sociedade.

Dentre as iniciativas e ações decorrentes da descoberta, conquista e colonização, Kern e Jackson (2006, p. 128) acrescentam que:

[...] terminaram por despojar os indígenas de posse de seus territórios tribais, mudaram de maneira radical e violenta o ritmo e o sentido de sua própria história, colocando-o face a face com a morte étnica e a miscigenação nos contatos inexoráveis com as populações ibéricas adventícias.

Foto 3 - Diorama de uma cena da vida dos indígenas Bororo exposta no Museu de História do Pantanal (MUHPAN).



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

Na transição dos séculos XVI e XVII, após a descoberta e conquista de imensas áreas do sul-brasileiro, inicia-se a etapa de exploração econômica intensiva no território nacional. Portanto, milhares foram os europeus que chegaram ao Brasil, enviados dos reis ou dos papas, uns como conquistadores e funcionários da corte, outros, mercadores e missionários. Todos com uma única pretensão, a conquista do ouro e da prata, e/ou das almas dos indígenas que, em 1570 tiveram a primeira intervenção contra a escravidão indígena no país (KERN ; JACKSON, 2006, p. 114).

As áreas correspondentes a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul foram percorridas inicialmente pelos aventureiros espanhóis ainda durante o século XVI.

Estes objetivavam “a exploração da Foz do Prata² e da rede fluvial que os conduziria às regiões cortadas pela cordilheira dos Andes, procuravam um caminho para as minas andinas” (CORRÊA, 1999, p. 17).

Em fins do século XVII e princípio do século XVIII, foi a vez de os bandeirantes paulistas³ percorrerem a região de Mato Grosso em busca de ouro. Esses trouxeram para trabalhar na mineração os primeiros escravos de origem africana, época em que se iniciou a formação de quilombos como resistência à escravidão (ALVES, 2000, p. 1).

Ainda segundo Alves (2000), “foi na região do vale do rio Guaporé⁴ onde houve maior concentração de aldeias de escravos fugitivos e era o lugar onde os negros nascidos na África e no Brasil, indígenas e mestiços de negros e indígenas reuniam-se fugidos da exploração branca”. Os habitantes do quilombo conviviam comunitariamente em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana até que, seus proprietários começaram a patrocinar a bandeira⁵, para destruir o quilombo e recapturá-los para devolvê-los aos seu donos. Nesse sentido, esse mesmo historiador relata`que, após os confrontos entre brancos e negros:

[...] Os escravos que sobreviveram foram capturados e levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público, a mando do capitão-general de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e após o ato de reconhecimento, os escravos foram submetidos a outros momentos de castigos, com surras, tendo parte de suas orelhas cortadas e tatuados o rosto com a letra "F" de Fugitivo feita com ferro em brasa (ALVES, 2000, p. 1).

Assim, ao final do século XVIII, foi posto em execução um plano de ocupação efetiva conforme descreve a historiadora Corrêa (1999, p. 65):

² O sistema fluvial da Bacia do Prata, possui uma superfície de 3.100.000 Km2, que se estende pelos territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, formada por três grandes unidades hidrográficas que são: rios Paraná, Paraguai e Uruguai, todos com nascentes em território brasileiro.

³ Denominam-se bandeirantes os sertanistas que penetraram os sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos. Houve três tipos de bandeiras: as de tipo apresador, para a captura de índios para vender como escravos; as de tipo prospector, voltadas para a busca de pedras ou metais preciosos e as de sertanismo de contrato, para combater índios e negros (quilombos).

⁴ Esse rio pertence ao sistema fluvial da Bacia Amazônica, nasce na Chapada dos Parecis, no Estado de Mato Grosso e serve de linha demarcatória entre o Brasil e a Bolívia até o ponto em que, como afluente, se junta ao rio Mamoré ainda fazendo a divisa dos dois Países, indo desaguar no rio Madeira em território brasileiro.

⁵ Situada na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, em Mato Grosso.

[...] Dessa maneira, a região sul de Mato Grosso foi percorrida como rota alternativa desde os primórdios do século XVI até o XVIII para escoamento de gêneros coloniais de abastecimento, interligando a região do Rio da Prata com os Sistemas Andinos, produtores de metais preciosos.

A autora citada destaca ainda em sua obra que o processo de ocupação e conquista de Mato Grosso, sobretudo da região fronteiriça com castelhanos, caracterizou-se por modos e formas diferenciadas e particulares no período colonial. Dentre singularidades do processo de colonização da fronteira, ressalta o imediatismo da exploração, a sobrevivência frente ao isolamento, as condições ambientais, as dificuldades de abastecimento e a pobreza regional (CORRÊA, 1999).

2.4 CONTORNOS HISTÓRICOS, SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICOS: CORUMBÁ - MATO GROSSO DO SUL

A futura cidade de Corumbá, conforme o historiador Corrêa (2006), serviu de passagem aos representantes oficiais e aventureiros que buscavam benefícios em direção às minas da região de Cuiabá e Vila Bela no vale do rio Guaporé.

[...] este espaço vazio na ótica dos europeus, e pronto para ser ocupado dentro dos interesses coloniais, sofreu oficialmente um processo de loteamento em Madrid (1750), quando representantes portugueses e espanhóis estabeleceram um tratado de limites, numa tentativa de eliminar futuros conflitos entre os dois impérios coloniais (CORRÊA, 2006, p. 2).

Nesse cenário de imediatismo e de ocupação, Almeida (2005, p. 91) destaca o papel do negro escravizado para a consolidação da defesa da área de Mato Grosso que, segundo a autora, essa mão-de-obra “tornou-se indispensável na instalação do sistema colonial em Mato Grosso”. Ressalta, ainda, em seu trabalho, a passagem de uma carta de Rolim de Moura⁶ a Diogo de Mendonça Corte Real⁷ em 1754 que expressa a relevância do trabalho dos cativos:

⁶ Foi o 10º Vice-Rei do Brasil e governador de Mato-Grosso pelo período de 1751 a 1765.

⁷ Político português.

[...] nas plantações, nos transportes, nos comboios monçoeiros e nas construções, a mão-de-obra cativa era amplamente utilizada. O mesmo ocorria com destaque nas minas, onde o trabalho era árduo e insalubre, a ponto de exigir a substituição frequente de cativos, pois envelheciam e morriam precocemente.

No processo de ocupação da região oeste brasileira, em atendimento às instruções da Coroa Lusa, um plano de posse de pontos estratégicos foi traçado por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres⁸. Nesse sentido, pretendia-se assegurar o domínio de ocupação de pontos estratégicos na fronteira por temerem os confrontos com os nativos indígenas, impedir o avanço dos espanhóis e assegurar o controle da navegação das vias fluviais frente aos castelhanos. Para tanto, em 1775, os militares enviados pela Coroa Portuguesa fundaram o Forte Coimbra⁹ (CORRÊA, 2006).

Com a fundação do Forte (ver foto 4), deu-se o aumento de circulação de soldados e autoridades pelo rio Paraguai e consequente aumento de informações geográficas, permitindo que Luiz de Albuquerque fortalecesse sua política de controle da fronteira. A partir daí, estabeleceu-se mais um novo tratado de limites com o objetivo de encerrar a disputa entre Portugal e Espanha pela posse da colônia sul-americana do Sacramento. A exemplo do que ocorreu após a assinatura do Tratado de Madri, não tiveram êxito os trabalhos de demarcação e, em 1801, o Tratado de Badajós corrigiu o de Santo Ildefonso, restabelecendo a divisão definida cinquenta anos antes, no Tratado de Madri(CORRÊA, 2006).

⁸ Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, militar português, ergueu o Forte de Coimbra e o Real Forte Príncipe da Beira. Fundou Albuquerque (atual cidade de Corumbá), Vila Maria (atual Cáceres), Casalvasco (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), Salinas e Corixa Grande, consolidando o domínio português na região diante dos domínios da Coroa espanhola na América. O dinamismo de sua atuação na fixação das fronteiras da Coroa portuguesa no extremo ocidental do Brasil é expresso por uma referência que lhe foi feita pelo governador espanhol de Santa Cruz de la Sierra, à época: O mais ambicioso dos governadores portugueses.

⁹ O Forte Coimbra é administrado pela 3ª Companhia de Fronteira Porto Carrero. A fortificação foi a única do interior do Brasil a combater e seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se deu em 1974. O Forte também guarda referências culturais de natureza imaterial, é o caso da tradicional festa de Nossa Senhora do Carmo.

Foto 4 - Maquete do Forte Coimbra exposta no Museu de História do Pantanal.



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

Após a fundação do Forte Coimbra, os militares portugueses, para efetivarem a demarcação de território dentre as composições de estratégia para a ocupação militar de fronteira oeste, optaram por fundar um povoado nessa região. Dessa forma, primitivamente, em 21 de setembro de 1778, que anteriormente tivera outras denominações, fora fundado o lugarejo que atualmente é a cidade de Corumbá (CORRÊA, 2006).

Segundo registro de 1786, confere-se que o povoado era habitado por em média 200 pessoas que plantavam milho, feijão e algodão além do consumo, bem como a abundância de caça e pesca (SERRA, 1786 apud CORRÊA, 2006).

[...] O cotidiano destes primeiros habitantes, como moradores-soldados, não pareceu ter sido fácil, enfrentando os rigores do clima e das condições precárias de sobrevivência, além do trabalho estafante para atender ordens do capitão-general (autoridade incontestável e de extremo poder dentro da administração colonial) (CORRÊA, 2006, p. 6).

Esse cenário modifica-se quando em meio a uma tragédia, em 1800, a povoação inicial de Corumbá fora destruída por um incêndio que, ainda assim, procurou reconstruí-la.

Segundo afirmar Corrêa (2006), essa decisão dos espanhóis deu-se para contrapor a permanência dos portugueses na Foz do Prata. Estes percebiam claramente a política de Portugal em querer ocupar todo o litoral atlântico até a Bacia do Prata e dessa forma, entendiam que os indígenas missionários pudessem ser um obstáculo ao avanço português.

Na primeira década do século XIX, a região de Mato Grosso ainda foi testemunha e objeto de registro de uma expedição russa que visava a descobertas científicas, a investigações geográficas, a estatísticas e a estudo de produtos desconhecidos no comércio. A atividade foi financiada pelo governo russo e obteve o apoio do império português, que reuniu, entre outros, os pintores Moritz Rugendas, Hercule Florence, Adrien Taunay, o botânico Ludwig Riedel, o astrônomo e cartógrafo Nester Rubtsov e o zoólogo Christian Hase. A expedição de nome Langsdorff é referenciada como uma das mais valiosas em resultados de acervos e fontes para o conhecimento de nosso país. Após percorrerem, de 1821 a 1829, cerca de 17 mil quilômetros, desde o Rio de Janeiro até o Amazonas, passando por Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, como pode-se visualizar na foto 5 a expedição terminou de forma trágica para um de seus componentes com a morte de Taunay ao tentar atravessar a nado o rio Guaporé. Adrien Taunay, primeiro desenhista da expedição, dedicou-se ao desenho e à pintura em aquarela em Mato Grosso. Em Vila Bela de Mato Grosso passou pela aldeia dos indígenas bororo e atingiu a divisa com a Bolívia (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL ARTES VISUAS, 2009).

Figura 4 - Registro em aquarela de Adrien Taunay na Expedição Langsdorff no Brasil.



Fonte: Monteiro e Kaz (1988).

Pôde-se perceber na historiografia disponível que em 1845, o nome Corumbá já era utilizado definitivamente e que, após o incêndio ocorrido em 1800, sua população reduziu-se para aproximadamente 100 pessoas. Era formada por de brancos, indígenas e negros, descendentes de indivíduos deportados, vivendo na cidade transformada outrora em um presídio (CASTELNAU, Francis, 1845 apud CORRÊA, 2006).

Em relação às transações comerciais via fluvial, data-se de 1782 quando da saída da primeira partida de calcário do porto de Corumbá que, em 1862, de acordo com registros históricos, era o principal entreposto comercial de região do Mato Grosso, permeado de otimismos, todavia sujeito às instabilidades (MENDONÇA, 1919 apud CORRÊA, 2006).

Portanto, em 1850, as embarcações a vapor já circulavam com passageiros ao longo das principais rotas americanas. As cidades aproximavam-se das metrópoles européias e norte-americanas pelos portos dos antigos centros coloniais na América Latina, situação que abriu acirrada concorrência entre emergentes potências capitalistas e provocou profundas transformações (CORRÊA, 1999, p. 126).

Porém, a realidade ia além de decretos e determinações estabelecido entre o Império-luso e a República paraguaia, coexistindo, nessa fronteira aberta, o constante contrabando de mercadorias e de pessoas pelos rios e pela fronteira seca, permeada de diversas tentativas de acordos de paz e limites territoriais (CORRÊA, 1999).

O cenário de batalhas e tragédias dos ocupantes do oeste brasileiro prosseguiu, quando Francisco Solano Lopez¹⁰ atacou a Freguesia de Santa Cruz de Corumbá, nome que a futura cidade de Corumbá passou a ter naquela época. Pelo período de dezembro de 1864 a março 1870, permaneceu o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) pela disputa do controle da navegação do rio Paraguai. Tal conflito estendeu-se para além da fronteira e alcançou Coimbra, Corumbá, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Coxim e boa parte dos Pantanais. A organização colonial de Corumbá foi arrasada novamente (CORRÊA, 1999).

Dessa forma, a guerra com o Paraguai tardou o efetivo e estável processo cobiçado de crescimento econômico da cidade, mas não a esmaecendo enquanto base de navegação estratégica (CORRÊA, 2006, p. 14).

Foram tempos de pânico, miséria, doenças, infortúnios e despovoamento (ver foto 5) conforme descreve Corrêa (1999, p. 99):

[...] Os habitantes dessa zona fronteiriça que não foram afetados de forma direta pela invasão sofreram as consequências do prolongamento da guerra, padecendo pelo isolamento, pela carestia do abastecimento e por outras dificuldades. Outros sofreram com o aprisionamento de suas famílias, levadas à força para Assunção, e com a ruína de seus negócios e de suas propriedades. Padeceram, ainda, com o flagelo de moléstias de caráter epidêmico que

¹⁰ Solano López foi um militar paraguaio, presidente vitalício de seu país de 1862 à data de sua morte em 1870.

grassaram por ocasião da guerra, com a varíola na Retomada de Corumbá e a cólera na Retirada da Laguna, expandidas por grande parte da Província.

Foto 5 - Maquete da 1^a força expedicionária em defesa de terras pantaneiras, exposta no Museu de História do Pantanal.



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

“A partir de 1867, ao ser retomada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho¹¹, a cidade de Corumbá começou a ser reconstruída pelos locais, posseiros e colonizadores, restabelecendo-se também a paz na fronteira” (CORRÊA, 2006, p. 41).

A atividade da pecuária, iniciada entre 1830 e 1840, considerada como principal atividade econômica por autoridades de Mato Grosso, mesmo em meio à devastação da guerra e saques permanente dos paraguaios, não se abateu por completo.

¹¹ Antônio Maria Coelho foi um militar e político brasileiro que chegou à patente de marechal. Adquiriu grande prestígio no Império após sua destacada atuação durante a Guerra do Paraguai, no histórico episódio de 13 de junho de 1867, conhecido como a Retomada de Corumbá, renome que lhe garantiu o cargo de primeiro governador de Mato Grosso após a Proclamação da República. É dele a ideia da criação da atual bandeira de Mato Grosso.

Diferente da pecuária, mas no mesmo contexto de ocupação do Novo Mundo, o mesmo processo de continuidade não aconteceu com os indígenas habitantes dessa região, envolvidos direta ou indiretamente no processo da Guerra do Paraguai. Ao fugirem para se protegerem dos horrores dos confrontos, abandonavam suas terras temporariamente que, ao retornarem, já eram ocupadas por migrantes e posseiros, fazendo-os indigentes em diversas comunidades tribais.

Nessa mesma época, um conjunto de medidas estimulou o restabelecimento da vida urbana em Corumbá, dentre elas, a internacionalização das águas do rio Paraguai até Corumbá que, até então, tivera um comércio acanhado fronteiriço.

[...] Começou a concretizar-se o sentido histórico desta cidade e de seu porto estratégico na província para a saída de produtos locais e entrada de mercadorias estrangeiras, atraindo para estas atividades toda sorte de aventureiros e comerciantes (CORREA, 2006, p. 13).

Em 1878, Corumbá foi elevada à categoria de cidade e, nesse período de reconstrução do pós-guerra, teve como principal característica a falência com a herança colonial na região. Dos primórdios, percebe-se a análise do historiador, quando menciona:

[...] Os documentos oficiais e as impressões de viajantes, que registraram os tempos pioneiros de Corumbá, revelaram, em última análise, os sacrifícios e os padecimentos da sua população inicial, bem como as medidas inadequadas de seus comandantes, ainda que tivessem propósitos relevantes de proteger e ocupar efetivamente este território. A história de Corumbá, foi, portanto, e sem dúvida alguma, feita de sangue, suor e lágrimas, o que possibilitou, entretanto, a conquista e formação definitiva do atual contorno desta fronteira (CORRÊA, 2006 p. 15).

Uma nova fase caracterizou-se na história política, social e econômica da cidade do pós-guerra, não só com o aparecimento de novas lideranças, mas também com a relevante contribuição da força de trabalho dos nativos e dos primeiros migrantes negros e paraguaios.

Na lida diária dessa nova etapa no Porto Geral, os cativos de ganho e os indígenas trabalhavam, dividindo o mesmo espaço, sendo o indígena utilizado esporadicamente a um custo mais baixo. Os nativos eram utilizados nas descargas

dos navios e carretos de bagagens e mercadorias, mas era, sobretudo, o trabalhador escravizado quem executava as atividades de atracar embarcações, carregar e descarregar as mercadorias e executar as demais tarefas cotidianas do ancoradouro. Desempenhavam também atividades de carpintaria, pedreiro, lavrador, roceiro, jornaleiro, lavadeira, entre outras (ALMEIDA, 2005).

Almeida (2005, p. 113) ainda cita relatos e dados que comprovam que a mão-de-obra escrava era mantenedora da sobrevivência de proprietários ricos e pobres em Corumbá:

[...] os cativos urbanos eram destinados ao aluguel e ao ganho. Eles trabalhavam como serviços domésticos. Nas ruas, os negros de ganho carregavam mercadorias em cestos, tabuleiros ou na cabeça; transportavam pessoas; prestavam serviços como operários, marinheiros, quitandeiros, barbeiros, cirurgiões, pescadores, cocheiros, músicos e pedreiros; vendiam produtos alimentícios, utilidades domésticas, roupas e livros. Havia também as cativas que se prostituíam e os doentes e inválidos que pediam esmolas a mando dos seus cúpidos proprietários.

Diante do incentivo à colonização no pós-guerra, os paraguaios também estiveram em grande número na reconstrução da cidade. Segundo Corrêa (1999, p. 213):

[...] o imigrante paraguaio foi visto como recurso alternativo e concreto para suprimento de braços para a lavoura, ou seja, um contingente disponível e passível de aproveitamento em atividades diversas, sobretudo as de trabalho em escala extensiva, ou até mesmo de braços armados, aliciados em movimentos políticos ou nas questões de solução violenta.

Nessa conjuntura, como uma das estratégias para a sua permanência em território brasileiro, “os paraguaios e também imigrantes livres e pobres, engajavam-se como voluntário nas corporações da fronteira, para depois de algum tempo solicitarem sua naturalização” (CORRÊA, 1999, p. 215-216).

2.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICAS: FASTÍGIO DO COMÉRCIO PORTUÁRIO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ ATÉ A DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Relativos ao dinamismo do comércio portuário, permaneciam os anseios da sociedade as solicitações de soluções, referentes à implementação em âmbito de escala da produção e exportação, bem como, a melhoria de infraestrutura portuária.

Vale ressaltar que, em meados do século XIX, no continente sul-americano, a política econômica expansionista para as jovens nações foi uma condição em que todas eram orientadas e financiadas por capital externo, ou, para o incremento das vias de comunicação e/ou para a exportação de potencialidades do lugar (CORRÊA, 1999).

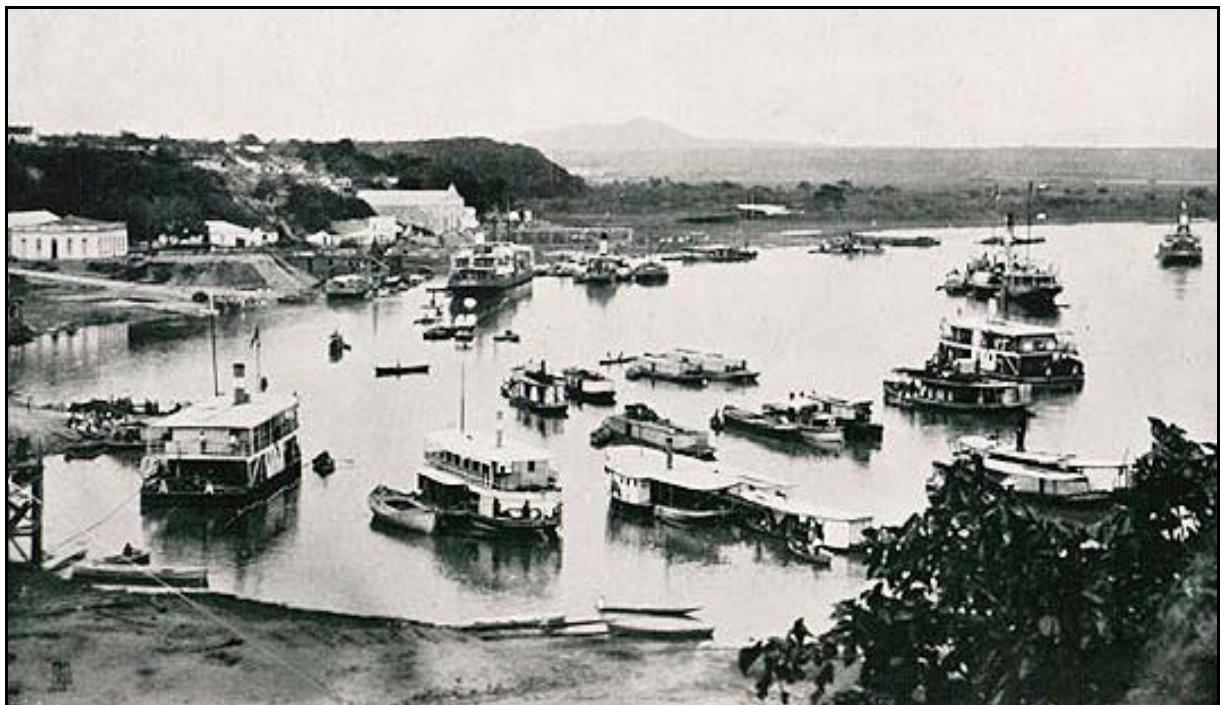
Até o final do séc. XIX, os rios Paraguai, Paraná e Prata eram os únicos meios de comunicação da região. Dessa forma, o porto de Corumbá transformou-se no entreposto do grande comércio importador e exportador, referenciando-se enquanto pólo representativo político e econômico em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX perante todo o Estado de Mato Grosso. Dessa época, e desde a última década do século XIX, a empresa Nacional Lloyd Brasileiro mantinha uma linha regular de cargas e passageiros (CORRÊA, 1999, p. 135).

[...] mantinha a linha regular de paquetes no percurso Rio de Janeiro-Cuiabá, com passagens pelos portos de Santos, Cananéia, Iguape, Paranaguá, Antonina, São Francisco, Florianópolis, Rio Grande e Montevidéu. Da capital uruguaia fazia-se o transbordo de mercadorias e passageiros para navios a vapor de menor calado que, no trajeto ate Cuiabá, realizavam escalas em Assunção, Conceição (ambas no Paraguai) e em Porto Murtinho e Corumbá. [...] Daí em diante, passageiros e mercadorias destinadas a outras regiões de Mato Grosso navegavam em embarcações de menor calado ainda.

Devido à expansão comercial, criou-se, em 1909, a expectativa da construção do cais do porto que, para exportadores e importadores, significava a reversão dos altos impostos cobrados em benfeitorias de infraestrutura portuária significativa para o aceleramento econômico.

Com forte influência de imigrantes europeus e de outros países sul-americano estabelecido especialmente no comércio, novo impulso deu-se para o desenvolvimento de Corumbá que passou a ter o terceiro maior porto da América Latina até a primeira metade do século XX (ver foto 6).

Foto 6 - Porto Geral de Corumbá do início do século XXI.



Fonte: Álbum Gráfico do Mato Grosso (1914).

No cenário desenvolvimentista da cidade deste período, a contribuição do trabalhador escravizado nas mais variadas tarefas portuárias foi uma referência. Aleixo (1984 apud ALMEIDA, 2005, p. 105) lembra que:

[...] Nos portos de Corumbá e Cuiabá, costumava-se encontrar negros, alugados pelos seus senhores, para realizarem tarefas diversas, como de carga e descarga de navios. Todos aqueles que não podiam comprar escravos ou que, necessitando, não se interessavam em investir neles seu capital, alugavam negros de outros senhores.

Desse tempo ainda e de acordo com testemunho de 1911, pode-se perceber algumas características da sociedade miscigenada e multicultural corumbaense das primeiras décadas do século passado. “A população era estimada em 10.000 pessoas, somando 30% de corumbaenses, 20% de brasileiros de várias

procedências, 10% de soldados e o excedente era proveniente da América do Sul e Europa" (CORRÊA, 2006, p. 94).

Desses provenientes da América do Sul, os paraguaios estiveram em maior escala na região após findar a guerra. Entravam pela via fluvial do Baixo-Paraguai e pela fronteira-seca por meio de passagens que permitiam o trânsito-livre.

[...] vieram fugidos da desolação do pós-guerra em seu país de origem, da fome, da insegurança e falta de garantias de vida agravadas pelas frequentes crises políticas e revoluções, que se sucederam de forma continua num Paraguai destroçado, endividado e sem perspectivas de desenvolvimento a curto ou médio prazo (CORRÊA, 1999, p. 202).

Em relação ao cotidiano da população no Porto da cidade de Corumbá, o viajante Annibal Amorim (1991), citado por Corrêa (2006, p. 183) relatou que, além dos problemas cotidianos vivenciados como a violência e a falta de segurança, a cidade se assemelhava ao porto da cidade de Salvador¹². Naquela época, a área territorial do Porto Geral era composta de alfândega, estabelecimentos bancários e grandes casas de importação e exportação, o qual era constantemente movimentado, com tráfego de 12 vapores entre Corumbá e Montevidéu, 02 excelentes vapores de uma Companhia Paraguaia e outros vapores pertencentes a casas comerciais da cidade. O grande comércio era controlado por alemães e brasileiros, já o pequeno, pelos sírios e libaneses.

Por ocasião do isolamento geográfico e da diversidade cultural estabelecida em função das atividades comerciais, a cidade acabou recebendo influências de países europeus e do prata e, ainda hoje, se fazem perceptíveis na arquitetura, na música, na gastronomia e no sotaque. Diz-se popularmente que, no ano de 1913, um oficial das forças armadas, em visita à cidade falou ao chegar a Corumbá: "no hotel, no bar, nas casas de comércio, por toda parte, ouve-se falar todas as línguas nessa longínqua e pequena babel e não serei exagerado em falar que o português não é o idioma que mais se fala". Esse é um depoimento que

¹² A cidade de Corumbá constitui-se de parte baixa (com desnível estimado de 40 metros), que é onde se dinamizou o comércio fluvial até o início do século XX a beira do rio Paraguai e que atualmente estão instaladas algumas agências de turismo, bem como, estão sendo implantados novos empreendimentos em prédios tombados para novos usos. A parte alta (região superior da encosta, é mesclada por residências, comércio e serviços em geral até os dias de hoje).

revelava a influência estrangeira que existia em Corumbá na época (WIKIPÉDIA, 2008).

A vida social, ainda segundo esses registros, era intensa, permeada de frequentes bailes, concorridas sessões de cinema e jornais semanais. A diversão e entretenimento amenizavam a sensação de isolamento que existia na região, dentre essas, as apresentações das principais companhias de teatro do Rio de Janeiro e cidades do Prata. Nesse sentido, no contexto das práticas socioculturais, vale relembrar o Bijou Theatro, construído com 500 lugares, o primeiro teatro permanente de Corumbá. Segundo Silva Neto (1995, p. 34), os cinemas chegaram a Corumbá: o Excelsior, o Santa Helena, o Santa Cruz, o Tupi, o Dom Bosco e, por último, o Cine Anache. Sobre a sétima arte, Luis Carlos de Oliveira Borges, em publicação de texto no 10º Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá - Memórias, relata sobre a história do cinema em Mato Grosso e acrescenta:

[...] distante geograficamente dos considerados grandes centros urbanos, Mato Grosso já assistia à primeira sessão de cinema e experimentava as mesmas sensações vivenciadas pelos franceses, em 1895, na primeira sessão de cinema promovida pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, no subsolo do Grand Café, nº 14, do Boulevard des Capucines. Desde a primeira sessão do cinematógrafo no Estado, em 1903, na cidade portuária de Corumbá, ainda pertencente ao Mato Grosso, o cinema sempre esteve influenciando a vida e os costumes desta sociedade, seja pela sua presença ou pela sua ausência. De certo é que a imprensa da região registrou o dia-a-dia desta nova atividade e constituiu-se até então como o seu maior escrivão.

Representações e características da região também foram oferecidas na sofisticada publicação do *álbum gráfico*, que foi impresso na Europa e finalizado na primeira década do século XX. O álbum refletia nitidamente os anseios e interesses dos comerciantes na divulgação para a manutenção e modernização da navegação através da Bacia do Prata por meio desse elaborado informativo econômico.

No início do século XX, os comerciantes locais se manifestavam frente ao Congresso Nacional, mais especificamente no ano de 1923, como cita Corrêa (1999, p. 139). A navegação indicava uma situação delicada frente às decisões de governantes paraguaios, dos preços não competitivos no mercado internacional e ao encarecimento propiciado pelos fretes e reflexos da Primeira Grande Guerra

Mundial. Dessa guerra, obtinham-se as reorientações dos interesses comerciais e de investimentos no mercado mundial até então estabelecidos.

Corrêa (2006, p. 92) assinala que desse período, fins do século XIX e primeiras décadas do XX, “Corumbá já sentia os impactos da Primeira Guerra Mundial [...] sem contar com a chegada do trem até Porto Esperança em 1914”.

Por esse viés, percebe-se, entre os pesquisadores, que há uma ambiguidade com relação ao período de declínio das atividades comerciais no Porto de Corumbá, entre os pesquisadores conforme corrobora Paixão (2006, p. 127) em pesquisa recente, infere que “para alguns autores a ferrovia encontra lugar certo e de destaque na análise do espaço urbano”. Pelo olhar de outro estudioso, completa que esse fato possa estar “associado à Primeira Guerra Mundial”.

Portanto, pode-se deduzir que o fator acrescido e determinante para a decadência do comércio portuário de Corumbá foi a chegada da estrada de ferro até Porto Esperança em 1914. A rota pela Bacia do Prata deixou de ser a mais relevante, quando os trilhos da ferrovia foram congregados à região e alcançaram os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, situação que não estagnou por completo a navegação fluvial. Com menor intensidade, ainda manteve importante elo com diversas regiões de Mato Grosso e, quinzenalmente, com Assunção (CORRÊA, 2006).

Em 1919, os grandes comerciantes do porto ainda alimentavam esperanças de melhorias no cenário econômico. O fluxo de mercadorias, nessa época, movido por trens de cargas sofria atrasos de um a dois meses segundo denúncias. Corumbá criava uma nova dependência ocasionada pela irregularidade da circulação dos trens (CORRÊA, 2006, p. 104).

Em perspicaz análise, Paixão (2004, p. 2) ressalta que:

[...] A partir da década de vinte do século passado, por razões de ordem mundial (Ciclo de N. Kondratieff), ou nacional (transporte ferroviário), a cidade que era ponto intermediário ou de partida (via fluvial), passa a ser o ponto final, com a implantação da ferrovia e sua utilização como principal meio de transporte entre essa região e outras do Brasil.

Corrêa (2006, p. 172) afirma que, até 1938, grande parte dos produtos brasileiros consumidos em Corumbá, ainda era transportada por via fluvial, por navios confortáveis e elegantes, de passageiros e de cargas. Uma das dificuldades dos navios era enfrentar a burocracia na região portuária do Prata, além da não regularidade de manutenção de seus serviços por diversos fatores. Dentre eles, pode-se citar a grande seca que paralisou completamente a movimentação desses ocasionando prejuízos de grandes proporções.

Ainda no período da década de trinta, a sociedade de Corumbá desfrutava de diversos momentos culturais com a passagem de companhias de óperas, teatrais e circenses que subiam o rio Paraguai após apresentações na região do Prata. “Duas manifestações da cultura popular no período pós-guerra também se fortaleciam enquanto patrimônio cultural e identidade do povo corumbaense: o Carnaval e o Arraial do Banho de São João” (CORRÊA, 2006, p. 176-177).

Ainda em fins dos anos 30, a ferrovia Brasil-Bolívia passou a ser a grande esperança de Corumbá para ampliar suas atividades comerciais, o que motivou a vinda do presidente Getúlio Vargas à cidade, quando Vargas inaugurou o primeiro trecho da estrada de ferro, de 96 Km, após a fronteira (CORRÊA, 2006).

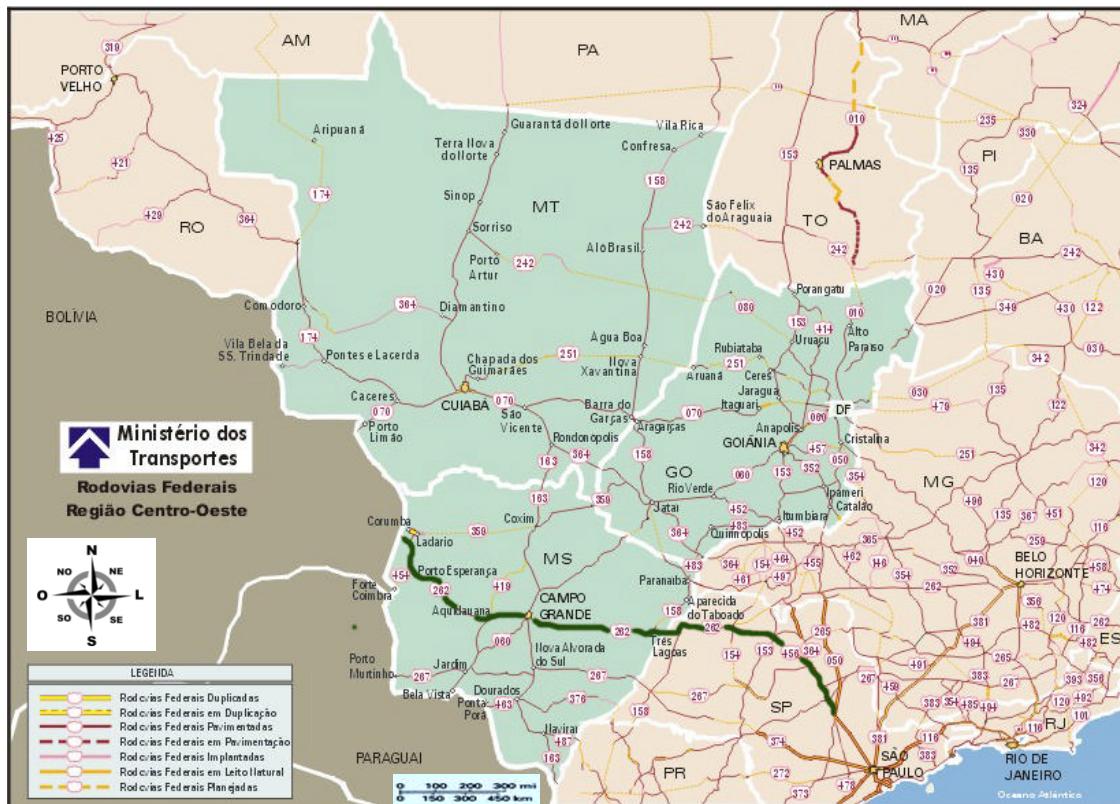
Na década de 40, Corumbá passou a priorizar comercialmente a exploração mineral. Com o aparecimento das atividades da Sociedade Brasileira de Siderurgia e da Sociedade Brasileira de Mineração, iniciou-se a exportação de manganês com a abertura de uma usina entre Corumbá e Ladário¹³, e a partir de 1946, produziu-se ferro gusa. Mas houve uma iniciativa anterior no período da Primeira Guerra Mundial que encerrou seus trabalhos sem conseguir exportar nenhuma tonelada de minério do Urucum¹⁴, apesar de largos investimentos para, na década de 70, as atividades se consolidarem (CORRÊA, 2006).

¹³ Ladário é um município brasileiro localizado a oeste do estado de Mato Grosso do Sul e a 6 Km do município de Corumbá.

¹⁴ Morro do Urucum é um morro localizado na zona rural de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Famoso por ser a maior e a mais culminante formação rochosa do Estado, com altitudes que superam os mil metros. Em razão da natureza das suas rochas, o Maçizo do Urucum possui grandes reservas minerais, em que se destacam o manganês tipo pirolusita e criptomelana (possui a maior reserva do Brasil e uma das maiores do mundo, podendo ser extraídas 30 milhões de toneladas) e o ferro tipo hematita e itabirita (terceira maior do Brasil). Suas jazidas estão sob o controle das seguintes empresas: Vale/Urucum Mineração e o Grupo Rio Tinto Brasil/Mineração Corumbaense Reunida.

Somente em 1952, após quarenta anos de espera, inaugurou-se o trecho¹⁵ da ferrovia Porto Esperança - Corumbá (figura 4), o que gerou prejuízos irreparáveis ao crescimento e à modernização da cidade, período que não foi suficiente para recuperar o tempo perdido (CORRÊA, 2006, p. 189).

Figura 4 - Indicação do trecho da ferrovia Corumbá - Bauru.



Fonte: Ministério dos Transportes (2008).

A iniciativa esperançosa de construção do cais do porto foi retardada de 1932, quando obteve o primeiro levantamento topográfico, até 1951, quando finalmente foi concluído com 200 metros de extensão.

Ainda na década de 50, mesmo em meio à precariedade no fornecimento de energia elétrica, reflexo da Segunda Guerra Mundial, começou a ser construída uma fábrica de cimento para a exploração de calcário, pela abundância existente às

¹⁵ Essa linha funcionou fazendo os trechos São Paulo - Bauru, Bauru - Corumbá e Corumbá - Bolívia, conduzindo passageiros com a função de turismo ou de comércio de exportação. É considerado um dos meios de transportes menos impactantes do ponto de vista ambiental, pois se encontra totalmente construída há mais de meio século, e o eixo viário permite o acesso à Bolívia, Peru e Chile. Essa ferrovia permite a integração socioeconômica ao bloco regional do Mercosul.

margens do rio Paraguai. A seguir, iniciou-se a exportação para o Paraguai de minério de ferro via fluvial (CORRÊA, 2006).

Oliveira (2001 apud PAIXÃO, 2004, p. 2) relembra que, ainda na década de 50, outras indústrias são instaladas, sobretudo por famílias de sírios e libaneses. Foram indústrias de grande porte para a ocasião, tais como o moinho mato-grossense e a fiação mato-grossense, o que gerou certo êxtase e perspectiva de progresso entre os moradores da região. “Contudo, no início dos anos 70, todos esses empreendimentos já estavam fechados, frustrando, mais uma vez, os anseios desenvolvimentistas da região”.

O ano de 1963 marcou o início da circulação pela estrada de ferro de trens de passageiros com melhorias de estrutura dos trens. Juntamente como iniciativas do governo, iniciou-se também a construção de uma estação ferroviária que atendesse o Brasil e a Bolívia.

Uma nova perspectiva de crescimento econômico, na década de 60, surgiu em Corumbá, quando despontaram as primeiras especulações em torno da construção de uma estrada de rodagem que ligaria o município ao resto do país, o que foi concretizado dez anos depois.

As ações da navegação fluvial, nesse período, já eram escassas, poucas e pequenas empresas particulares ainda percorriam as águas do rio Paraguai. As condições eram extremamente desfavoráveis à continuidade por causa das condições onerosas de impostos e de navegabilidade, e pelas possibilidades que traziam a ferrovia e os investimentos provenientes da estrada de rodagem.

A partir da década de vinte, frente às dificuldades em continuar suas atividades comerciais no Porto Geral, o município iniciou um processo gradativo de esvaziamento populacional. Os comerciantes começaram a buscar novos mercados e oportunidades, alguns se tornaram pecuaristas. Priorizou-se o crescimento da parte alta da cidade e o porto lentamente foi perdendo sua hegemonia e identidade socioeconômica e cultural, iniciando-se assim, a desterritorialização do Porto Geral.

Diante do crescimento do setor produtivo local, a pecuária pantaneira continuou a representar-se como o segmento mais forte da economia corumbaense até a chegada da grande cheia de 1974. As águas desarranjaram a economia rural

pantaneira, destruindo grandes e pequenos empreendimentos e acelerou a migração campo-cidade.

Dando continuidade à história de Corumbá, em referência às perspectivas de crescimento relativas a projetos do lugar, aqui, em especial a inauguração da estrada de ferro Porto Esperança-Corumbá, Corrêa (2006, p. 171), assinala que:

[...] ilustra uma questão recorrente em toda a história de Corumbá no século XX: o aparecimento constante de projetos com perspectivas de crescimento, criando sonhos de desenvolvimento para a região. Como todos esses projetos dependiam de fatores externos, políticos e econômicos, para a sua viabilização, o não acontecer foi o fio condutor na história da gente corumbaense, em contraponto com seus sonhos e esperanças.

Em 11 de outubro de 1977, é criado o Estado de Mato Grosso do Sul, sediado em Campo Grande e instalado em 1º de janeiro de 1979. Campo Grande passou a ser a capital do novo estado, ficando Corumbá com um número reduzido de atividades econômicas, mas com grande funcionalidade nas atividades agropecuárias.

3 MEMÓRIA SOCIAL: FATOS MARCANTES NO DESENVOLVIMENTO DE CORUMBÁ

Para dimensionar os fatos que marcaram o desenvolvimento de Corumbá a partir da década de 70, utilizaram-se algumas entrevistas narrativas e jornalísticas, uma vez que a bibliografia sobre a temática é bastante escassa. Nesse contexto, inicialmente, vale ressaltar o papel do pesquisador e seu método de abordagem, bem como a interpretação com base científica, adotados no presente estudo.

3.1 O PESQUISADOR SOCIAL, O CONTAR HISTÓRIAS E OS MÉTODOS

O estudo contempla um contato direto com a população-alvo pesquisada, por meio de diálogos, discussões e entrevistas narrativas interpretadas à luz do conhecimento científico.

Para tanto, a coleta de dados foi realizada em dois momentos. A primeira fase configurou-se em um delineamento de informações bibliográficas acessíveis ao tema trabalhado em âmbito histórico/temporal e geográfico/territorial. A segunda fase foi aportada na entrevista narrativa classificada como um método de pesquisa qualitativa, considerada uma forma de entrevista não-estruturada, de profundidade, com características específicas. Nesse sentido, segundo Bauer e Gaskell (2007, p. 90), o estudo de narrativas conquistou uma nova importância nos últimos anos e estão relacionadas com a crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais.

No cenário contemporâneo da pesquisa social, ainda segundo Bauer e Gaskell (2007, p. 91), os pesquisadores destacam que:

[...] não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa, são infinitas em sua variedade e encontramo-las em todo lugar e de todas as formas, com palavras e sentidos que são específicas às suas experiências e ao modo de vida.

E acrescentam (2000, p. 91) que:

[...] contar histórias é uma forma elementar da comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.

Além disso, Bauer e Gaskell (2007, p. 73-74) indicam fundamentos teóricos para a escolha do método e alertam que, “quando lidamos com sentimentos e sentidos sobre o mundo e sobre os acontecimentos, existem diferentes realidades possíveis, dependendo da situação e da natureza da interação”, e assim complementam:

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (entrevistado) para outro (entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador, estão de maneiras diferentes, envolvidos na produção do conhecimento.

Dessa forma, tendo avaliado as informações da fase de pesquisa bibliográfica, partiu-se para a pesquisa qualitativa de campo. Essas foram dinamizadas de forma individual com 09 agentes sociais que vivenciaram e hoje participam das transformações decorrentes no Porto Geral de Corumbá. Nesse encaminhamento, priorizou-se a cosmovisão pessoal detalhada desses agentes, tornando-se possível codificar o conhecimento tácito dos narradores e analisar alguns fatos relacionados com o presente e o passado, no contexto da desterritorialização e dos processos de intervenção patrimonial iniciados na área de estudo. Além disso, estabeleceu-se uma interação (entrevistador e entrevistado),

diante do processo de (re)territorialização, de forma instigante ao ouvir e gravar em áudio e vídeo as narrativas construídas, discutidas, interpretadas e disponíveis no acervo do pesquisador¹⁶ e editada no memorial digital¹⁷.

Pondera-se que, em um mundo social que possui riqueza e diversidade que ainda não se conhece plenamente, a narrativa dos sujeitos poder-se-ia fazer vencer as distâncias, a partir das lembranças dos que conhecem e guardam suas histórias de vida, de sua terra e de seus conterrâneos.

Ressalta-se, ainda neste estudo, que enquanto uma das funções sociais do cidadão, com maior tempo de existência, é se colocar na sociedade enquanto lembrança e vivência, colaborando na união do começo e do fim, ligando o que foi e o porvir. Bosi (2006, p. 60), que pela sensibilidade, sensatez e poesia, define a significância da lembrança das pessoas idosas da seguinte forma:

[...] Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente [...].

Assim, no encaminhamento deste trabalho, com aprofundamento individual foi dada ênfase à reciprocidade e ao intercâmbio dos lugares do sujeito e do objeto de estudo, de tal modo, que o investigador tornou-se veículo da memória dos “objetos”, numa tentativa de ligar uma listagem de acontecimentos, no tempo e no sentido, a partir de um enredo: o Porto Geral de Corumbá.

Para a evolução da pesquisa de campo com as entrevistas narrativas, com enredo identificado e sequencialmente gravado, e prévia autorização dos agentes sociais entrevistados, eles foram estimulados a narrarem a partir de encontros que permearam a explicação dos procedimentos da entrevista narrativa a desenvolver-se. No momento das entrevistas efetivadas em suas rotinas, por meio da comunicação cotidiana, os narradores receberam encorajamento explícito por

¹⁶ As entrevistas gravadas estão no acervo do pesquisador e disponíveis àqueles que desejarem consultar.

¹⁷ Composto da dissertação com a voz e a imagem dos entrevistados.

parte da pesquisadora que, com mínima influência nas narrações, se absteve de qualquer comentário, a não ser, por sinais não verbais de escuta atenta, alguns a saber: “hum”, “sei”, “sim”. Somente a partir da indicação da coda final da história, investigou-se por algo mais e também quando o narrador se deixava levar por assuntos diversos e não conseguia retomar o enredo da sua narração. Enquanto estímulo para a fluência das recordações, identificação e sentimento de pertença, utilizou-se o local de vivência e memória dos entrevistados - o Porto Geral¹⁸, no contar e escutar história.

Para a análise das entrevistas narrativas utilizou-se a proposta de Schutze (1977; 1983 apud BAUER; GASKELL, 2007, p. 106) que apresenta seis passos para se analisar narrativas. O primeiro é a transcrição detalhada; o segundo implica uma divisão de texto indexado e não indexado; o terceiro passo faz uso de todos os componentes indexados do texto para analisar o ordenamento dos acontecimentos para cada indivíduo; o quarto, as dimensões não-indexadas do texto são investigadas como “análise do conhecimento; o quinto passo compreende o agrupamento e a comparação entre as trajetórias individuais; e o último passo permeia comparações de casos e trajetórias individuais que foram colocadas dentro do contexto e semelhanças estabelecidas, permitindo assim, a identificação de trajetórias coletivas.

O método qualitativo foi empregado, prioritária e conjuntamente, enquanto técnica para tentar estabelecer e/ou descobrir quais perspectivas existentes ou pontos de vista sobre os fatos tratados neste trabalho permanecem e vão além daqueles já evidenciados e disponíveis anteriormente em estudos acadêmicos. Adotou-se tal procedimento, objetivando a maior compreensão de mundo da vida dos contadores de histórias, que foram expressas enquanto verdade, a partir de um ponto de vista, de uma situação no tempo e no espaço e que serão inseridas em um contexto geral sócio-histórico das mudanças provocadas no Porto Geral de Corumbá.

¹⁸ Cada entrevista teve como cenário das gravações com áudio e vídeo o Porto Geral, com pano de fundo os portais de residências e casas comerciais, objetivando estimular a memória sobre patrimônio cultural material do Porto Geral.

3.2 CONTEXTOS DA MEMÓRIA SOCIAL LOCAL: ENTREVISTAS NARRATIVAS E JORNALÍSTICAS QUE PERMEIAM A DÉCADA DE 70 AO ANO DE 2009

Até fins da década de 70, a cidade de Corumbá foi marcada por decrescimentos econômicos, acirrados no ano de 1974, conforme explícito no capítulo anterior, pela volumosa enchente do pantanal, que alcançou os principais setores econômicos.

O turismo de pesca apontou o princípio de uma atividade reveladora com uma nova infraestrutura, com indícios de viabilidade como possível destino turístico nacional no final da década de 70 e início da de 80. Essa atividade, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2004, p. 20), era uma realidade que teria “[...] grande impacto na região portuária, quando seu Casario começa a ser ocupado por escritórios que irão atuar no turismo pesqueiro”. Em tal perspectiva, percebe-se que é nesse período que se inicia lenta e gradativamente o processo de (re)territorialização do sítio histórico urbano tombado e o entorno do Porto Geral de Corumbá.

Até esse momento, com novas ocupações gradativas no Porto Geral, o que se pode perceber é que a degradação do Porto transpareceu principalmente por meio do abandono e a desvalorização dos imóveis, da retirada da classe média e do poder público do lugar e da popularização do comércio na parte alta da cidade. Era possível constatar, ainda uma deterioração da paisagem urbana, a descaracterização de alguns prédios históricos tombados e o consequente esvaziamento demográfico.

Orozimbo Garcia Decenzo¹⁹, um dos pioneiros do segmento turístico em Corumbá, vindo de São Paulo, na década de 70, traça um perfil do cenário evolutivo portuário e de sua trajetória pessoal em entrevista narrativa (2009), de quando se instalou no local, especificamente por meio de seu olhar, pela rua Manoel Cavassa:

[...] era uma coisa feia, era uma sujeira, era lixo [...] e nessa rua só existiam três comércios. Às vezes, as pessoas caíam, se machucavam, era depósito de lixo, isso de “cabo a rabo”, era barranco, pirambeira, muito sujo. [...] era sujo, ninguém se importava. Ali na esquina era um armazém de secos e molhados dos irmãos Baruki, era do seu Alberto Baruki, duas casas mais para cá, eram do Mansur Anache, da família Anache, que eram secos e molhados e

¹⁹ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

hoje, onde existe o Museu do Pantanal, ali era a Casa Carioca, de Nementhala Dib. Os três vendiam as mesmas coisas e os preços eram todos iguais. Era uma concorrência honesta, do restante desses prédios aqui tava tudo fechado. [...] Essa rua era depósito de couro de onça, pele de jacaré, pele de capivara, crina de cavalo, nessa rua aqui. Ficava estendido, então você ficava pulando em cima das peles. Isso aí era de Mansur Anache que vendia, comprava e vendia, não sei se era do Paraguai, da Argentina, para onde não me lembro, não sei também. [...] Olha que eu andei nesse Porto aqui e fechado, fechado, tudo fechado [...]. De repente eu entrei onde é o meu escritório e tinha um cidadão, que era despachante marítimo, Nilton Vaz. [...] e ele me falou, esse prédio é do Sonner Kassar [...] e quando eu fui falar com ele, ele foi com a minha cara e eu fui com a dele e ele falou: a chave está aqui, abre lá, é seu, vai trabalhar [...] Então foi aquela luta. [...] aí eu contratei um pintor que ele começou escrever aqui: Pantanal Tur, Pesca Turismo e Lazer. Corumbá foi muito bom pra mim sabe. [...] Eu acho que Corumbá é bom pra todos. [...] Aí a primeira visita que eu tive foi da EMBRATUR [Empresa Brasileira de Turismo], eles vieram aqui e pediram os documentos eu falei: que documentos, eu não tenho documento nenhum. Eles falaram: então vamos fechar essa esplanada aqui. Tudo bem, assim começou a minha vida. [...] Nesse Porto aqui, eu comecei a fazer meu sonho que era uma embarcação, comecei a fazer barco. Você vê, tem quase quarenta anos que o barco está na ativa e, através dessa embarcação e através de congressos e seminários que eu participava, eu fui divulgando Corumbá, falando de Corumbá. [...] e falava de Corumbá, e falava onde que é isso, onde que é, aqueles papos. [...] quando eu comecei a operar o turismo era difícil para você trabalhar [...].

Um episódio marcante no desenvolvimento do município sobre a ótica de preservação ambiental, foi a iniciativa de cidadãos em prol da criação da primeira lei ambiental para o Pantanal, em 1986, como se destaca na narrativa de Orozimbo Decenzo a seguir:

Já em 1982, nós tínhamos 4 ou 5 embarcações de turismo e um frigorífico de pesca, era o maior exterminador de peixe que eu já vi na minha vida. Ele tirava 90, 100 toneladas por semana do pantanal. Quando eu o via fazendo aquilo, eu ficava revoltado. Eu não achei um companheiro pra brigar e combater o frigorífico. Nós tínhamos quatro embarcações de turismo, quatro, o frigorífico tinha 20 embarcações de 10 toneladas, 20 embarcações [...]. O que aconteceu? Conheci vários jornalistas de São Paulo, um deles é o Antonio Lopes da Silva, que é diretor da revista Aruanã, liguei pra ele e comuniquei pra ele que eu queria falar com o Presidente da República, ele deu risada e disse: não é assim não cara, falar com o Presidente. Eu falei: você é jornalista e você tem autonomia de falar com ele, e eu quero falar com o presidente. [...] Passou um tempo, mais ou menos dois meses, você acredita que ele ligou pra mim e falou: Orozimbo está marcada a audiência com o Presidente da República para depois de amanhã. Fui eu, Dr. Moisés, J. Carneiro, Jorge Nader, Matateu que era colônia de pesca, foi ele que criou.

Nós fomos pra Brasília. Chegando lá, ficamos numa pensão de farofeiro, pensão baratinha, que a audiência era no outro dia, nós estávamos lá na mesa esperando o presidente da república. Chegou à imprensa e jornalistas querendo saber o que era, o que é, eu não dava bola não, queria falar com o presidente, era o Sarney. Só que tem uma coisa: quando aquele cidadão entrou e sentou-se à mesa, eu falei para o jornalista, esse aí é o José Fragelli, não tem nada a ver com o Presidente. Ele falou: fica quieto rapaz. Ele está como Presidente por um dia, o Sarney está viajando. Pede a Deus de ser ele. Eu falei: puxa, olha que maravilha. Quem que nos atendeu foi José Fragelli, que era o senador, então ele foi Presidente por um dia, e eu contei pra ele toda a história. Está aí a história, chama-se Lei Fragelli. Graças a Lei Fragelli²⁰ que ainda resta um peixinho até o Amolar, se não tivesse a Lei Fragelli, acho que nem rio não tinha mais aqui. Deu pra entender? [...]. De repente, começou a aparecer mais uma pessoa e colocou agência aqui, aí apareceu mais uma, mais uma, conclusão: hoje temos 70 embarcações, nós temos aqui acho que mais de 30 agências no Porto Geral [...].

Compatíveis a essas declarações, com o surgimento da problemática ambiental na região do Pantanal, com as novas ocupações e atividades incrementadas no Porto Geral, novos atores com funções e desejos diferenciados, também passaram a coexistir nesse cenário como relata o Tenente Coronel da Policia Ambiental, Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo²¹:

Primeiro, eu acho que é um trabalho importante para proteger uma história que, a exemplo da história do Pantanal, quando a gente fez a pesquisa para o museu²² teve a triste constatação de perceber e de descobrir que todo o acervo dos índios que existia aqui, a exemplo dos índios paiaguá, xaraés, está tudo na Europa. Então nós não temos o registro. Então esse documentário é importante [...]. Eu sou nascido em Minas Gerais, vim pra cá, meu pai era militar também [...] transferido, depois passei a seguir a carreira militar e ela praticamente aconteceu aqui no pantanal, especialmente, em Corumbá. Então, como outros personagens que vieram pra cá, é um lugar que todo dia lhe seduz de alguma forma, que às vezes a gente tem pouco tempo para prestar atenção nos detalhes, mas a beleza de Corumbá está nos detalhes, no sol, no detalhe das ruas, no detalhe dos causos [...] ela realmente te motiva cada vez mais a valorizar e mais do que nunca [...] eu certa vez falei aqui, é o tipo de lugar que as pessoas precisam se sentir co-responsáveis, por ser um lugar que oferece um universo de coisas que muitos lugares do mundo não oferecem [...].

²⁰ Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e da outras providencias. Lei nº 7679 de 23/11/1988. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=132525>>.

²¹ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

²² Referência ao Museu de História do Pantanal (MUHPAN) instalado no município de Corumbá.

[...] minha relação com o Porto começa em um momento muito interessante [...] eu vim pra cá no início dos anos 80, 82, 83, com uma missão inicial, eu era oficial e componente da polícia militar ambiental, vim para combater a onda que assustava o gado naquele momento no pantanal, que eram os coureiros, os caçadores de couro de jacaré e também a pesca integral. Quando nós chegamos aqui, eram operações que iam e voltavam da capital, mas em 85, nós viemos pra cá, uma tropa, que era necessário se instalar em algum lugar, e o destino como sempre e de todas as forças operantes, nós ficamos numa casa, provisória [...] era um local abandonado basicamente para consumo de droga e assim por diante. Eu consegui a cessão do prédio e nesse prédio ficou a polícia florestal no início da sua instalação definitiva, durante quase oito anos, até no início dos anos 90, onde instalado no Porto, nós tínhamos basicamente o primeiro processo de falência generalizado, que era comum no Porto, prédios abandonado e etc e tal [...]. Aí aquele lugar que serviu para chegada de importação da Europa, exportação de uma série de produtos, era o lugar pra gente descarregar peles apreendidas, toneladas e toneladas de peixes apreendidos, aqui mesmo passamos noites descarregando peixes apreendidos, capturados com rede, quer dizer, uma agressão violenta à natureza, que ao longo daqueles dez anos, quase que num processo de guerrilha, nós ficamos instalado nesses Porto, numa constatação diária da agressão ao meio ambiente [...]

Mas os impactos negativos, processados a partir do Porto Geral, no rio Paraguai vão além à visão do ambientalista Ângelo Rabelo, com o incremento da pesca desportiva:

[...] o Porto, ele passou depois da proibição da caça, nos anos 60, por uma decadência acelerada, os prédios basicamente abandonados, invadidos, a exemplo desse, que nós estamos aqui. O Porto passou a ser um lugar de operação de pesca comercial e a pesca desportiva, ela começou a acontecer numa escala muito interessante e que faz essa progressão, que tem a ver o que a natureza oferece e a ambição do homem, que você tinha barcos menores, a exemplo do Pioneiro, também como o próprio Orozimbo, que eram barcos com quatro, cinco camarotes transportando oito pessoas pra ir ao pantanal, ir para dentro do pantanal pra pegar o peixe e contemplar a natureza. Mas em numa escala de ambição, esses barcos foram pra dezesseis, pra trinta, aí vem o barco gigante pra sessenta, e aí num último ato de ambição, um barco pra cem passageiros pra capturar peixe. Lógico, com essa perturbação no meio ambiente, ele começa a reagir também, incomodado, o que eu acho um momento muito interessante, dessa questão do uso dos recursos naturais, que tem um ciclo muito bem definido aqui na região [...]. Primeiro, nos anos entre 1840 até 1940, mais ou menos cem anos, uma produção comercial de peles, penas, lógico que o couro que era determinante. Nós fornecemos para a Europa basicamente ou determinamos a moda a partir do nosso couro de animais silvestres. Aí depois, isso é interrompido, mas era um manejo empírico, o homem respeitava algumas regras da natureza.

Depois vem com a proibição da exportação. Aí vem outro tipo de consumo da natureza, que é basicamente a questão da pesca e aí ele começa nos dias de hoje, tá numa crise, limitação que a natureza está impondo, muito mais do que o homem, a natureza está impondo [...].

Pela conjuntura sociocultural de ocupação do território do Porto Geral, a partir dos anos 70, Orozimbo Decenzo é enfático ao relatar a rotina de ocupação do corumbaense no Porto:

[...] os corumbaenses nem sabiam o que era o Porto Geral, eles não sabiam e nem se interessavam pelo Porto Geral [...] Não vinham, não vinham, e eu comentava, às vezes, com Joel de Souza, que me entrevistava na rádio, eu comentava que os corumbaenses deviam conhecer o Porto Geral, participar com a gente [...] fazer um Porto descente [...] Eu já comentava, mas não adiantava nada. As pessoas desciam aqui, olhavam aqui nesse Porto, só via o Orozimbo aqui, os três comércios que eu citei e o resto tudo fechado [...]. Pra você ter ideia, eu fui pedir autorização para o Dr. Fadah, que na época era prefeito, que eu queria fechar aqui para abrir um zoológico. Ele falou: Pantanal já é um zoológico. Eu falei: exatamente, Pantanal já é um zoológico, mas só que eu quero que o Corumbaense venha ao Porto Geral, fazer uma atração para as pessoas virem ao Porto. O que eu fiz: eu cerquei 30 x 30 aqui com aquelas telas de futebol, eu cerquei sem ordem, sem licença, sem nada. Aí soltei minhas araras aqui, elas dormiam aqui. Eu tinha um veadinho bambi, eu tinha capivara, eu tinha jacaré e eu tinha um aquário de três metros de comprimento por um metro e meio de largura e um metro de altura, e eu fiz um aquário aí. Então eu deixava a noite a luz acesa para as pessoas saberem que lá no Porto tem um aquário. Quem sabe conquistava os corumbaenses para vir ao Porto Geral. Deu pra entender o sentido do zoológico que eu fiz? Era pra cativar as pessoas para virem ao Porto, porque era uma solidão, quando eu soltava o meu barco de turismo, a Cabexy, não tinha mais outra embarcação, não tinha mais nada. Então, morria o Porto. O turista chegava de avião ou de carro, de qualquer maneira, eu os colocava a bordo, eu ligava a máquina e eles saíam, iam passear, iam pescar. Aí eles saíam, o Porto ficava morto novamente. Então, eu queria trazer os corumbaenses [...] várias entrevistas que eu falava, comentava: olha, vamos lá no Porto, vamos conhecer o Porto [...].

Um dos fatores visíveis nas narrativas expressadas era a resistência da população frente ao uso do território do Porto Geral. Percebe-se tal repulsa quando se confere no processo de desenvolvimento de Corumbá, que essa região obteve um decrescimento populacional conjugado à percepção de que a região apresentava uma saturação funcional do seu Porto que não correspondia à demanda de expansão. Situação que fez com que o poder municipal abandonasse o centro e expandisse suas atuações de crescimento urbano para outros bairros, reduzindo o

centro original a um “corredor de tráfego”, com importância deliberadamente diminuída. A população de maior poder aquisitivo, não encontrando mais funcionalidade ou segurança na região, transferiu-se de lá para outros bairros na parte alta da cidade

As circunstâncias das relações socioeconômicas do Porto de Corumbá, a partir da década de 80, passaram por uma transição ainda maior com o despontamento da atividade econômica turística de pesca. Começaram a chegar novos aventureiros para se estabelecerem com suas famílias na área portuária e que hoje, são os grandes empresários proprietários e agenciadores de barcos-hotel turísticos. Das várias famílias que adotaram esse lugar para viver, morar e substituir, onde todas merecem estudo mais detalhado, ressalta-se neste trabalho de desenvolvimento local, a trajetória da família Hipólito pelo olhar da Daniela Hipólito²³, a filha do Senhor Gabriel e da Julinda do Porto:

Eu vim para essa terra maravilhosa há 30 anos e sinceramente, vocês foram muito perspicazes em me colocar aqui, porque eu estou vendo o Porto e as lembranças estão vindo, estão acontecendo [...]. A minha família veio para cá há 30 anos, o meu pai veio primeiro, gostou desse Porto, veio pescar e alugou uma casa [...] ele conheceu o senhor Jorge da Labarca, dona Nelly e ele pediu a Kombi emprestada e foi lá para Jacareí, eu sou de Jacareí, interior de São Paulo, e quando nós chegamos aqui, foi mais ou menos em 79 e 80 [...]. Minha infância foi toda em Corumbá, foi toda nesse Porto, correndo junto com os filhos dos piloteiros [...] eu me lembro dos barzinhos e de algumas brigas que aconteciam nesses barzinhos, que era bebida e misturava-se muita coisa [...] Claro que não tinha esse Porto que é hoje, com esse muro de arrimo, com essa configuração que está, tinha muita grama. Eu me lembro que a gente fazia esquigrama, a gente ficava cheia de sarna, e eu brincava muito com os filhos dos piloteiros, porque só éramos nós aqui. Os barquinhas chegavam e nós estávamos lá com um monte de bonecas, um monte de meninos brincando e era muito bacana [...]. O Porto era na minha visão, rico, muito rico, tinha aqui as famílias mais tradicionais, os Baruki que tinham uma mercearia, tinha muito barzinho, muito boteco, mas tinha pessoas que moravam aqui, que eram às vezes pescadores, trabalhavam nessa área de turismo, tinha oficina mecânica do senhor Jacinto e do Damião, até porque a coqueluche daquele momento eram os barquinhas, não eram os barcos-hotel [...] os barquinhas saíam de manhã e voltavam à tarde [...]. O meu pai teve esse barzinho, a princípio foi um bar [...] nós fornecíamos a isca, a gasolina, nós fornecíamos o alimento que a minha mãe fazia sanduíche, nós fornecíamos o gelo [...] não era barco-hotel nessa época, era barquinho, barco, motor e piloteiro, nós não tínhamos barco, motor e piloteiro. [...] Essa foi toda a base.

²³ Entrevista autorizada e gravada com áudio e vídeo em abril de 2009.

Depois de muito tempo o meu pai comprou o primeiro motor semi-usado. O primeiro barquinho semi-usado. Depois foi aumentando a renda e comprou o segundo, até comprar o primeiro motor novo. Teve uma época, eu me lembro muito bem, o meu pai tinha 30 barcos, 30 motores de popa pequeno, que não era 25 era 15 hp. O peixe estava ali, não tinha essa quantidade de barcaça, de soja, fazendo esse trajeto todo, então não tinha quantidade de barulho no rio também. [...] O turista ficava muito no hotel Beira Rio, que hoje é uma outra agência de turismo também. Então era muito mais prático [...] a Kombi ia buscar os turistas cedinho 4h30min a 5h, os barquinhas saiam, e voltavam 5 horas da tarde. Então esse foi o princípio de como a minha família veio para cá. Esse foi o princípio da atividade que a minha família desenvolveu aqui no Porto, em Corumbá. Depois de um tempo, vamos colocar 89 a 90, mais ou menos, os meus pais compraram o primeiro barco hotel [...] era o barco de uma pessoa do exército, que estava se aposentando, vendeu para um terceiro e esse terceiro vendeu para o meu pai. Teve muita dificuldade, porque era um barquinho, com quatro camarotes para oito turistas e era um banheiro para a tripulação e um banheiro para turista, imagina, mas com a graça de Deus e com o esforço mútuo do meu pai e da minha mãe, o barco chegava e saía [...]. Não tinha piracema, esse período de defeso. Era de janeiro a janeiro e não tinha falta de peixe, a princípio não tinha uma cota, o pessoal levava o que tinha pegado, o tamanho que fosse, depois que nós começamos [...] Eu sei que nesse perrengue, até 94, contando um pouquinho dessa história, nós tivemos o segundo barco hotel que é o barco Scorpions, que saiu em 94. Então, já foi um barco melhor da época, mais novo, mais antenado nesses turistas que vinham. Corumbá sempre foi isso, esse rodízio de pesca, esses turistas que vinham. A atividade principal do turismo não era ecológica, não tinha essa época de ecológica. Então, sempre foi essa questão da pescaria, depois começou essa coqueluche de barco hotel, o peixe estava um pouquinho mais longe, o turista ficava cinco dias lá, não ficava na cidade, ficava uma noite na cidade, gastava um pouco na cidade e ia para o barco, ou então quando voltava ficava, um dia, ia para restaurante, aquela coisa toda [...]. Inclusive, hoje, nós moramos em cima da agência. Meu pai e minha mãe não querem sair do Porto, eles acostumaram, é muita história contada ali [...].

Sob o viés político da época, o Senhor Zimbo, como é conhecido o cidadão do Porto Geral, Orozimbo Decenzo, retrata:

[...] e quando você sentia que você queria fazer alguma coisa para modificar o Porto você não conseguia [...] A prefeitura te vetava, não dava verba, não escutava o que você comentava, não falava nada e dizia: esse rapaz deve estar doidão, deixa-o para lá. [...] E o tempo foi passando, foi passando. [...] Então com essa beleza de hoje, comparando ao passado, é uma beleza. Mas ainda é uma beleza com quatro esgotos [...].

Em retrospectiva desse cenário de heranças do período de fastígio comercial, relativo ao patrimônio cultural material do Porto Geral, especificamente, o arquitetônico abandonado por décadas, Paixão (2004, p. 3) pontua que:

[...] uma intensa atividade comercial que resultou numa herança de grande significado arquitetônico com imóveis concentrados na área central e portuária, alguns dos quais visivelmente em precário estado de conservação, salvo aqueles em uso para diversas funções, dentre as quais o agenciamento turístico. Fato que pode ser constatado por uma simples visita ao porto da cidade.

Paixão (2004, p. 3) ainda destaca que, apesar da inconsciência da ação, de forma indireta, os pecuaristas da região colaboraram com a permanência predial das casas e casarões do início do século XX e comenta:

[...] entre os pecuaristas daquela época era grande a busca de outros centros urbanos para investimentos imobiliários de maior valor, até como forma de manifestação de *status quo*, o que localmente traduziu-se numa moderada especulação dos imóveis centrais e na baixa reconstrução dos mesmos [...]. Desse período áureo da pecuária, ainda é possível perceber alguns traços bastante peculiares na configuração urbana regional, pois, diferentemente dos comerciantes [que os antecederam], os pecuaristas de Corumbá pouco valorizaram a área portuária da cidade, a qual adquiriu um papel secundário para os mesmos quanto à valorização do solo urbano, possibilitando sua continuidade predial, ainda que sem as devidas manutenções.

Porém, “somente em 1985 que estudiosos observaram e preocuparam-se com os efeitos do progressivo abandono da área mediante a transformação de alguns prédios em cortiços e a descaracterização arquitetônica de muitos outros”. (CORRÊA; ALVES, 1985, p. 81).

Nessa mesma década de 80, com a pavimentação da BR-262 (ficando excluídos alguns quilômetros, relativos à construção da ponte sobre o rio Paraguai em Porto Morrinho), e sequencialmente com a veiculação nacional da novela Pantanal na década de 90, a região pantaneira destacou-se com intensa audiência no país, com um aumento significativo do fluxo de visitantes.

Desse momento de grande movimentação no Porto Geral, por ocasião da veiculação da novela pantanal, podemos conferir os outros olhares de visitantes e

turistas a cerca do patrimônio cultural e material do Porto de Corumbá, segundo Daniela Hipólito:

Você se lembra da primeira edição da novela pantanal? É impressionante o que a mídia faz, o que é a propaganda. Quando essa novela estourou, mas foi um *boom* para Corumbá, porque essas pessoas vinham para esse Porto, o Porto não estava assim arrumado, não tinha muita coisa pintada, estava muito [...] eu não posso falar que ele estava estragado, ele não estava ainda sendo revitalizado [...] as pessoas não estavam antenadas para esse poder que tem o Porto, essa beleza que era o Porto, até porque a maioria estava aqui ganhando o seu dinheiro sim, estava trabalhando, as pessoas que tinham que estar na lida todo dia para poder dar um *up* e não sobrava para poder embelezar, depois que as coisas começaram a melhorar todo mundo já começou a pintar [...]. Vamos voltar na época da novela pantanal, aquilo foi um estrondo tão grande que as pessoas vinham [...] Eu me lembro que teve um alemão, achou lindo, lindo, lindo o prédio ao lado do boteco de casa, que hoje é do senhor Alan, que mexia com barquinho, hoje ele tem uma oficina, mas o senhor Alan mexia com barquinho e nós morávamos em cima da casa do senhor Alan [...] eu me lembro que esse homem fez um auê [...] O alemão subiu essa escada do senhor Alan e foi lá em casa, e ele dizia o quão belo é esse Porto, como as pessoas não enxergavam [...] e a gente não olhava aquilo, acho que um pouco da cultura, da preservação, do histórico e ele falava, eu muito me lembro, eu não falava em alemão, eu tinha um tradutor, claro, e ele dizia, mas é impressionante, vamos pintar aqui, isso aqui é a parte mais bonita de Corumbá, ninguém deu muita moral para esse alemão [...]. Eu me lembro também que o Valdick Soriano veio aqui, ele ia fazer um show, ele com a Vanderléia, cada um numa época, ficaram lá loucos com uma arara e entraram no boteco do senhor Gabriel e dona Julinda [...] e falaram a mesma coisa para o senhor Gabriel: “tem que melhorar essa fachada, cadê o prefeito dessa cidade que não olha isso, não está bom não, será que o senhor não está entendendo que é aqui que chega renda, vem gente aqui de poderio, tem que melhorar isso aqui, será que vocês não entendem!”, e as coisas foram indo [...]. Aí depois o meu pai comprou onde nós estamos hoje, onde é a fachada do pantaneiro, onde é a agência e, ali por dentro era tudo de madeira. Então ele fez um projeto junto com o engenheiro [...] porque eu estou falando, porque já vem a história do patrimônio, a história do tombamento, teve um projeto, esse projeto foi para Brasília para ser aprovado. Então ele demorou seis meses [...] quando já foi tombado, mais ou menos, era de 90, porque aí ele fez direitinho, esperou essa aprovação, eles vieram verificar. Eu posso dizer até que, dos prédios que já estão hoje aqui, eu creio que o prédio do Pantaneiro²⁴ foi um dos poucos que sofreu modificação interna mesmo, ficou a fachada e obedecendo a fachada que era, nós construímos [...]. Vieram outras pessoas também, é até bom salientar que, a maioria das pessoas que trabalha com turismo veio de fora, vieram de fora talvez, para dar essa grande engrenada depois deles, hoje é a nova geração, seus filhos que já são donos dos negócios [...].

²⁴ Comércio privado no ramo de agenciamento de barcos-hotel turístico.

No Porto Geral de Corumbá, pode-se perceber que o processo de (re)territorialização do espaço, consorciadas as relações que permaneceram no lugar, deu-se gradativamente com a chegada dos desbravadores do turismo local que buscaram caminhos fortalecidos pela vitória da individualidade, ultrapassaram as barreiras das práxis repetitivas e se instalaram a partir de uma práxis libertadora, que conforme denomina Lefebvre (1958, p. 240 apud SANTOS, 1996, p. 251-265) esta é, “a práxis inventiva, que reformula a ideia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca, a partir do entorno vivido, do lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual”.

Aproveitando-se do momento de projeção midiática com a novela Pantanal, a cidade intitulou-se como a Capital do Pantanal e, a princípio e desordenadamente, vislumbrou fortalecer-se no segmento de turismo de pesca enquanto atividade econômica. Paixão (2006, p. 152) destaca que, “um dos impactos sociais decorrentes do turismo de pesca reclamados pela sociedade nesse período, foi a manutenção de uma inter-relação dessa modalidade turística com os empresários do sexo”. “Com o fluxo de turista basicamente masculino, deu-se ao mesmo tempo a intensificação da prostituição infantil” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2004, p. 24).

Ainda segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2004, p. 23), pode-se inferir que os anos 80 foram marcados com o aprofundamento da crise econômica que a cidade vivia desde meados dos anos 70, ao mesmo tempo em que a sociedade local se organizava em torno de possíveis alternativas socioeconômicas. Dois momentos dessa época foram identificados: o fechamento de mais indústrias, como a Cervejaria Corumbaense e a Siderurgia, fatores que acirraram o desemprego e a perda de arrecadação municipal. Em um segundo e concomitante tempo, esteve a problemática na crise da pecuária com o assoreamento de rios, provocando o alagamento de terras e consequente diminuição de pastagens. Dessa última ação, ocorreu uma ocupação urbana não planejada. A migração campo-cidade foi o reflexo do alagamento de terras pantaneiras no final dos anos 80, ocasionando a fixação de um grande contingente humano em loteamentos sem qualquer infraestrutura em Corumbá.

A acentuação da situação parecia infundável, quando sequencialmente deu-se o fechamento da Alfândega e o corte do contingente das forças armadas.

A cidade presenciou, a seguir, a decadência da ferrovia, ocasionando um maior isolamento, diminuindo o movimento de pessoas e mercadorias na região. Hany (2005, p. 106) sustenta que:

Um dos meios de transportes menos impactantes do ponto de vista ambiental é a ferrovia, pois se encontra totalmente construída há mais de meio século, e o eixo viário permite o acesso à Bolívia, Peru e Chile. Entretanto, ficou inviabilizada com a privatização da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), em 1995, quando o grupo americano Noel Group, sócio majoritário da Empresa Novoeste S/A, assumiu a concessão do trecho Bauru (São Paulo) - Corumbá, e que a abandonou, a ponto de a falta de manutenção da ferrovia ter prejudicado o transporte da produção agrícola de Mato Grosso do Sul e da Bolívia, funcionando de forma precária e restringindo-se quase exclusivamente ao transporte de combustível. Este meio de transporte já funcionou, partindo de São Paulo a Bauru, de Bauru a Corumbá e de Corumbá à Bolívia, conduzindo passageiros com a função de turismo ou de comércio de exportação. Este elemento procede à articulação dos vetores socioeconômicos e através dela ocorre à integração de novos países ao bloco regional MERCOSUL. [...] Atualmente, faz parte das metas do governo estadual reativar o agora chamado Trem do Pantanal para passageiros [...].

A partir de 1990, houve uma intensificação da atividade agropecuária no município, inserindo Corumbá no agronegócio, o que fez os produtores rurais buscarem novas tecnologias e modo de produção economicamente sustentável e atrativo internacionalmente.

Em meio a esse novo momento econômico houve uma intensificação da atividade econômica de extração mineral, como destaca a autora abaixo:

O comércio fronteiriço também deu sinais de recuperação, coube a Corumbá a intermediação nas atividades de exportação, que na época, constituía-se em mais de 180 exportadoras e escritórios, com geração de mais de 500 empregos diretos, finalizados com o corte de incentivos fiscais pelo governo e a fuga de capital financeiro (HANY, 2005, p. 52).

De forma negativa, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2004, p. 25), foi a relação de comércio com a Bolívia com a criação da Zona Franca. Os comércios estabelecidos na Zona passaram a ser concorrente econômico já que os produtos lá ofertados eram muito mais baratos que no comércio

brasileiro local. Hoje, os cidadãos corumbaenses a vêm enquanto atrativo de Corumbá.

Nessa ocasião, do mesmo modo, teve início as mobilizações socioambientais em defesa da conservação, preservação e desenvolvimento sustentável da região situada no bioma Pantanal. A partir daí, inserem-se as organizações não governamentais na região, que passam a ter aliados e defensores da preservação e conservação, de âmbito nacional e internacional.

Em 1994, agentes sociais, políticos e econômicos buscaram novas alternativas para o desenvolvimento econômico de Corumbá que passou a reivindicar a implantação de uma área de livre comércio e a reativação da linha de trem de passageiros Bauru - Corumbá, este último suspenso temporariamente em função da privatização da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), já citado anteriormente.

O turismo de pesca teve figuração de grande importância econômica para o município, o qual, nas décadas de 80 e 90, colocou Corumbá entre os principais destinos dessa modalidade na América do Sul, conforme já expresso neste trabalho. Como no final da década de 90, mostra sinais de colapso, torna-se gerador de discussões entre governo, ONGs, empresários e pesquisadores da área de recursos pesqueiros (PAIXÃO, 2004, p. 5).

Esta crise, para muitos, tem suas bases ligadas ao excessivo número de embarcações que passaram a atuar na região sendo, para outros, uma crise também ligada à crescente clandestinidade do setor. Há, ainda, os que acreditam na crise como resultado dos aparatos legais e cada vez mais restritivos na retirada dos recursos [...].

Na percepção dos participantes do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá, a crise do turismo de pesca ocorreu devido à atividade predatória realizada antes da delimitação da cota de pescado para os turistas. Agravante nesse sentido, na percepção desses mesmos participantes foi “o momento nacional que era o de difusão dessa modalidade como uma alternativa de lazer”. Ressaltam que, ainda do ponto de vista turístico, “outro fenômeno surgiu em Corumbá, o chamado “turismo de farofeiro”, ou seja, grande número de turistas que visitavam o Pantanal não fazia gastos no comércio local e, como a maioria dos

brasileiros na época, tinha uma prática ambiental mais de depredação do que conservação". Outro acontecimento importante nesse segmento econômico foi o fim de vôos aéreos para a cidade, o que isolava mais ainda o município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2004, p. 25).

Da década de 90, pode-se ainda citar uma grave situação social: o tráfico de drogas. Segundo os cidadãos participantes do Plano Participativo de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2004, p. 25):

[...] a cidade passou a ser conhecida como a “cidade do pó”, seja pela frequente apreensão de drogas, seja pela presença da Polícia Federal em constantes atos de retenção de traficantes, seja sobre o número de dependentes químicos que o estado passou a atender com seus programas específicos.

Nos primeiros anos do século XXI, a cidade vivencia um sério e legítimo dilema até os dias atuais, a realização de programas de desenvolvimento sustentável focados inclusive na preservação ambiental. “Ainda percebe-se uma resistência da população frente às organizações não-governamentais dessa área ambiental” que, possivelmente, nos primeiros anos, tal resistência analisada pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável (2004, p. 26), “se deu pela urgência ansiada pela sociedade de projetos de desenvolvimento como alternativa à paralisia econômica dos anos 80 e 90, duas décadas praticamente perdidas no contexto do crescimento econômico”.

Um fato marcante para os corumbaenses foi a finalização da ponte sobre o rio Paraguai na BR 262 em 2001 (ver foto 7). Esse era um antigo anseio da população como meio de viabilização da saída do Oceano Atlântico para o Pacífico, através da Bolívia, dando continuidade à BR-262, que liga a Região Sudeste a Corumbá. Anterior a sua construção, a travessia era feita por balsas que atracavam nos dois lados do rio para a continuidade da viagem até Corumbá. De acordo com as variáveis, a travessia poderia demorar horas. Em análise, Hanny (2005, p. 33) observa que:

Antes da ponte, a travessia dos carros, ônibus e caminhões era feita por balsas e demorava em média 40 minutos, quando não havia problemas climáticos ou mecânicos. Após a construção da ponte, o acesso a Corumbá melhorou, sem, no entanto deixar de enfrentar os mesmos problemas de manutenção das estradas precárias em razão

do excesso de carga dos caminhões. Esta rodovia apresenta impactos ambientais por conta da péssima sinalização e da imprudência dos motoristas, que atropelam impunemente animais silvestres da região [...]

Com a implementação da rota bioceânica aspirada pelos brasileiros e especialmente os corumbaenses, almeja-se que essa abrirá novas perspectivas, não apenas às exportações para a Ásia, mas também para o turismo e a integração cultural dos países sul-americanos. Em visita a Corumbá no primeiro mês do ano de 2009, o Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, declarou que “até o fim deste ano vai estar concluída a rota bioceânica que ligará o Porto de Santos, no Brasil, aos portos de Arica e Iquique, no Chile” (PORTALMS, 2009).

Foto 7- Ponte sobre o Rio Paraguai.



Fonte: Mário Bueno. Disponível em: <<http://www.flickr.com>> (2008).

Em fins de 2004, quatro fatos seriam alavancadores na percepção dos corumbaenses para a economia local, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá (2004, p. 26), são eles: “o aumento da exportação de minério, a construção da ponte sobre o rio Paraguai²⁵, a finalização do gasoduto Brasil-Bolívia (gerador de *royalties* para a cidade) e a reativação da ferrovia e da

²⁵ O aumento do fluxo de veículos registrado no pedágio da BR-262 (ponte sobre o rio Paraguai), em 2005, foi de 565.593 veículos e, em 2006, foram 650.426.

Ferro Ligas". Esse cenário excitante na área de infraestrutura se acentuava com o retorno dos vôos diários realizado no aeroporto local²⁶.

O mesmo processo de crescimento não se dava com o turismo local, houve nesse período, uma diminuição acentuada desse segmento.

Em uma análise evolutiva dos anseios vislumbrados pela população de Corumbá no referido estudo participativo desenvolvido, pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá, pode-se perceber que, no segmento minero-siderúrgico grandes mineradoras instalaram-se no município a partir de 2005, sobretudo no Maciço do Urucum. Em operação até 2008, estiveram as seguintes empresas de exploração de minério de ferro no município: Vale, Mineração Corumbaense Reunida (MCR), Mineração e Metálicos (MMX), Mineração Pirâmide Participações (MPP) e a Corumbá Mineração (COMIN), pertencente ao grupo proprietário da empresa Votorantim Siderurgia.

O jornal estadual Tribuna Popular (2006) divulgou, nessa época, os investimentos a serem feitos no município, fazendo com que um clima de euforia rondasse o corumbaense diante da possibilidade de uma retomada da riqueza e o *status* que relembraria os áureos anos do início do século XX. Nessa reportagem, foi dado destaque aos benefícios econômicos que seriam repassados à população com a instalação do polo minero-siderúrgico no município:

A Rio Tinto e a MMX Minerações e Metálicos se articulam para implantar o pólo minero-siderúrgico de Corumbá. O projeto do grupo inglês está em fase de licenciamento e a previsão é que comece a ser executado em meados de 2007. A projeção de geração de riquezas na região, a partir do pólo, é algo extraordinário. Somente na fase de construção seriam US\$ 166 milhões em salários. Na operação, outros US\$ 53 milhões/ano. Em bens de serviços, US\$ 330 milhões/ano; e em impostos, US\$ 320 milhões/ano [...]. Outros 566 empregos diretos e 2,6 mil indiretos serão gerados na fase de instalação da usina da MMX Mineração e Metálicos, que terá dois fornos com capacidade para produzir 375 mil toneladas/ano de ferro gusa. A siderúrgica será instalada em uma área de 60 hectares cedida à empresa pelo governo do Estado e que antes pertencia à Zona de Processamento de Exportação (ZPE), criada em 1993, no distrito de Maria Coelho (40 km do centro da cidade). Os investimentos chegam a US\$ 75 milhões, ou R\$ 161 milhões [...].

²⁶ A situação dos vôos para Corumbá se manteve instável com oscilações de horários, porte de aeronaves e companhias. Em operação desde janeiro/2008, encontra-se uma aeronave de uma única Companhia que atende diariamente a população e turistas com capacidade para 66 passageiros.

Além das mineradoras de ferro, opera uma única mina de exploração de manganês, a Mina do Urucum, cujo controle foi assumido pela Vale, em 1994. A empresa opera também na área urbana de Corumbá uma usina de ferroliga — a Rio Doce Manganês (RDM).

Pratica-se a extração de calcário no município que na totalidade dos requerimentos de pesquisa pertencem à Cia de Cimento Portland Itaú, do grupo Votorantim. O calcário é explorado em área de propriedade dessa empresa, onde, de um total de 1.160 ha, apenas 24 ha estão sendo utilizados para a atividade de mineração. A indústria cimenteira localiza-se na área urbana de Corumbá.

Segundo perspectivas de ampliação da produção das empresas, considerando um cenário para 2020, o incremento se daria conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 - Produção atual e futura de minério de ferro (ROM) em Corumbá.

Empresa	Produção Atual (2007-2008) - Mt/ano	Produção projetada Para 2020 - Mt/ano
COMIN	0,540	1,080
VALE (Mina do Urucum)	1,571	1,571
MMX (Mina 63)	1,6	—
MMX (novas minas - 2008)	0,9	3,33
MPP	0,18	0,72
RIO TINTO	3,0	22,4
Total	7,791	29,101

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2007.

No entanto, o contraponto da implantação de indústrias minero-siderúrgicas e de gás-químico em Corumbá, em pleno bioma Pantanal, é uma realidade local. Representantes de movimentos, organizações não-governamentais e comunidades, atingidas ou não, passaram a se reunir com frequencia para trocar informações sobre os benefícios, problemas e impactos da atividade de extração no local. Dentre esses eventos, pode-se citar, em âmbito nacional, a realização da Oficina da Articulação Siderurgia realizada no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 26 de junho de 2008, com o objetivo de visualizar o cenário brasileiro, os problemas e

susas perspectivas, especificamente, sobre a implantação do polo minero-siderúrgico de Corumbá. A Rede Brasileira de Pesquisa Ambiental (2008) divulgou que:

[...] os impactos já são visíveis e vivenciados por uma parcela da população [...]. A falta de água é uma realidade na região de Antônio Maria Coelho, localizada a 42 km de Corumbá. Cerca de 20 famílias estão sendo abastecidas por caminhão pipa, oferecidos pelas mineradoras. Ainda não é conhecida a causa da falta de água. Mas há várias indicações, como o aumento do número de poços para o setor industrial, o desvio no leito do córrego pelos moradores e a diminuição da chuva [...]. Outros impactos negativos como poluição do ar por materiais particulados, especulação imobiliária, acidentes de trabalho estão no mesmo pacote dos impactos positivos de aumento na arrecadação de impostos, aquecimento da economia local e geração de empregos. Porém, não são divulgados como deveria! [...] Ao ampliar a visão e analisar a cadeia da produção siderúrgica, chega-se a um impacto de maior alcance que hoje é uma ameaça constante à planície pantaneira. Refiro-me ao desmatamento, à perda da vegetação nativa do Cerrado e do Pantanal, para alimentar os fornos das siderúrgicas. Caso não seja freado o ritmo de desmatamento, o Pantanal poderá desaparecer em 45 anos, diz o estudo da Conservação Internacional de 2005.

A partir das mineradoras e seus derivados, na maioria, deu-se o crescimento das exportações em Corumbá que, segundo o jornal Capital News (2008):

Nos primeiros seis meses de 2008, o município exportou US\$ 80,08 milhões em minério de ferro, o que equivale a 45% do total acumulado pelo município. O segundo da lista é o ferro fundido, com US\$ 37,26 milhões.

Ainda em 2008, Corumbá foi classificada pelo Atlas do Mercado Brasileiro como a cidade mais dinâmica de Mato Grosso do Sul (PORTALMS, 2009). Tal louvor refere-se ao crescimento pujante do consumo e aumento de renda per capita superior a 30%, entre 2006 e 2007. Pela avaliação do senador da república, Delcídio do Amaral Gomes, “esta situação pode estar relacionada ao gás natural e investimentos públicos e privados existentes na cidade”. Entre os dados que comprovam o dinamismo da economia corumbaense estão os números das exportações. De janeiro a julho do ano de 2008, Corumbá vendeu US \$ 232 milhões de minério e carne para outros países, suplantando as cidades de Campo Grande e Dourados. O Senador Amaral afirma que: “eu não tenho dúvidas de que esse crescimento vai ser contínuo, consolidando Corumbá como uma das cidades mais importantes do Centro Oeste” (PANTANAL NEWS, 2008).

Possível ganho para o município de Corumbá no ano de 2007, foi a contemplação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), situação ímpar no cenário nacional, já que esse programa seria destinado a cidades com mais de 150 mil habitantes. As obras foram lançadas em abril de 2008 e tem a previsão de investimento total de R\$ 24,7 milhões em recursos próprios da Prefeitura Municipal e R\$ 54,6 milhões em verbas do Governo Federal, liberadas através do PAC para a melhoria em habitação e saneamento básico (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2007).

Mas perante a crise econômica mundial estabelecida, a partir de outubro de 2008, o panorama de empregabilidade e geração de renda em Corumbá modificaram-se. Mineradoras suspenderam contratos de seus funcionários, adotaram programas de desligamento voluntário e ainda cortaram investimentos para expansão em 2009. Houve também acordos definitivos para a venda de mina de minério de ferro e de logística fluvial associada ao Paraguai.

Diante desse cenário, a imprensa anunciou que “além do risco de desemprego, as decisões diante da queda no consumo com a crise financeira atinge diretamente as contas públicas de Corumbá e do Estado”. Ressalta ainda que, depois da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), concernente ao volume de gás natural boliviano creditada em Corumbá, a atividade de mineração constitui a principal fonte de receita do município (CAMPO GRANDE NEWS, 2009).

No segmento turístico, a atividade de pesca obteve uma retomada, enquanto único produto turístico consolidado em Corumbá, contando com uma importante frota de barcos-hotel para pesca amadora fluvial (ver foto 8), provavelmente a maior da América do Sul e na avaliação de um empresário de turismo local, “o ano de 2008 está sendo o melhor, de todos os tempos, para esse setor”. Conforme dados divulgados pela Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo (ACERT), de março a outubro de 2008, o setor injetou diretamente na economia do município cerca de R\$ 26,5 milhões. Empregaram-se diretamente 4.568 marítimos, 219 funcionários na área administrativa e foram utilizados aproximadamente 560 profissionais liberais. Relaciona-se esse crescimento aos serviços prestados, à infraestrutura das embarcações e à

profissionalização dos funcionários (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2008).

Foto 8 - Barco-Hotel na orla do Porto Geral.



Prioritário ao governo municipal, enquanto ferramenta de desenvolvimento do local, o Turismo de Eventos fixou-se com um calendário diversificado anual. Considerado em ascensão, por meio dessa modalidade, os governantes pretendem incentivar o desenvolvimento socioeconômico e cultural local, contribuindo para a geração de empregos, rendas, qualificação profissional, implementação da infraestrutura já existente e o entretenimento, beneficiando não só o turista, mas também a população do lugar. Segundo o secretário de turismo municipal da época, Carlos Adalberto Pereira Porto, “os eventos datados geram emprego e renda e dão maior visibilidade a Corumbá, com influência direta na economia local, do borracheiro ao restaurante, hotel e outros serviços” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2007).

Vale recordar que a implementação de eventos no Porto Geral, que é uma tradição do lugar, prioritariamente pela manifestação popular singular efetiva do Arraial do Banho de São João e Carnaval, há mais de um século pelas comunidades locais. Outro evento, que já se tornou uma reminiscência, é o atual Festival Pantanal das Águas, que até há bem pouco tempo era intitulado Festival Internacional de

Pesca do Pantanal (FIPP), que já efetuou vinte e cinco edições. Do tempo inicial, recorda-se pela narrativa de Orozimbo Decenzo, que:

Há muitos anos atrás eu conheci o jornalista, eu ainda trabalhava no restaurante São Paulo, ele era diretor do departamento de turismo, e o nome dele Irineu Fabichaki. Esse homem, quando ele colocava uma notícia de Corumbá nos jornais, no Estadão, aquele jornal dessa grossura, ele colocava todas as quintas-feiras um anúncio de Corumbá. Colocava o meu, colocava do Severino que era um rapaz de Dourados, comentava do senhor Ivan Porto, que era gerente da VASP²⁷ na época. Olha você não tem ideia como funcionava o negócio, e eu o convidei pra fazer um torneio de pesca, e ele veio, ficou na minha casa, senhor Ivan Porto deu as passagens pra ele. E nós fizemos o primeiro torneio de pesca. Hoje está no 23º. Aí, depois de 10 anos eu abri o torneio de pesca infantil, eu implantei aqui no meu escritório o torneio de pesca infantil [...].

Ainda no segmento turístico, até 2010, a região de Corumbá será beneficiada com ações do Plano Nacional de Turismo que prevê investimentos de R\$ 984 milhões na promoção do turismo brasileiro, juntamente com mais 64 destinos indutores de desenvolvimento eleitos pelo Ministério do Turismo. O recurso leva em consideração o mercado interno e o externo, além de R\$ 5,63 bilhões em infraestrutura turística. Com essas ações, segundo o então secretário da pasta da época, Carlos Adalberto Pereira Porto:

Corumbá terá um tratamento diferenciado e a oportunidade de ampliar e qualificar o mercado de trabalho. Será a oportunidade de dar qualidade ao produto turístico, diversificando a oferta e ampliando o consumo turístico e o tempo de permanência e o gasto médio do turista que vem ao Pantanal [...] (CAPITAL DO PANTANAL, 2008).

Ressalva-se que, no encaminhamento de ações fortalecedoras para o desdobramento das atividades turísticas para o município, está a retomada do Trem do Pantanal²⁸, que teve seu lançamento oficial em outubro/2008. Segundo o governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, “nesta primeira etapa, o Trem do Pantanal chegará até Miranda e, no final de 2009, provavelmente irá até Corumbá.” “Essa resolução dos investidores, de priorizarem o implemento da estrada até Miranda primeiramente, se deu porque o trecho mais depreciado é o de

²⁷ Viação Aérea São Paulo, fundada em 4 de novembro de 1933 que paralisou suas atividades em fevereiro de 2005.

²⁸ Fez sua última viagem entre Bauru (SP) e Corumbá (MS) em meados dos anos 90.

Corumbá a Miranda” segundo a diretoria responsável pela ferrovia. O sistema do Pantanal Express será composto por nove vagões, divididos em categorias, econômica, turística, executivo, restaurante e bagageiro, com capacidade para aproximadamente 400 pessoas. Os pacotes serão comercializados por uma empresa oficial de trens do Paraná que contará com a junção do governo do Estado, da iniciativa privada, do legislativo e da parceria também com o Ministério Público. Essa situação tem gerado insatisfação à população de Corumbá, conforme declara o cronista Cléber de Oliveira Júnior (2008):

[...] percorrer um pequeno trecho desde Campo Grande até Miranda. De lá, os turistas ou voltam a pé, ou de carro ou esperam a manobra de retorno da máquina a puxar os vagões de volta à capital do Estado. Os corumbaenses estão se sentindo excluídos e com toda razão, reclamam, principalmente, porque para o governo estadual, o trem é do Pantanal, mas os vagões não vão passar pelo imenso cenário pantaneiro e sequer vão chegar até Corumbá. Ora, se o projeto é denominado “Trem do Pantanal”, então que se faça justiça ao nome e seja viabilizado dentro dos moldes necessários para valorizar inclusive o turismo da região [...]. Outra marola é a continuidade do trajeto em outra etapa. Se não vier por inteiro agora, não vai se sustentar, e o provisório vai virar definitivo até se esvair, como os vagões que apodrecem nas estações fantasmas. O que incomoda a população é a falta de respeito e de esclarecimentos que permitam ao povo fazer juízo sobre o assunto. Assim como a proposta de mudança de horário, o roteiro do retorno do trem segue a mesma linha que impõe a vontade dos governantes e representantes, goela dos cidadãos e cidadãs. Quando o assunto saiu da esfera da utopia do atual governo, acreditou-se que Mato Grosso do Sul estaria contemplado com um projeto moderno e atraente para investimentos e turistas, com benefícios para toda a região pantaneira, mas o que veio de presente é um “meia boca”, que vai levar o trem do nada a lugar nenhum, sem desmerecer a capital do estado, a querida Miranda e Porto Esperança [...]. Há que se ter serenidade para entender de que forma são preparadas as simulações que prejudicam o setor turístico da região do Pantanal e um debate sobre o assunto, deve ser o caminho mais acertado para posicionamento entre os representantes pantaneiros. Não dá para engolir um projeto que inviabilize toda a luta que vem sendo empreendida por Corumbá e região para fortalecer o turismo e o comércio [...]. A Corumbá de hoje não é mais submissa, tem peso eleitoral e político e grandes lideranças, que defendem alternativas que a conduzam ao progresso e ao desenvolvimento contínuo [...]

Com grande destaque nesses últimos anos está a inserção de Corumbá no Programa Monumenta, projeto nacional do Governo Federal e parceiros, com a revitalização e sustentação social, econômica e cultural do patrimônio cultural material.

Tal parceria, dinamizada na cidade de Corumbá tramitada desde 2001, pretende integrar recuperação e preservação da área patrimonial por meio da dinamização da economia, do incremento do turismo cultural e da geração de empregos em prol do desenvolvimento local.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL NA TERRITORIALIDADE BRASILEIRA: PROGRAMA MOMUNENTA

Desenvolver uma investigação em torno do patrimônio cultural com a inferência do Programa Monumenta em territorialidades brasileiras requer pesquisar a referida ação integrada de política cultural, enquanto organização de apoio externo junto aos locais. Fez-se necessário o conhecimento acerca das diretrizes e dos progressos do Programa em territorialidades nacionais a partir de informações pautadas em sua missão, filosofia, políticas e estratégias adotadas.

Quando se refere a organizações de apoio, reporta-se a Singer (2004), que alerta que o processo de desenvolvimento requer a associação estreita entre a comunidade e os profissionais denominados agentes de desenvolvimento. Muitos representados pelas organizações de apoio externo - bancos públicos, serviços públicos, agências de fomento da economia solidária ligada à Igreja, sindicatos ou universidades e movimentos sociais. Cabe a esses agentes provocar a iniciativa na comunidade de novas atividades socioeducativas e econômicas e/ou a melhoria das já existentes.

A partir dessa retórica, considera-se que o Programa Monumenta, representado pela esfera federal em parceria com os estados e os municípios, situa-se como organização de apoio externo ao desenvolvimento local através das ações federais e o apporte do agente de desenvolvimento - Unidades Executivas dos Projetos (UEPs), dinamizador de soluções de proteção patrimonial com convergências no incremento local.

Possuidor de um dos mais ricos acervos da América do Sul, o Brasil, tem em seu patrimônio uma mostra da pluralidade étnica, cultural e histórica que caracteriza a formação do país. Esses registros são uma mostra da herança arquitetônica e urbanística deixada pelos diferentes povos e culturas que aqui

aportaram. Por meio desse conjunto de magníficos monumentos, é possível visitar o passado e resgatar parte de nossa história, entendendo o presente e construindo um futuro melhor sobre novas bases, é o testemunho da nossa história (PROGRAMA MONUMENTA, 2007).

Segundo o Programa Monumenta (2007), as disposições legais mais importantes para a defesa do patrimônio histórico brasileiro, estão incluídas no Decreto-Lei nº 25, que cria o Instituto do Tombamento, na Lei de Arqueologia nº 3.924/6, nas atribuições contidas na Constituição Federal - CF/88 - Art. 215 e 216, no Decreto nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, nas normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país, entre outros.

Além da legislação nacional específica, a preservação de bens culturais é ainda orientada por cartas, declarações e tratados nacionais e internacionais, além de outros instrumentos legais, tais como as legislações que tratam de questões ambientais, de arqueologia e de turismo cultural.

Para ampliar os mecanismos de proteção e, ao mesmo tempo, implementar uma política de recuperação e conservação sustentável desse Patrimônio, foi criado pelo Ministério da Cultura, o Programa Monumenta, focado na revitalização, restauração, preservação, educação e desenvolvimento local.

Nesse contexto, Botelho (2005, p. 2) pondera a dubiedade existente nos processos de revitalização no cenário brasileiro que se conflita entre o local e o global e acrescenta:

No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um ‘diferencial’ [...]. A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas), o que se observa em muitos casos é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico.

Em âmbito nacional, o Monumenta é atuante em vinte e seis municípios de territorialidades nacionais e configura-se em uma das ações do Ministério da Cultura que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Programa pretende transformar as áreas de relevância patrimonial em polos culturais por meio de incentivos sobre a economia, com o incremento do turismo cultural e geração de empregos. Propõe-se a conjugar a recuperação e a preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, ativando a economia das cidades pela ocupação e geração de renda da população e pela capacitação de mão-de-obra específica.

Importante rever que esses espaços de grande valor patrimonial no Brasil, em geral, foram possuidores de centralidade nos locais, conforme aponta Botelho (2005, p. 2):

Em decorrência das diversas mudanças no planejamento, nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário, esses centros tradicionais foram perdendo a característica de centralidade para outras áreas, resultando em degradação desses espaços. Trata-se, portanto, de uma experiência que está em pleno processo de avaliação e um fator que não deve deixar de ser pontuado é que na maioria dos casos, esses lugares, antes da revitalização, encontravam-se em uma situação de profundo comprometimento físico e social: lugares pouco povoados ou subutilizados, construções em situação de risco etc [...].

Para a sua implantação nos locais, o Programa Monumenta conta com apoio dos Estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem as inclusões cultural, social e econômica da população. De forma integrada em cada um dos locais, promovem-se obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse formato, o Monumenta pretende contribuir para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas, mantendo conservados os imóveis da área do projeto. Com isso, quer-se facilitar a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

O Programa Monumenta é implementado nas cidades a partir de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, mediante o qual se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa, as equipes são formadas e compostas por técnicos do município ou do Estado em conjunto com o IPHAN. As equipes compõem a Unidade Executora de Projeto (UEP) que recebem orientações da Unidade Central de Gerenciamento, essa com sede no Ministério da Cultura.

Atualmente, destacam-se 26 cidades que participam do Programa Monumenta. Todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística levando-se em consideração a urgência das obras de recuperação. São elas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG) (PROGRAMA MONUMENTA, 2007).

Entre o acervo escolhido nas cidades selecionadas estão centenas de monumentos como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em todas as áreas tombadas pela União.

Uma das prerrogativas do Monumenta é estimular ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada²⁹. Para isso, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Corumbá, como mais uma estratégia para garantir a sustentabilidade do Programa.

O objetivo do Fundo Municipal é financiar ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa. Os recursos financeiros gerados pelas iniciativas do Monumenta em cada cidade são

²⁹ As propostas são selecionadas por meio de edital público, lançado pelo município ou Estado. Os interessados elaboram propostas de intervenção que, uma vez escolhidas, são analisadas pelas equipes da UEP, IPHAN e Caixa Econômica Federal (CEF). Os proprietários, cujos projetos são aprovados, podem assinar o contrato de financiamento e receber os recursos a juros zero para executar as obras de recuperação do imóvel, financiados por 10 a 20 anos.

direcionados para o Fundo Municipal e usados para cobrir os custos de conservação do Patrimônio Histórico de cada município. Além disso, o Fundo pode receber recursos orçamentários do município, contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações.

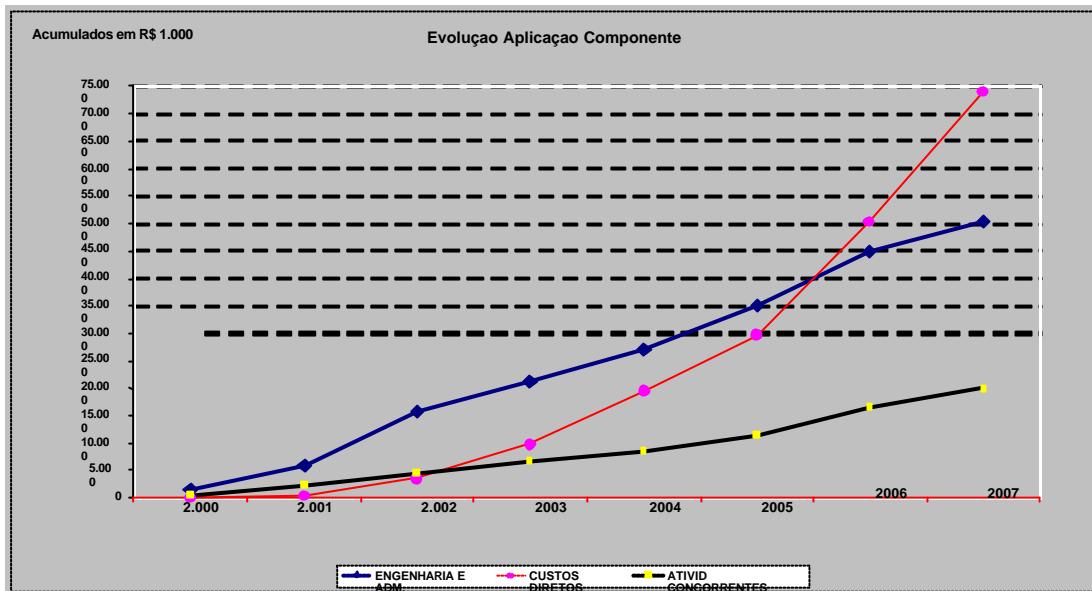
Dentre as políticas e diretrizes que norteiam a ação do Programa do governo federal por meio do Ministério da Cultura (2007), destacam-se as seguintes:

- a) apoiar projetos e atividades de acordo com as prioridades do Programa de Governo e que favoreçam os sítios históricos;
- b) desenvolver ação pró-ativa visando identificar e apoiar projetos e atividades compatíveis com as prioridades estabelecidas pelo Programa;
- c) adotar uma abordagem programática, na definição de prioridades e das ações a serem executadas, de forma a balizar o Programa pela sua relevância e contribuição para o país;
- d) aferir, continuamente, a qualidade do atendimento das demandas apresentadas pelo ambiente externo, inclusive por meio do monitoramento e da avaliação dos projetos e atividades implementados;
- e) ampliar a atuação da UCG, em estreita articulação com as UEP's, com o BID e com a UNESCO, outras instituições de fomento no Brasil e no exterior;
- f) garantir a sustentabilidade dos resultados alcançados pelos projetos executados e em fase de conclusão;
- g) articular-se também com a iniciativa privada brasileira, com organizações não governamentais e com os demais órgãos setoriais de governo;
- h) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio.

Segundo o relatório técnico do Programa, sediado em Brasília (DF), no exercício de 2007, as ações voltaram-se para a preservação da memória nacional e do desenvolvimento local e, de forma alinhada, aos programas de natureza social do governo federal. É considerado no relatório que parte significativa da estratégia do Programa está direcionada para atividades complementares que possam ativar e incrementar as economias regionais, tendo em vista a inclusão social, a geração de

renda para a população, a capacitação de mão-de-obra específica e a implementação de atividades econômicas e de educação patrimonial na área de Patrimônio, conforme o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Evolução das aplicações financeiras do Programa - 2000 a 2007.



Fonte: BRASIL. Relatório Técnico de Progresso do Programa Monumenta (2007).

O Programa Monumenta (2007) estrutura-se em cinco componentes:

1. Investimentos Integrados em Áreas de Projetos: compreende o financiamento das obras e serviços de preservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos tombados pelo governo federal, como também de outros monumentos, edificações e espaços públicos que garantam a sustentabilidade do Programa. Os recursos destinados a esse componente correspondem a 42,4% do montante do contrato de empréstimo.
2. Promoção de atividades econômicas: tem por objetivo a intensificação da atividade econômica e uso dos imóveis nas áreas de projeto.
3. Treinamento e Formação de mão-de-obra: tem implícitos dois objetivos indiretos: a capacitação de mão-de-obra em restauro, contribuindo com a perpetuação das técnicas construtivas tradicionais da arquitetura brasileira e sua consequente preservação; e a formação e capacitação de profissionais do turismo e outros segmentos da cultura, contribuindo para a intensificação do uso econômico

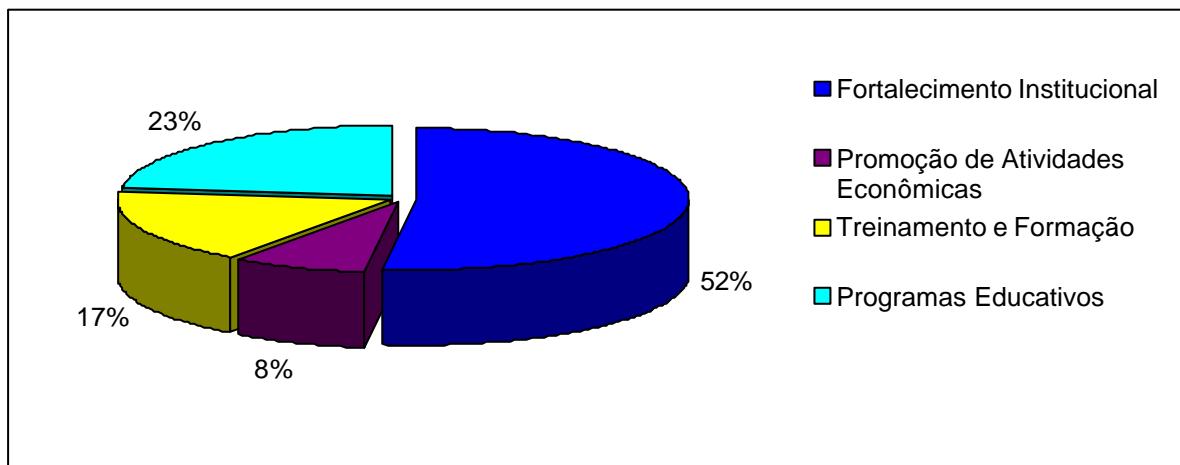
do patrimônio histórico nas Áreas de Projeto, em consonância com os objetivos de curto prazo do Programa.

4. Programas educativos: busca-se, fundamentalmente, alcançar um dos objetivos principais do Programa referente ao aumento da conscientização da população brasileira sobre o patrimônio.

No que se refere às atividades concorrentes mencionadas nos tópicos 2, 3 e 4, ponto convergente e direto para o desenvolvimento das comunidades-localidades, vale destacar que essas atividades são possibilitadas a entidades de direito privado (com ou sem fins lucrativos), fundações privadas, empresas, organizações não-governamentais, organização da sociedade civil de interesse público, isoladas ou associadas, para apresentarem propostas por meio de editais abertos anualmente pelo Ministério da Cultura.

Quanto aos recursos aplicados em atividades concorrentes financeiráveis durante o ano de 2007, apresenta-se no gráfico 2 a seguir a distribuição desses.

Gráfico 2 - Recursos aplicados em atividades concorrentes (2007).



Fonte: BRASIL. Relatório Técnico de Progresso do Programa Monumenta (2007).

Segundo o coordenador técnico federal do Programa Monumenta, a exemplo do primeiro semestre de 2007, também no segundo, os recursos aplicados concentraram-se basicamente em Fortalecimento Institucional (50%). No componente, programas educativos, observam-se aumento substantivo se comparados os dois semestres (23% no 1º semestre e 35% no 2º semestre'). Em treinamento e formação, houve uma redução de 7% dos recursos aplicados no

segundo semestre se comparados ao primeiro (17% no 1º semestre e 10% no segundo semestre). Por fim, em promoção de atividades econômicas, as atividades concentraram-se basicamente no segundo semestre (10%).

No cenário geral de evolução (2007) em que se encontram os projetos nas 26 cidades conveniadas dos Projetos das cidades no âmbito do Programa Monumenta, do total de 130 espaços públicos inicialmente previstos para serem revitalizados, 44 encontravam-se qualificados. Observa-se que, segundo relatório de progresso do Programa, desde o início da implementação de suas ações, até o presente momento, o Programa Monumenta logrou restaurar 78 imóveis públicos e 137 imóveis privados, de um total previsto, respectivamente, de 155 e 789. Por fim, revela-se que foram realizadas 176 ações de fomento, de acordo com os princípios de sustentabilidade que regem o Programa Monumenta: formação de mão-de-obra capacitada para o restauro e manutenção do patrimônio histórico e artístico nacional, crescente conscientização da população quanto ao valor desse patrimônio e fomento às atividades econômicas vinculadas direta ou indiretamente àquele patrimônio.

Em relação ao fundo de preservação, processo fundamental para as cidades conveniadas que visando alcance da sustentabilidade de seus espaços e monumentos restaurados, observa-se pouca evolução até 2007, uma vez que cinco (5) encontram-se ativos; dois (2) em operação e 21 inativos. Segundo o relatório de progresso técnico 2007, pode-se observar que:

[...] As atividades da UCG de apoio à implementação dos Fundos Municipais de Preservação estiveram concentradas, até o ano de 2006, no acompanhamento das medidas tomadas pelos governos locais. Todos os municípios conveniados assumiram as obrigações de criação e regulamentação dos fundos, nomeação dos conselhos curadores, abertura de conta corrente e dotação orçamentária anual em valor pré-estabelecido nos convênios. O levantamento geral da situação dos fundos de preservação, realizado no primeiro semestre de 2006, mostrou que a maior parte dos municípios pouco havia avançado na implementação e gestão dos mesmos. Diante disso, a UCG decidiu assumir uma nova estratégia de atuação junto aos municípios, buscando promover a capacitação dos gestores locais no sentido de mostrar que o fundo é um instrumento importante para viabilizar as ações de preservação e para a gestão compartilhada do patrimônio cultural. Estabeleceu, ainda, que os municípios seriam orientados a adequar os instrumentos às necessidades e realidades locais.

A partir disso, a próxima estratégia de atuação, concluída ainda no primeiro semestre de 2007, propôs-se a diversas ações para implementação do Fundo Municipal de Preservação.

Em análise do panorama geral de atuação das ações do programa Monumenta em territorialidades nacionais, o coordenador técnico do Programa, Marco Antônio Galvão (2008) acrescenta:

Posso lhe dizer que na minha opinião duas cidades se destacam em execução entre as 26 do Programa. São elas São Francisco do Sul/SC e Natividade/TO. Executaram quase tudo previsto e Natividade ainda se destaca pela quantidade de imóveis privados já executados. Outra opinião minha é que as pequenas cidades melhor se ajustaram às regras do Programa do que as grandes. Por exemplo: São Paulo e Rio de Janeiro têm péssima execução e também o Programa pouco aparece nesses grandes centros [...].

Botelho (2005, p. 4), ao pesquisar os casos de grandes cidades no Brasil, que sofreram processos de revitalização, afirma que esses “são marcados pela presença do poder público, em especial, no financiamento das intervenções” e menciona características de alguns locais, tais como:

[...] Em Salvador, o projeto de revitalização do Pelourinho baseou-se em uma verdadeira reconstrução do cenário urbano que se queria recuperar. Implicou em desapropriações e em obras civis de envergadura que foram financiadas por recursos públicos nacionais e internacionais. A expectativa de que a recuperação da área pudesse gerar uma valorização de seus imóveis e com isso permitir o retorno do investimento público, ao que parece, não se confirmou (Azevedo, 1994; Gomes, 1995). Em Recife, embora se enfatize a parceria entre poder público e investidores privados (Zanchetti e Lacerda, 1999), foi o primeiro que de fato conduziu todo o processo (Leite, 2002 e 2003). [...] No Rio de Janeiro, também é o poder público o condutor da revitalização do centro histórico da cidade. Nesse caso, inclui-se, ainda, a luta do poder público municipal pela vinda de uma franquia internacional de museus (o Guggenheim Museum) que seria tomada como a âncora da recuperação de sua zona portuária. O debate que se travou ao longo do ano de 2003 centrou-se nos impactos que tal construção provocaria na área escolhida para abrigá-la e no financiamento da obra, que até o momento só contava com recursos públicos. [...] O caso de São Paulo diferencia-se em parte dos demais porque contou desde o início com uma associação de proprietários da área como motor principal da revitalização. A Associação Viva o Centro, criada em 1991, surgiu como uma reação de empresários ali estabelecidos ao processo de esvaziamento e degradação do Centro Velho (FRÚGOLI, 2000). Embora tenham levado adiante diversas iniciativas de requalificação e revalorização do centro, deve-se reconhecer que os principais equipamentos

recuperados ou implantados o foram a partir de investimentos do poder público, direta ou indiretamente (no último caso, graças a incentivos fiscais). É o que ocorreu com a reforma da Pinacoteca do Estado, a implantação da Sala São Paulo e outros.

Porém, além da estratégia de preservação sustentada do patrimônio histórico e de aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas do Projeto, o Programa Monumenta pretende alcançar inteiramente seus objetivos e metas quando, dentre outros, conseguir os seguintes êxitos:

- 1) Manter suas características restauradas sem a necessidade de recursos federais adicionais para sua conservação;
- 2) Aumentar considerável no grau de conhecimento público e de atitude favorável em relação ao patrimônio histórico do país;
- 3) Usar a estratégia utilizada para desenvolver o Programa na recuperação de sítios nele não incluídos.
- 4) Aumentar significativamente o número de visitantes;
- 5) Aumentar as taxas de ocupação dos edifícios nas áreas de projeto;
- 6) Aumentar os recursos dos fundos locais de preservação aos níveis projetados;
- 7) Ampliar as atividades econômicas e os empregos nas áreas do projeto.

De acordo com as estratégias do Programa Monumenta e referente ao espaço local e vivido, vale lembrar Santos (1994,) que considera que, há um conflito que se agrava no espaço local, no espaço vivido, onde os espaços globais, habitados por um processo racionalizador e de um conteúdo ideológico de origem distante, chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para serviços. Segue, alertando sobre a necessidade de retomar a noção de espaço banal que é o território de todos, onde é contido nos limites de trabalhos de todos.

Nessa perspectiva, as estratégias do Programa Monumenta, em sinergia com os poderes públicos e comunidade-localidade devem ser trabalhadas na área tombada urbana do Porto Geral de Corumbá para que se possa ter êxito. Caso contrário, a localidade poderá recair em um novo processo de desterritorialização, mesmo tendo obtido altos investimentos justificados pelos discursos desafiadores da globalização em favor da preservação patrimonial, da cultura local e do turismo.

5 O PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ: UM REGISTRO DA MEMÓRIA SOCIAL FRENTE AOS PROCESSOS DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Corumbá reflete em seu traçado urbano, em sua arquitetura, em sua paisagem natural e nas tradições populares, a cultura herdada dos primeiros tempos de ocupação do território sul-mato-grossense. Por sua organização espacial urbana, uma das singularidades da cidade é dividir-se em duas partes: uma, situada sobre a elevação calcária onde se encontram o comércio e residências em geral e, a parte baixa, onde se localiza o Porto Geral, que é acessado pelas Ladeiras José Bonifácio³⁰, pela Ladeira Cunha e Cruz³¹ e a Escadinha da Quinze³².

Ressalta-se que, a partir de seu patrimônio cultural, visando garantir a proteção e a preservação da herança cultural local, a Prefeitura Municipal de Corumbá e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituíram o Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá. Referente ao patrimônio cultural tangível³³, o município teve seu sítio urbano de bens imóveis tombados pelo IPHAN no ano de 1992³⁴, conforme a demarcação na figura 5.

³⁰ Ladeira construída em 1922 que liga o centro da cidade (a parte alta) ao porto.

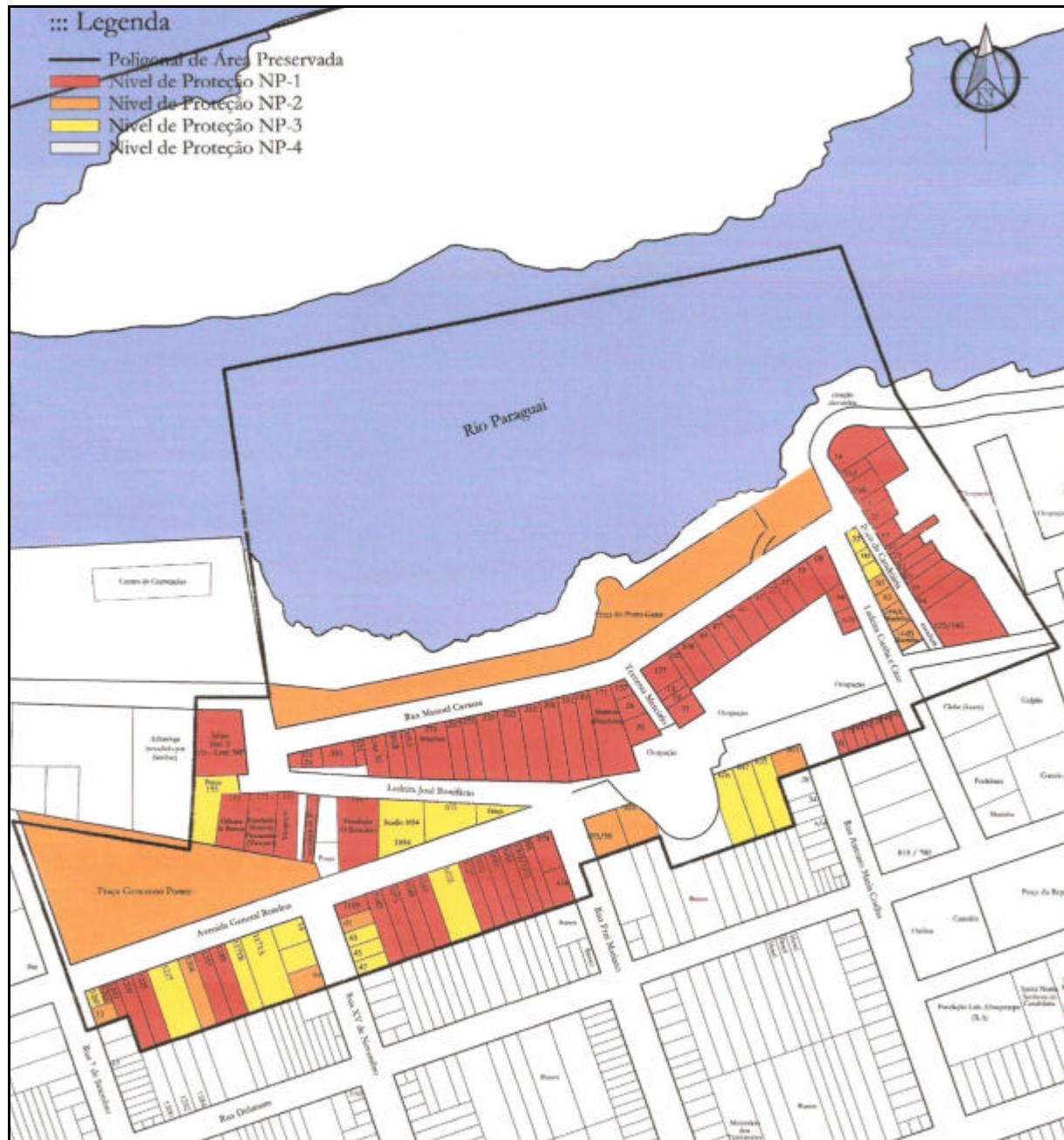
³¹ Conhecida também como "Ladeira da Candelária" é um dos principais acessos ao Porto Geral e ao rio Paraguai. Seu nome é uma homenagem a um capitão da tropa brasileira que derrotou os paraguaios. No local, travou-se a sangrenta batalha de 13 de junho de 1867.

³² Construída em 1923 e constituída de 126 degraus, também é acesso da parte alta da cidade ao Porto Geral. Situa-se no cruzamento da avenida General Rondon com a Quinze de Novembro que proporciona uma vista panorâmica do rio Paraguai e do Pantanal.

³³ Do ponto de vista urbanístico, não tem nenhuma semelhança com as antigas cidades brasileiras, onde predominam o romântico estilo colonial português. Sua arquitetura é baseada no neoclássico italiano, sendo o mesmo estilo existente na parte central de Assunção, nos subúrbios antigos de Buenos Aires, nas cidades do interior do Uruguai e a maioria das cidades gaúchas da Campanha. Em razão disso, tem características de uma cidade platina dentro do Brasil.

³⁴ A coleta de dados dos segundo e terceiro parágrafos foram extraídas de folder informativo distribuído pelo IPHAN (2008).

Figura 5 - Planta da área tombada de Corumbá.



Fonte: IPHAN - Plano de Fiscalização e Gestão de Corumbá (2009).

Acompanhando esse princípio, a área de entorno do tombamento foi delimitada, criando-se um circuito de proteção e resguardo aos bens culturais edificados, existentes na área tombada que é composta de imóveis na parte baixa (ver figura 5) e na alta. Correspondente à área de entorno, traçado por Joaquim

Raimundo De Lamare³⁵, o objetivo dessa ação na área foi impedir o conflito entre as áreas de interesse histórico e cultural e o traçado urbano moderno da cidade composto pelo Porto Geral (ver foto 9).

Foto 9 - Vista aérea da parte baixa da cidade no Porto Geral de Corumbá onde se situam áreas e imóveis públicos e privados tombados.



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

Corumbá assinou o convênio com o Ministério da Cultura (MINC), em 2002, para participar do Programa Monumenta, que conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Conforme se relata em entrevista narrativa³⁶, a responsável técnica da UEP em Corumbá - Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas destaca os passos dados para a tramitação de processos, considerando que, para a aprovação inicial da cidade no Programa Monumenta, não foi simples:

No começo, todo trâmite é muito difícil, desde de a gente preparar o que a gente queria. Quanto eu tomei pé da situação, não existia no Brasil esse programa de revitalização de sítios tombados, o Programa Monumenta, onde concorriam 101 cidades. São 101 sítios

³⁵ Militar e político brasileiro, presidente da província, foi quem riscou e demarcou as ruas, praças e edifícios públicos de Corumbá em 1859, segundo documentos da Prefeitura Municipal de Corumbá.

³⁶ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

históricos que estavam concorrendo e só tinham vinte vagas, e a seleção tinha que apresentar um projeto com valor. Essa seleção também ia de acordo com a importância histórica da cidade, do sítio tombado. Eu sabia que Corumbá estava, fazia parte desses 101 e existiu um momento anterior a mim, onde foi apresentado inclusive um abaixo assinado com várias assinaturas, isso foi apresentado ao Ministério da Cultura, que fez com que Corumbá estive nas 101 cidades. Agora, o desafio era ser eleito para o final do convênio [...]. Como sempre, esses processos são demorados. Começou em 2001, quando foi em setembro de 2001 nós estávamos com um [...] um pouquinho antes, julho de 2001, apresentamos o projeto. Fomos a Brasília e a coordenadora do Programa Monumenta, quando viu a proposta lá, ela disse: Corumbá está fora. Mas como Corumbá está fora? Porque o nosso programa é de revitalização de área tombada, vocês aqui não estão olhando pelos prédios. Porque tinha um valor destinado, nós estávamos com um valor muito alto para a nossa revitalização do Porto. Mas nós não pagamos Porto ela disse. Aí eu disse: a senhora não está entendendo [...] Aí nós tivemos que fazer todo um estudo histórico, para mostrar qual a importância histórica do Porto para a comunidade, porque a comunidade não ia vir para cá se não tivesse uma área revitalizada e para isso, o importante era o cartão postal da cidade. Fizemos esse convencimento, conseguimos incluir o nosso Porto Geral e Graças a Deus, tivemos parcerias além do município para fazer todos esses projetos. O município entrou nessa parte, elaborando todos os projetos, contratando os consultores, fazendo estudo de viabilidade. Foi um custo para conseguir assinar esse convênio e receber recursos. Agora, a infraestrutura, nós não tínhamos muro de arrimo, não tínhamos nada de arrimo, tivemos que avançar com o Porto, tudo isso nós fizemos em parceira com o governo do Estado que entendeu a necessidade, fez a obra necessária que o programa não pagava [...].

Desse período de implantação e início das intervenções, em suas pesquisas, Delvízio (2004, p. 141) é enfático ao concluir que “a grande maioria dos corumbaenses não participou de processos de discussão vinculados ao seu patrimônio arquitetônico, levando à constatação de sua total exclusão desse processo”.

O mesmo autor ressalta (2004, p. 141) que “a população do lugar reconhece, lembra, valoriza e vincula a imagem da cidade aos prédios da orla portuária, ou seja, é uma memória e identidade coletiva”. Atribui “essa identificação ao processo de divulgação, de estudos e pesquisas que se deram a partir das intervenções no patrimônio”. Já o historiador Diniz (2004, p. 141) atribui a memória coletiva a historiadores e saudosistas profissionais que insistem em perpetuar “versões altamente prejudiciais à compreensão do processo histórico, pelo

recorrente superficialismo das análises e pelo aspecto primário de suas conclusões repetindo, muitas vezes, irrefletidamente, clássicos da historiografia regional".

Ressalta-se a narrativa expressa por Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo, referente à estratégia de conscientização e mobilização local para a aproximação da população com o seu patrimônio cultural, frente à re-ocupação do lugar, a partir das benfeitorias que decorreriam com a aprovação do Programa Monumenta³⁷ no município:

[...] é muito interessante, porque você começa a estudar a área portuária e você parte de uma pergunta: em que momento que a cidade vira as costas para o lugar onde ela nasceu? Então a partir do processo de pesquisa, você vai envolver o momento histórico com o que a cidade vira as costas para ela, você começa a re-conferir esse reencontro com a sua origem, através do processo de marketing e campanhas, que foram nascendo e que permitiram as pessoas perceberem que elas tinham uma grande riqueza que era o conjunto arquitetônico, o do Porto. É quando elas começam gradativamente ocupar espaço, se sentindo empolgadas a pintarem novamente o seu prédio, coisas que ainda estão em acontecimento [...].

Dessa mesma ocasião de trabalhos de pesquisas desenvolvidos sobre as políticas públicas, patrimônio e cultura, Diniz (2004, p. 127), em análise dos encaminhamentos do Programa Monumenta em Corumbá, considera que "o projeto foi apresentado à comunidade já concluído e, portanto, sem nenhuma possibilidade de alteração do formato das obras e destinação de recursos". Porém, considera que "todo o conjunto de investimentos se apresenta como uma oportunidade histórica de geração de desenvolvimento que, contudo, precisa ser gerido democraticamente para evitar apropriações políticas indevidas e geração de falsas esperanças na população" (Idem, 128).

Numa confluência e dualidade de informações, talvez determinante para entender-se como foi o processo inicial de idealização do projeto enviado ao Programa Monumenta, o secretário de meio ambiente, cultura e turismo da época, Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo³⁸, entendido a partir das pesquisas como o grande animador e articulador dessa experiência em Corumbá, confirma:

³⁷ Programa do governo federal que objetiva revitalizar centros urbanos tombados com detalhamento no capítulo 4 deste trabalho.

³⁸ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

[...] eu tive a oportunidade de viajar, passei dois anos fora do país [...] Eu, ao longo desses dois anos que eu passei fora, conheci algumas pessoas que tinham trabalhado no desenvolvimento de colocação de algumas áreas portuárias, como próximo a Washington que é Baltimore, depois São Francisco - no Píer e fui conhecer algumas áreas portuárias na Europa, que era muito parecida com a história de Corumbá. Eram áreas que foram utilizadas comercialmente em larga escala e que por razões diversas que ocupavam, já tinha um processo de revitalização, numa nova vocação que era a vocação do turismo, da valorização do turismo, do patrimônio histórico [...]. E foi muito interessante porque não só conversei com muitas pessoas, mas pude vivenciar esses ambientes [...] aí eu sou convidado pelo prefeito para vir montar a Secretaria do Meio Ambiente, naquela que é minha área de especialização e acaba que, por uma inexistência de uma política na área cultural e de turismo, essa secretaria acaba cumprindo vários papéis. [...] nós também assumimos o compromisso de começar a pensar na revitalização do Porto e conversei com uma das pessoas que eu tinha conhecido fora, foi o começo, o primeiro boneco, até hoje tenho guardado, o que seria a revitalização [...] nós já tínhamos o primeiro desenho. E por uma coincidência feliz, o governo federal lança o programa no Brasil, com o apoio do Banco Interamericano para o Desenvolvimento e seleciona algumas cidades para unir a sua área revitalizada, sobre o seu ciclo histórico revitalizado [...] Cheguei em Corumbá, e falei: vocês precisam preparar o projeto, a cidade já tinha o projeto pronto. Então nós desenhamos o projeto e aí abro um parêntese para falar um pouquinho, que ele é uma experiência, talvez das mais fascinantes que eu vivi se comparado a outra ligada ao meio ambiente [...] nós contratamos, tivemos o suporte de alguns escritórios especializados, mas praticamente de um, que tinha uma experiência de fora do país [...].

Na contramão das declarações citadas pelos estudiosos e pelo secretário da época, a engenheira Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas, em narrativa concedida, discorre a respeito do processo de inclusão da população frente ao processo de revitalização:

E nós começamos a fazer reuniões com a comunidade local, com pessoas do turismo, com pessoas que mexem com a agricultura, que trabalhavam aqui, para saber o que eles queriam, o que é mais importante, foi realizada oficina na época, durante três dias, dentro de uma sala com um orientador, onde foram diversos setores. Participou, por exemplo, representante da EMBRAPA, representante da Universidade Federal, representante de escola, representante da prefeitura, vereadores, de todos os setores. Nesses dias, ficou esclarecido lá que o ponto de partida para a revitalização seria onde tudo começou [...] ficou definido, todo mundo lá votou [...] Esse resultado foi que o ponto de partida para a revitalização da área seria a urbanização do nosso Porto Geral. Sendo ele urbanizado, a consequência seria a utilização dos prédios abandonados, a valorização do mercado imobiliário, tinha muito prédio no Porto fechado, onde não se conseguia alugar e também não tinha mercado

para a venda, se vendia por qualquer valor, as pessoas falavam: o que eu vou fazer lá no Porto se não tem ninguém? [...]. Tudo isso foi discutido, em várias reuniões, desde a elaboração do projeto, junto com todos os interessados que tinham embarcação e que utilizavam o Porto. Então, eles participaram desse processo, ajudaram a elaborar. A gente fazia visitas, trazia consultores, arquitetos, gente de fora, especialistas em porto, até na época tinha muitas pessoas que paravam e perguntavam: o que você estão fazendo? É que vai fazer um projeto, o Monumenta vai revitalizar tudo. As pessoas falavam: hum, mas de novo! Outra equipe? Ah! eu não acredito que isso vai sair. Eu disse: vai sair, é demorado, isso em 2001. Aí em 2002 assinamos o convênio, Corumbá foi aceita pelo Programa, assinou o convênio. Assina o convênio para iniciar a obra, para fazer acontecer é outro problema administrativo e problema de burocracia, porque o Programa é do governo federal, recursos do BID, exige uma certa burocracia, para liberar os recursos, não simplesmente assinou o convênio e já começa fazer a obra. Então era tudo muito demorado [...].

Outras versões se apresentam nas entrevistas, e passa-se a um possível entendimento a qual momento a coordenadora local do Programa Monumenta se refere:

Eu soube lá em Campo Grande. Aí eu voltei aqui, dei uma entrevista na rádio, na televisão [...] e está aí o resultado [...] Enfim, convidaram todo o pessoal para participar da reunião na SEMATUR, que o Rabello era secretário de turismo, então eles nos convidaram para uma reunião, para comentar o que ia ser, como é que era, esse negócio [...] Eu participei [...] a uns 10 dias de começar [...] Então estava reunido o pessoal de turismo, o Rabello e o arquiteto Bosco comentando. Eu vi o folder, o outdoor tinha mais de três metros, estava pregado na parede, mas olha: aquilo é que era bonito, aquilo era bonito demais [...] Eu falei: olha, se o Porto Geral vai ficar essa maravilha rapaz, tem que tirar o chapéu [...] (DECENZO, 2009).

Ninguém, mais do que nós que trabalhamos aqui neste Porto, que moramos aqui, queremos que isso aqui realmente fique melhor, fique melhor no visual, fique melhor em todas as esferas. Mas nós comentávamos o seguinte: “poxa vida! Poderiam pelo menos ter falado o que vocês acham dessa ideia”, a gente sempre dava “pitaco” mesmo, chamava e eles ouviam, de qualquer forma ouviam, de repente não faziam aquilo, porque cada um se for agradar todo mundo é complicado, mas a gente não pode. [...] Na época, o secretário Rabello vinha em casa e a mãe dizia: vamos fazer isso, aquilo, e todo mundo elogiando. As pessoas aqui elogiaram muito essa questão do Monumenta, muito, muito. A única que foi, de repente [...] não foi uma briga, não é isso, mas que de fato depois eles perceberam foi essa questão do muro, depois que ele realmente atinou aí chamou os mais antigos aí para uma reunião e falou: vocês têm razão! Aí fizeram o muro [...] (HIPÓLITO, 2009).

Uma grande polêmica instalada para a implantação do projeto inicial para a revitalização da área foi sobre a atracação de barcos e a construção do muro de arrimo no Porto Geral de Corumbá que, talvez, pela ausência de conhecimento das partes idealizadoras e distantes inicialmente da comunidade local, gerou motivo de muitas discussões, erros e sequente acertos, conforme percepção de Orozimbo Decenzo:

Eu falei: onde estão as embarcações?. Ele falou: ah! os barcos não vão poder parar. Eu falei: Então não é Porto [...] Se não vai colocar as embarcações deixa de mão [...], pra mim não serve [...] Outra coisa: eu não estou vendo um quiosque aqui, nenhuma lanchonete. Gente, vocês têm que viajar, ir a congresso, como eu estou viajando para vários estados, trazendo novidades para Corumbá, para vocês veem como é que é. Vai a Tocantins pra vocês verem como é o Porto, é a maior maravilha do mundo, mas está cheio de quiosque. Outra coisa [...] onde está o banheiro? Muito bem, não tem quiosque, não tem banheiro. Eu já perdi um barco aqui, em 1989, pegou fogo aqui. A Labarca tinha um barco e pegou fogo também. Nós precisamos de hidrante aqui no porto, nós precisamos de hidrante. Se pegar fogo numa embarcação você tem como socorrer? Então, olha bem, banheiro, quiosque, hidrante [...]. Você disse que não vai deixar os barcos pararem aqui [...] onde você amarra os barcos, as embarcações [...] Então, eu falei: eu não vou ficar discutindo mais, porque se o Porto não tem barco, então não é Porto. Aí eu acabei discutindo lá e vim embora [...]. Vamos pedir para o governador, para as autoridades, esperarem mais dois meses, que daqui dois meses a água vai a 30 metros do fundo. Eu falei: então, não vamos começar não, vamos dar um jeito, esperar o rio secar, está secando todo dia dois centímetros, três centímetros, vamos esperar secar. Esse Porto, esse muro vai ficar trinta metros pra lá. Porque a hora que você fizer o Porto, o muro, a hora que você fizer o muro, que o rio secar, nós vamos andar 30 metros pra subir no barco. Não o governador não quer. Eu falei outra coisa: essa altura desse portinho seu aqui, a primeira enchente vai lavar a rua, vai derrubar o seu muro. Ele falou: o que é isso Orozimbo? Eu falei: vai derrubar o seu muro, estou falando [...] Eu sou filho de mestre-de-obra, estou falando pra você. Não passou seis meses, ele falou: vamos fazer o que o Orozimbo falou, vamos subir mais um pouco. Tá lá o resultado. Aí subiram mais um pouco, puseram varandilha, uns tubos, varandilha para as pessoas pararem, mas fizeram. Agora, o rio está seco, você vai lá e vê onde está o barco, está longe do muro de arrimo, entendeu? Então, não ouviram a gente falar, comentar. Esse é o resultado. Mas de qualquer maneira, independente, o muro de arrimo está aqui, está lá, é outra maravilha, deixa a maravilha do jeito que está [...].

Em relação às pessoas da comunidade-localidade que habitavam esse centro degradado, mais especificamente, os prédios abandonados, essas foram

sendo removidos para áreas periféricas, conforme relata Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas sobre a desocupação do prédio Vasquez e Filhos:

[...] existiam invasores, sem teto, que quando nós começamos o processo em 2001, esse prédio tinha algumas pessoas morando lá, nós tivemos que fazer negociação, a prefeitura arrumou casa pra eles para eles poderem sair do prédio [...] porque eles moravam precariamente, sem água, sem luz, sem nenhum conforto, sem portas [...] não tivemos problema nenhum [...] prédio fechado, na época, tinha muito, a gente falava com o proprietário [...] Nesse ponto, os proprietários aqui nunca tiveram nada de imposição, nem contra a gente, pelo contrário, foram nossos parceiros.

Com relação aos habitantes que ainda ocupam um grande prédio localizado em frente ao Centro de Convenções em fase de finalização da obra predial, Daniela Hipólito, moradora no lugar dá seu parecer a respeito da desocupação dos prédios:

[...] a prefeitura ia tirar o pessoal dali, mas ia dar o suporte, ia dar casa em outro lugar, talvez uma casa até melhor. O que eles fizeram até então? Eles estão tirando, ainda estão tirando as famílias do prédio onde era a antiga alfândega, que é o prédio em frente ao Centro de Convenções [...] é que na verdade tem coisas que eu preciso ser justa: ali é um cortiço também, você passa ali é muito escuro, falou-se em drogas, enfim [...] então, de certa forma, apesar das famílias estarem antigas ali, no futuro também tem uma casinha melhor para eles, tem coisa que tem que ser entendida, não jogou ao leu prazer, ao relento. Então apesar de estarem há muito tempo ali [...] só que de qualquer forma também tem a ver [...] não vou dizer que atrapalhava, mas o visual não é muito agradável, muito atrativo para o Porto. Essa também é a verdade [...].

A partir dessas narrativas acima citadas, percebe-se que, possivelmente, a população da comunidade-localidade minoritária, que ocupava as edificações históricas que foram sendo abandonadas, estão sendo deslocadas para conjuntos habitacionais situados em outras regiões, talvez distantes de suas fontes de renda e de suas redes de relações sociais.

O Programa Monumenta, em 2003, se remodelou e buscou aproximar-se dos programas nacionais de desenvolvimento para evitar a pulverização de esforços, bem como estimular a contrapartida de Estados e Municípios para aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação. Dessa forma, o grupo de trabalho do IPHAN incorporou-se ao Programa e assumiu as funções de Coordenação Técnica. Ainda no mesmo ano foi firmado o Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério

da Cultura, IPHAN, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente visando implementar os Planos Diretores das Cidades (PROGRAMA MONUMENTA, 2007).

Em relação à administração pública municipal sequente, o Plano Diretor Participativo foi apreciado em audiência pública e pela Câmara Municipal no dia 09 de outubro de 2006, efetivando-se em Lei Complementar nº 098/2006. Focado na organização do crescimento e funcionamento da cidade, o Plano foi finalizado com as propostas colhidas junto aos mais variados segmentos sociais corumbaenses em um período de pouco mais de um ano de discussões. As propostas se basearam em sete eixos temáticos: 1- expansão urbana; 2- estrutura urbana (infraestrutura e serviço, zoneamento, transporte e transito e estrutura urbana para a área rural); 3- habitação de interesse social; 4- desenvolvimento econômico (economia, emprego e renda, aspectos sociais e desenvolvimento econômico para a área rural); 5- meio ambiente (meio ambiente para a área rural); 6- turismo e cultura; 7- gestão democrática e controle social (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2008).

Com o objetivo de discutir as ferramentas de trabalho sobre a questão de preservação e proteção cultural e medidas mitigatórias, foi realizada a 1ª Reunião Técnica para elaboração do Plano de Gestão das áreas de Especial Proteção Federal em Corumbá - MS (2008), relacionada ao Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico. Com o intuito de elaborar o Plano de Gestão das áreas de Especial Proteção Federal, foi apresentado pelos participantes da reunião um conjunto de recomendações (IPHAN, 2008).

Segundo a Carta de Corumbá, produto final da 1ª Reunião Técnica de Gestão do Patrimônio de Corumbá, dentre diversas recomendações dos 16 técnicos de área participantes, solicitou-se a implementação do Fundo Municipal³⁹ que é um dos mecanismos que dará suporte financeiro para a continuidade de ações, de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa.

Quanto ao Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Corumbá, foi sancionado pela Lei nº 1.697 de 26 de dezembro de 2001, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo na época que

³⁹ Recomendação expressa por Tânia Dantas, responsável pela Unidade Executora do Projeto - Corumbá.

deveria contar com um Conselho Curador eleito entre representantes do setor público e privado (MINISTÉRIO PÚBLICO/MS, 2008).

Segundo Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas, gestora do Programa em Corumbá, em entrevista concedida, todo o recurso investido pelo Programa Monumenta retorna para a cidade por meio do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e assim detalha:

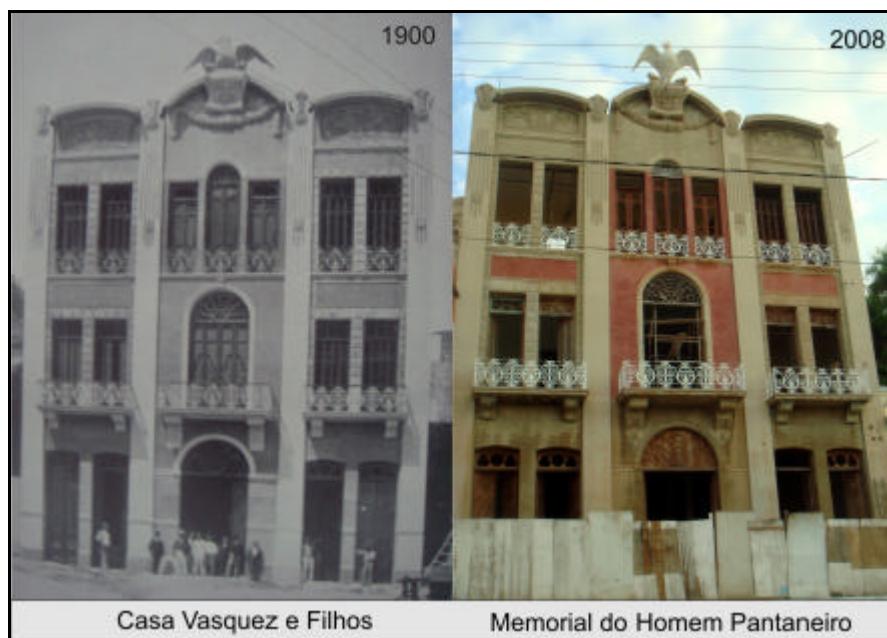
Todo o recurso do programa é vindo para o município, muita gente diz: eu quero dinheiro do Monumenta porque vou reformar todo o meu prédio, porque o dinheiro é a fundo perdido. Eu digo: pra você não é fundo perdido, você vai pagar, é para o município, porque o Programa pensou: não adianta você revitalizar, colocar uma coisa em uso e esquecer aquilo ali. O programa tem um estudo de sustentabilidade de pelo menos vinte anos após o término e conclusão do Programa [...] além da Prefeitura não pagar esse recurso, ela ainda vai receber cada centavo que for emprestado pelo proprietário do imóvel privado, ela que recebe, então pra ela é fundo perdido, só recebe [...] É uma das ferramentas, porque no programa, uma das condições para assinar o convênio em 2001, quando assinou o convênio, o município teria que criar o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico. Foi criado esse fundo, tem a lei que regulamenta o fundo, nós só precisamos agora colocar em operação, porque já está começando entrar recursos, porque nós já emprestamos dinheiro para imóveis privados, as pessoas já concluíram suas obras, já estão pagando, então umas das fontes do fundo são esses empréstimos, outras fontes podem ser diversas coisas, desde que eu autorize a implantação de um quiosque, a prefeitura dê a permissão para implantação de um quiosque, para vender alguma coisa no espaço público [...] o que a pessoa for pagar por aquele espaço vai para o fundo municipal [...] ele só precisa agora ser operacionalizado, só está faltando nomear o conselho de retorno para começar gerir esse fundo [...] esse conselho vai ter a função de decidir onde os recursos do fundo serão aplicados. Claro que tem que ser na área revitalizada, na área de projeto que a gente fala, mas não são recursos só para "estragou tal coisa, nós temos que reparar", isso aí é função da prefeitura, o município tem obrigação de dar manutenção [...] Por exemplo, tem alguém que queira fazer um curso de capacitação para agentes de turismo [...] Então, esse fundo pode pagar o curso para capacitação de agentes de turismo, é para tudo que melhora o local: é a capacitação de pessoas que vão trabalhar lá, são atividades concorrentes, porque vão dar sustentabilidade, se alguém falar vamos fazer uma festa de São João [...] vamos chegar no mês de setembro e fazer a festa do peixe [...] o fundo é para subsidiar aí, é tudo que vai melhorar o funcionamento e até atrair pessoas para o Porto [...].

Com a atuação do Programa Monumenta e seus diversos parceiros, na área urbana tombada do Porto Geral do município de Corumbá, pelo período de 2002 a 2009, pode-se relatar que refletiu nas seguintes intervenções:

a) Obras em Monumentos

A Casa Wanderley Baís que atualmente abriga o Museu de História do Pantanal; a Casa Vasquez (ver foto 10) que já sofreu reforma predial e atualmente recebe os processos de restauração e que abrigará o Memorial do Homem Pantaneiro; Hotel Galileu que está situado na parte alta tombada da cidade e não sofreu nenhuma forma de intervenção ainda.

Foto 10 - Imagem de prédio tombado - Casa Vasquez e Filhos.



Fonte: Álbum Gráfico (1914) e arquivo pessoal (2008).

b) Obras em espaços públicos

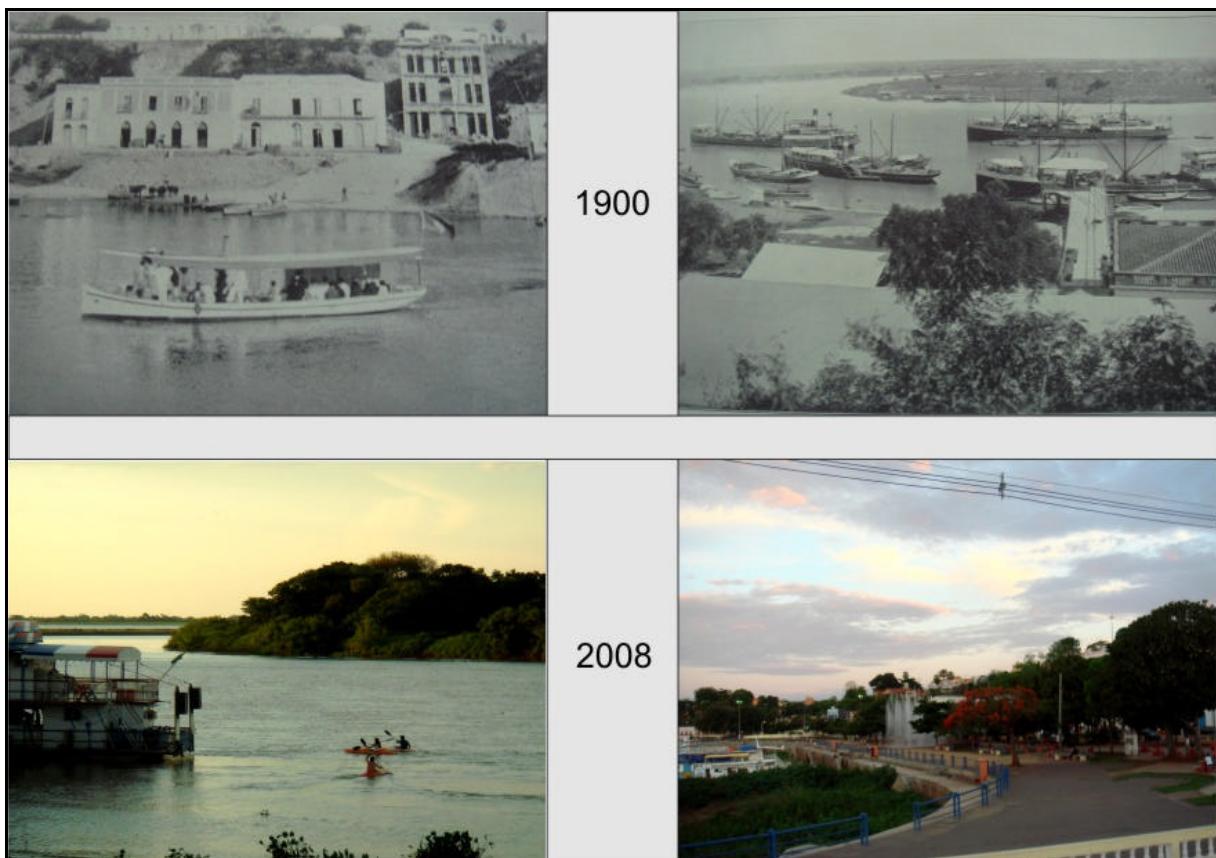
Sofreram intervenções, e estão concluídas: Escadaria da XV que é um dos acessos ao Porto Geral.

A Praça Generoso Ponce, situada na parte alta da cidade em área de tombamento e o Porto Geral da cidade situado na parte baixa tombada do município (ver foto 11).

A Praça do Beco da Calendária, situada em uma das Ladeiras que dão acesso ao Porto e a Travessa do Mercúrio, que está localizada na rua Manoel

Cavassa no Porto Geral, essas se encontram em vias de iniciação das obras físicas previstas.

Foto 11 - Cenário antigo e atual da orla do Porto Geral de Corumbá pós-reforma.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

O estacionamento da rua Comendador Domingos Sahib também está concluído e atenderá os usuários do Centro de Convenções, localizado no Porto Geral da cidade, revitalizado com recursos extraprograma⁴⁰.

⁴⁰ São investimentos não contemplados no convênio nº 396/2002 entre o Ministério da Cultura/Programa Monumenta e o município de Corumbá.

c) Obras em imóveis privados

Das cinco obras aprovadas para receberem recursos financeiros, apenas uma ainda não está concluída, três intervenções são na parte alta tombada da cidade e duas na parte baixa. Mais dez obras residenciais foram selecionadas em 2008 e, dessas, cinco são na área baixa tombada do Porto Geral de Corumbá (ver foto 12).

Foto 12 - Algumas localizações de obras que sofreram intervenção.



Fonte: Jornal on line. O Globo com indicações pessoais (2009).

Reitera-se que, o principal objetivo do programa é estimular a conservação dos imóveis e, consequentemente, dos sítios históricos, para que a população tradicional permaneça em área protegida, preservando as suas atividades locais. Os privados podem solicitar empréstimo a ser pago em até 20 anos. A liberação dos recursos financeiros é feita pela Caixa Econômica Federal (CEF), à Prefeitura cabe a seleção dos prédios e a fiscalização das obras junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PROGRAMA MONUMENTA, 2008).

Em análise dos encaminhamentos do Programa Monumenta na cidade, a coordenadora da UEP local - Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas enfatiza:

[...] no começo sempre é difícil, porque tem na realidade aquele negócio de você ir de casa em casa, como nós visitamos, cheguei de ir de um a um desses imóveis daqui do Porto, entrando, ligando para os proprietários “você tem um prédio aí, nós estamos com um projeto, você tem interesse de no futuro abrir alguma coisa, não pretende fazer nada, pretende vender?”. [...] nós da equipe executora do projeto trabalhamos muito [...] mas eu acho que é fundamental, quando a equipe de campo ia, você tem que se envolver, pelo que eu senti, se você não envolve diretamente, não chega [...] e esse trabalho que eu falo do corpo a corpo que foi fundamental para a equipe e a continuidade. [...] quando eu falo pós-revitalização, é porque eu acho que o processo teve o início. O Monumenta, o Programa, está acabando, mas o processo está continuando [...] Então, eu acho que o processo está começando. O Monumenta é justamente isso, ele vai parar de colocar o dinheiro no município, ele deu a ferramenta para a prefeitura e daqui por diante diria: agora vocês vão adiante com isso aí, porque pode abranger muito mais do que esse Porto Geral [...] Essa semana eu tive uma notícia muito boa [...] que a Prefeitura vai criar um núcleo ou uma superintendência, ainda não sabe o que, dentro da prefeitura, ligado ao patrimônio histórico, que vai ser justamente para esse núcleo buscar os investimentos [...] eu acredito que está iniciando [...] várias pessoas diziam que foi a pior coisa para Corumbá, é um atraso, Corumbá regrediu tombando uma parte da cidade [...] hoje em dia já tem movimento e a intervenção é um processo em andamento que vai, cada vez, no nosso caso, vai virando uma bola de neve, vai pegando mais adeptos, as pessoas vão se inserindo e vão se sentindo parte [...] mas às vezes você acha que na realidade não estão dando importância, é que as necessidades do setor público são diversas: precisa de saúde, educação, precisa de saneamento básico, quem que vai pensar em patrimônio histórico, é ou não é? O último recurso que sobra dentro do município vai ser do patrimônio [...]. Cidades como Corumbá, Tocantins, são assim [...] nessas cidades pequenas o Programa Monumenta tem muito mais impacto. Para Corumbá, aqui mesmo, dos que nós já emprestamos, pode-se citar o senhor Alan [...] numa entrevista que ele deu nós perguntamos, o senhor vende? Ele falou não [...].

Mas na análise do Allan de Castro⁴¹, proprietário e empresário no Porto Geral, que pegou empréstimo privado para viabilizar benfeitorias em seu prédio tombado, que anteriormente foi citado pela coordenadora Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas, enquanto referência de orgulho e empoderamento comunitário da área, essa situação não se confirma mais, conforme relato abaixo:

[...] a exigência é grande e o pessoal aí não está a fim [...] então não tem muito interesse, ainda mais se ele souber que ele vai pagar juros. Eu estou enjoado nesse Porto, eu quero vender aqui e quero

⁴¹ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

sair daqui. O pessoal fala, você olhou lá em cima e é tão bonito, mas para quem está há tantos anos aqui [trinta anos, mais ou menos]. Então, eu estou a fim de vender, porque montar uma atividade aí eu não tenho mais saúde para isso [...].

Na visão do secretário municipal de turismo local (2005 a 2008), Carlos Adalberto Porto⁴², o processo de intervenção e implantação do programa Monumenta foi permeado de dúvidas e resistências como conta a seguir:

No primeiro momento, houve muita resistência. As pessoas tinham muita dúvida: o que vai acontecer com o meu patrimônio pessoal, que é o meu imóvel, o que vai acontecer com isso, o que o Estado quer fazer, até o entendimento de tombamento. As pessoas tinham muita dificuldade de entender o que significa historicamente, ou politicamente, ou individualmente, qual o entendimento que eu tenho dessa questão do patrimônio. Aí a gente foi percebendo e rompendo essas dificuldades e criando formas para as pessoas entenderem a importância que isso tem no histórico de um patrimônio como esse, que são pouquíssimos os lugares no mundo, tirando o Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul, que eu tenho certeza que Corumbá tem o maior patrimônio histórico, arquitetônico do nosso Estado. Aí a gente foi percebendo que precisava envolver as pessoas, criar atos para que isso fosse movimentado e consciências de outras pessoas [...]. Aí nós fomos buscar, através do Programa, onde o poder público precisava assumir algumas partes para a iniciativa privada perceber que aquilo tinha uma importância, para buscar o financiamento, para criar todos os conselhos, para se organizar, com toda burocracia existente, mas criando mecanismos necessários para dar o aporte àquelas pessoas que, ao visitar, ou que estava no entorno, perceberem a importância que isso tem, da revitalização desse patrimônio [...]. Eu acho que foi fundamental Corumbá ser escolhida [...] para poder criar condições de você fazer aporte de recursos para recuperação desses imóveis privados e públicos. Evidente que o poder público teve que se adaptar e criar condições de organização para poder dar esse suporte técnico, de gestão e mostrar para a sociedade local, que, a partir disso, ia ter diferença na organização desse local, onde essas pessoas vivem que é o seu território, que é na sua quadra, que é na sua esquina, que é no meio da sua quadra e isso faz diferença. As pessoas vão percebendo ao longo do tempo a importância que isso tem e começam a perceber e dar a valor e significado a esse patrimônio. Houve mudança, o patrimônio tem uma importância fundamental, ainda está em fase de conclusão, há possibilidade de mais investimentos nesse local em que estamos [...] Então tem uma importância fundamental, vital, e o agente que é o agente da sociedade, é que faz [...]. Sem essa convivência, com certeza, nós não teríamos esse resultado que está tendo, tanto do público quanto do privado. O interesse público em fazer, pegar os prédios desapropriar alguns, desenhar isso, é criar condições de ocupação para isso e no entorno você criar condições econômicas para movimentar tudo isso, praças, esses espaços todos a serem

⁴² Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

revitalizados e disponibilizar isso para uso da comunidade [...]. Esses quatro anos, foram juntar tudo isso, materializar, disponibilizar essa informação e criarmos condições de continuidade e envolver as pessoas para que elas se sintam parte disso. Isso faz parte da minha história, esse monumento também é meu, essa história, eu faço parte disso [...].

Notou-se em campo e pelas narrativas disponibilizadas neste trabalho, que os investimentos, efetuados no patrimônio cultural tombado do Porto Geral, ainda não significaram uma modificação no costume da população corumbaense em relação ao seu núcleo histórico. Ele permanece, em sua maioria, como uma área para turistas, com os habitantes da cidade ainda se mantendo um pouco distantes e só se aproximando em ocasiões especiais dos eventos ou mesmo quando se transformam em guias turísticos de visitantes, próximos a eles, à cidade.

5.1 ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS TOMBADOS DA ORLA DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ E SEUS NOVOS USOS

Integram-se e harmonizam-se, no cenário contemporâneo do Porto Geral, os espaços públicos, as casas e casarões que estão sendo revitalizados e reformados para um novo uso depois de décadas de abandono (ver foto 13).

Foto 13 - Porto Geral com indicações de algumas intervenções.



Fonte: Nivaldo Vitorino com indicações pessoais (2008).

Nos prédios antigos reformados e com novas atividades, disponíveis à população e visitantes têm-se hoje a possibilidade de viajar na história natural e cultural que os corumbaenses herdaram de seus antepassados, propiciando o direito de conhecer, desfrutar e o dever de preservar para transmiti-lo às futuras gerações.

No atual processo de (re)territorialização na orla e nas ruas do Porto Geral⁴³, nos espaços públicos e privados, estão sendo potencializadas em várias épocas do ano a promoção pontual dos eventos turísticos municipais e, até mesmo, manifestações e comemorações da iniciativa privada, pública e social. Nesse sentido, podem-se citar acontecimentos singulares que foram evidentes no ano de 2008 e que se consolidam a partir da iniciativa popular local, em utilizar-se novamente dos lugares do Porto, dentre eles: lazer familiar, lançamentos da iniciativa privada de produtos e serviços, casamentos e apresentações artísticas (ver foto 14).

Foto 14 - Lançamento de evento social na orla do Porto Geral.



Fonte: Jornal corumbaonline (2008).

Conforme cronograma previsto em convênio entre o município e o Programa Monumenta, duas obras públicas foram entregues na cidade de Corumbá, executadas no período de 2002 a 2004. Essas foram eleitas pela sua relevância histórica e abrigadas na área de intervenção do Programa Monumenta.

⁴³ Capítulo revisado pela Coordenadora do Programa Monumenta em Corumbá - Unidade Executora do Programa -, Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas (2009).

A primeira obra pública, entregue em 2003, foi a reforma da escadinha da XV, um dos acessos da parte alta da cidade ao Porto Geral (ver foto 15). A segunda, finalizada em 2004, foi a revitalização da Praça Generoso Ponce, localizada na área alta urbana tombada da cidade.

Foto 15 - Primeira obra pública entregue com a reforma da Escadinha da XV.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

Sequencialmente, foi entregue a obra de urbanização da orla do Casario do Porto de Corumbá. Dentre as intervenções sofridas, a primeira delas foi na calçada, ampliada para quatro metros, com a colocação do novo piso, livre de postes e árvores, cujo custo ficou em R\$ 1.688.000,00 (hum milhão seiscentos e oitenta e oito mil reais), recursos advindos da Prefeitura Municipal e do governo federal por meio do Programa Monumenta e do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa instituição financeira destinou R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para a restauração dos casarões construídos no início do século passado e para as obras complementares.

O governo do Estado assumiu investimentos extraprogramas investindo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na construção do muro de arrimo, ampliando em até 20 metros o espaço entre o conjunto arquitetônico e o rio Paraguai, além de R\$ 400 mil reais aplicados pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) na implantação da rede de esgotamento sanitário na rua Manoel Cavassa, a principal do porto.

Empresas responsáveis pela distribuição de energia e telefonia implantaram as redes subterrâneas para aterramento da fiação. Pretende-se que as fachadas dos prédios históricos ganhem maior realce e valorização com a retirada da fiação aérea, situação ainda não finalizada, a tubulação está feita, mas a fiação inexiste conforme relata Tânia Mofreita Bruno Szochalewicz Dantas em entrevista narrativa concedida em abril de 2009:

Nós tivemos que ter a parceria das concessionárias de energia - ENERSUL, SANESUL, [...] tem aqui o primeiro local da cidade que tem rede de esgoto, seco claro, mas que já tem tubulação de rede de esgoto aqui, porque a gente pensou como fazer uma calçada, organizar, para depois quebrar para fazer rede de esgoto? Tem toda a tubulação da rede de esgoto, toda a tubulação de telefonia, tudo subterrâneo. O dia em que a prefeitura quiser tirar esses postes, as concessionárias vão passar toda a fiação aqui embaixo, a infraestrutura já tem tudo isso. Para começar a obra tem que fazer essa tubulação [...] o processo demorou uns dois anos, entre assinatura do convênio que começava a aparecer à urbanização [...] mas depois que começou a obra do Porto, aí eu podia andar tranquilamente aqui no Porto, antes as pessoas diziam: e a obra que você falou que ia aparecer, e a mudança? Aí eu vinha sempre aqui, já tomava cafezinho na casa de um, na agência de turismo do outro, suco, aqui era superbem recebida. Todo mundo estava vendo a mudança acontecer no Porto, eles puderam com isso receber melhor os turistas, sem investimento privado nenhum. Nós entregamos uma situação onde os turistas tinham acessibilidade, um lugar agradável, fora a valorização imobiliária [...] O pessoal começou a querer implantar atividades aqui no Porto, o que estava fechado começou a ser locado, alguns prédios foram vendidos [...].

As obras na orla do Porto Geral de Corumbá, incluindo uma fonte luminosa ilustrada na foto 16, foram inauguradas em dezembro de 2005 com a presença do ministro da cultura da época, Gilberto Gil (gestão 2003-2008).

Foto 16 - Imagem do cotidiano da população na fonte, devido ao forte calor da cidade.



Fonte: Ruberth Roman (2008).

Ainda em 2005, iniciou-se a implantação da Estação Natureza Pantanal, pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A Estação Natureza Pantanal (ver foto 17) é a segunda do país⁴⁴, e a primeira instalada fora do Estado do Paraná, e integra a estratégia da instituição em desenvolver iniciativas próprias em todas as regiões brasileiras.

⁴⁴ A primeira foi instalada em Curitiba (PR), em 2001.

Foto 17 - Fachada da Estação Natureza Pantanal revitalizada.



Fonte: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2008).

O espaço traz uma exposição interativa sobre o ecossistema pantaneiro e aberta ao público diariamente. Haurigado no ano de 2006, o projeto foi pensado como um centro de educação ambiental para funcionar de forma lúdica e recreativa, que permita ensinar e encantar adultos e crianças, com mostra interativa sobre o meio ambiente do Pantanal. Com apresentação de conteúdo explicativo sobre as características da área, a exposição disponibiliza conhecimentos sobre a formação geológica; grandes bacias hidrográficas; condições climáticas; além de informações sobre a fauna e a flora da região. A essência do projeto é conscientizar os moradores de Corumbá, Ladário, das cidades bolivianas da faixa de fronteira e

turistas da beleza e importância do Pantanal, valorizando-o como área natural. O projeto também realiza cursos, palestras, seminários e eventos ligados a temas ambientais, oferecidos ao longo do ano por técnicos da instituição.

O espaço funciona no edifício Sleiman, construção datada de 1908 e que estava fechada desde 1987. O local já abrigou comércios, residências, hotel, a Casa de Rendas e a Capitania dos Portos. Foi o primeiro da orla portuária a ser completamente restaurado e a integrar o patrimônio histórico e cultural de Corumbá. De estilo neoclássico eclético está sobre uma plataforma nivelada na encosta de uma formação rochosa em uma das ladeiras de acesso ao Porto Geral.

A Estação Natureza Pantanal conta com a parceria do Instituto Homem Pantaneiro e é patrocinada pela Vale⁴⁵ - Mineração Urucum, Banco Safra, O Boticário, TBG e com o apoio da Prefeitura de Corumbá, totalizando investimentos financeiros de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Ainda na ladeira José Bonifácio, está a Casa Vasquez & Filhos (conforme foto 9), construída pelo arquiteto italiano Martino Santa Lucci e aberta para uso comercial de exportação e importação de gêneros alimentícios no ano de 1900. É um dos prédios de relevância arquitetônica do sítio urbano tombado do Porto Geral, que recebe recuperação desde 2006.

As reformas e revitalização do espaço estão sendo dinamizadas para abrigar o Memorial do Homem Pantaneiro (ver foto 18). A proposta do gestor, do Instituto do Homem Pantaneiro, é a implantação de um espaço cenográfico dotado de acervos de relevância nacional para abrigar exposições da cultura do homem pantaneiro. Neste formato, pretende-se retratar o modo de vida dos homens que viveram e ainda vivem na região do Pantanal, objetiva-se, contudo, a apresentação da conservação da rotina e preservação da memória do homem pantaneiro para o público em geral.

⁴⁵ Antiga Companhia Vale do Rio Doce.

Foto 18 - Fachada do Memorial do Homem Pantaneiro em reforma.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

É importante reafirmar que, mediante o decreto nº 6040/2007, a cultura do homem pantaneiro foi reconhecida enquanto Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse decreto se consolidou a partir do entendimento de que são grupos (os pantaneiros) culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Utilizam-se os recursos naturais de formas equilibradas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da presente geração e garantem as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

O Projeto Memorial do Homem Pantaneiro recebeu certificação do Ministério da Cultura para a captação de recurso via lei de incentivo fiscal - Mecenato⁴⁶ no valor de R\$ 1.594.380,80 (hum milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta reais e oitenta centavos). O Projeto já recebeu apoio nesse formato pela Fundação O Boticário, da Caixa Econômica Federal, do Grupo Rio Tinto Brasil, a Mineração Corumbaense Reunida e do IPHAN. Dos recursos financiados priorizou-se inicialmente a intervenção em obras emergenciais, civis e parte da restauração, fazendo-se necessária à continuidade dos investimentos em reformas na modernização de instalações elétricas e hidráulicas, climatização, acessos, segurança e cenografia.

O próximo projeto disponibilizado às populações de Corumbá e entorno foi inaugurado em 2008, o Museu de História do Pantanal (MUHPAN) que está alojado no prédio histórico Wanderley & Baís, localizado na avenida principal do Porto Geral. O prédio do museu, em estilo neoclássico, possui três pavimentos como mostra a foto 19.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio dos recursos do Programa Monumenta/Ministério da Cultura, juntamente com a Prefeitura de Corumbá, realizou a restauração do MUHPAN, sob a gestão da Fundação Barbosa Rodrigues que, utilizando-se da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura viabilizou o patrocínio das empresas Votorantim e da Petrobras, orçado em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Do primeiro momento da implantação do projeto do Museu de História do Pantanal, pode-se observar que foi capitaneado pela gestão municipal e parceiros governamentais, conforme observa Juliano Borges, coordenador do programa de ação educativa, em entrevista narrativa disponibilizada:

[...] o museu precisava abrir as portas para receber a comunidade e o programa de ação educativa e cultural tem esse papel [...] Na verdade, a Fundação Barbosa Rodrigues, ela entra com a estrada já caminhada, alguns quilômetros adiantados, aí a Fundação Barbosa Rodrigues pega uma carona a convite dos verdadeiros idealizadores desse projeto. É uma convergência de três inferências fortes, em âmbito federal, municipal e estadual [...] além do Programa

⁴⁶ É o investimento em projetos culturais, mediante doações, patrocínios, ou contribuições ao, Fundo Nacional de Cultura, com possibilidade de abatimento no Imposto de Renda devido do contribuinte investidor.

Monumenta e do Ministério da Cultura é a própria administração municipal de Corumbá [...] Nesse momento, o projeto é aceito e ainda estão presentes o Ministério da Cultural, o IPHAN e a prefeitura municipal. Para os recursos chegarem precisava-se de uma instituição com experiência de memória, de patrimônio e de educação patrimonial e buscaram essa instituição, e encontram esses requisitos na Fundação Barbosa Rodrigues, que é uma fundação que trabalha há 30 anos com a memória de passado do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul [...] Então, a Fundação Barbosa Rodrigues é convidada no início do processo a assumir esse desafio de supervisionar e administrar a restauração do prédio, porque os recursos estavam chegando [...] A Fundação aceita o desafio e estamos com o museu de portas abertas, é mais ou menos assim que a Fundação chega nessa história [...].

Foto 19 - Fachada do prédio do Museu de História do Pantanal revitalizado.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

Na estruturação física do Museu, no térreo, há uma recepção, uma loja e uma sala de exposições temporárias. Nesse pavimento, o visitante passa por um túnel de "imersão" na paisagem pantaneira com paredes revestidas de espelhos. No

percurso, são projetados vídeos refletindo o amanhecer, chuvas, relâmpagos, mudanças das estações. Efeitos sonoros correspondentes às imagens aprofundam as sensações, como pios, cantos e revoadas de pássaros, sons de outros animais, além de trilhas de música contemporânea e da reprodução visual de trechos de poemas e canções de compositores sul-mato-grossenses. O trajeto termina numa mostra de fotos e dados sobre a geomorfologia, flora e fauna do Pantanal (ver foto 20). O visitante se vê refletido e multiplicado, infinitas vezes, como ocorre toda a manhã no Pantanal, onde a vida renasce em uma gênese diária (PROGRAMA MONUMENTA, 2008).

No andar intermediário, há uma exposição de achados arqueológicos, datados até o fim do Século XVIII. Lá estão objetos pré-históricos remanescentes dos antigos indígenas que povoavam a região. Os indígenas da nação bororo, da aldeia Meruri/ MT participaram da montagem do cenário. Segundo o arquiteto responsável pelo projeto museográfico, Nivaldo Vitorino, “eles viajaram 700 km até Corumbá, para aplicar pintura corporal nas esculturas que compõem a cena indígena reproduzida no museu”.

Foto 20 - Sala dos Pantanais em exposição no Museu de História do Pantanal.



Fonte: Nivaldo Vitorino (2007).

O piso superior conta a história mais recente da ocupação territorial e atividades econômico-extrativistas, a guerra com o Paraguai, o apogeu do porto nos

anos 20. A chegada do telégrafo, comandada pelo marechal Rondon e seu contato com as populações indígenas, é representada com fotografias do acervo do Museu do Índio do Rio de Janeiro. Nesse mesmo espaço, há também obras de artistas plásticos, como Boggiani e Levi Strauss, que se inspiraram na cultura dos indígenas pantaneiros. Nessa sala, há um espaço dedicado ao ladrilho hidráulico, tradicional revestimento de pisos da Corumbá dos anos 20, quando havia 34 oficinas dessa especialidade na cidade. Atualmente, há apenas uma, instituída pelo IPHAN, que recuperou essa ciência e abriu uma escola para jovens.

Além dos conteúdos ligados à arqueologia, etnologia, história e antropologia social, o museu se propõe a cumprir diversas outras funções junto à comunidade, como objetivo de envolvê-la nas questões de preservação e valorização cultural. Para isso, o museu será um centro de referência de educação patrimonial e demais atividades pedagógicas. "Mais do que uma reunião de peças antigas, o museu será um organismo vivo e integrado à comunidade", diz o historiador Carlos Etchevarne (2008), autor do projeto museológico. Ele enfatiza sua proposta:

Há cinco séculos, o Brasil olha para o mar, não só para apreciar a sua bela imensidão, mas para aguardar as notícias que vinham da metrópole européia, e ficou de costas para a região centro-oeste. O museu tem a pretensão de mostrar um Brasil pouco conhecido dos brasileiros [...].

Apostando em recursos cenográficos e tecnológicos, o museu é uma viagem pelos oito mil anos da ocupação humana no Pantanal e retrata a identidade do Pantanal de forma interativa. O visitante passa por uma retrospectiva, deixando para trás o presente e embarca numa viagem ao passado, vendo o Pantanal através de vários olhares.

Do processo de apropriação da população ao MUPHAN, Juliano Borges traça uma retrospectiva e expectativas, e assim conta:

Esse museu fica pronto [...] ele precisa abrir as portas para receber a comunidade, para a comunidade se apropriar desse espaço, e eu sou convidado para montar esse programa de ação educativa e cultural [...] um desafio, porque o museu, como tudo que é pensado, a partir de estado, ou a partir de uma secretaria, desde que pensado por governo federal e o município, a população não se sente *a priori* contemplada na organização, na montagem. Então, quando você

abre uma coisa que está pronta e convida a pessoa e diz: “olha, isso aqui é seu” há uma resistência [...] Então, é um processo que vem caminhando lentamente, mas já com grandes avanços [...] Então, o contato e a aceitação da comunidade vão se dando aos poucos [...] sempre pensando que esse espaço é dela, ela precisa assumir esse espaço como espaço próprio [...] hoje, eu digo para você, com certeza [...] que o acervo cresceu 30%, em menos de um ano, com essa doação das pessoas. Então, ao mesmo tempo em que há resistência, que há pequenas competições sociais, econômicas, de grupos econômicos ou não, mais sociais que econômicos, eu diria [...] o que provocou até um resultado positivo para o museu de acervo na coleta de material.

Pensando na continuidade e encaminhamento das atividades, esse mesmo historiador, em representação da organização, conclui que:

Primeiro, o museu quer que a sociedade não deixe que ele fique estático [...] mas para isso precisa de uma responsabilidade das pessoas, olharem para esse espaço como patrimônio cultural e histórico seu. Reconhecer e olhar para esse Porto não mais como espaço decadente, sujo ou mal iluminado, que não é mais isso, a cara é outra já. E a gente percebe, eu percebo, e isso é uma alegria até você ver isso, que a comunidade corumbaense, principalmente os mais afastados urbanisticamente falando [...] começam a voltar. Na verdade, são elas que retornam ao Porto. Esse porto aos domingos, que antes era visitado por uma elite cultural, estatal ou econômica, ele está sendo ocupado como lazer, como espaço de passeio pelas famílias populares. É gente lá do Cristo Redentor, do Guanã II, Guanã III que vem tomar seu tereré nesse Porto, fazer um domingo de lazer num espaço bacana. Claro que, inteligentemente, muito bem aproveitado, a atual Fundação de Cultura e Turismo hoje que percebendo isso com a revitalização da própria praça, começa a fomentar, criar eventos, pensar em eventos que onde a gente começa, que foi a maneira que o museu se viu, de estar presente em Corumbá [...] são momentos que faz essa cidade pulsar. Se essa cidade pulsa nesse momento, o montante tem que pulsar junto com a sociedade local. Então o que a gente faz, mais do que programar eventos do museu da história do pantanal, a gente se inclui na programação da sociedade local [...] Então é, dessa maneira, *a priori*, que a gente se coloca [...] Então, é nesse momento que o museu se faz presente. Pensando em perspectivas futuras, o museu acredita e aposta na revitalização geral do Porto Geral [...] A gente aposta muito no futuro desse museu, desse Porto e a Fundação Barbosa Rodrigues, que tem dez anos de responsabilidade de cuidar e salvaguardar a história desse museu. Então, durante dez anos vamos estar contribuindo, depois vamos ver como continua essa história, onde vai parar [...].

Integrante do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

foi restaurado o prédio da antiga alfândega, localizado na rua Manoel Cavassa, no Porto Geral de Corumbá, que resgatou suas características originais (ver foto 21).

O prédio que pertence à União e abrigou por 34 anos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), hoje funciona como escritório técnico do IPHAN em Corumbá e também um posto avançado da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Os recursos usados para a restauração são do próprio Instituto, proveniente do Ministério da Cultura. O valor não foi informado pela mídia disponível.

Foto 21 - Fachada do prédio do IPHAN revitalizado.



Fonte: Arquivo Pessoal (2008).

Ainda em 2006, a Prefeitura Municipal de Corumbá lançou a primeira etapa do projeto de construção do Centro de Convenções, de autoria do arquiteto corumbaense Carlos Lucas Mali, com o objetivo de incrementar o turismo de negócios e de eventos culturais da cidade.

A obra do Centro de Convenções está incluída no Programa Turismo Brasil, do Ministério do Turismo, com investimentos de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo que, 50% do recurso é da Prefeitura Municipal e a outra metade, proveniente do Orçamento Geral da União (OGU) liberada via emenda parlamentar e que é considerado investimento extraprograma.

O prédio que ocupou o antigo armazém da extinta Empresa de Portos do Brasil - Portobras, posteriormente agência de turismo e a colônia de pescadores no Cais do Porto Geral, teve a sua obra dividida em três etapas. Na primeira etapa, deu-se a revitalização do antigo armazém que conta com um (1) auditório com 150 lugares, cinco (5) salas de reuniões, cafeteria, choperia e restaurante. Na segunda fase, foi dinamizada a parte de urbanização externa do estacionamento, e a terceira e já iniciada última etapa, a construção do anexo onde ficará o auditório central. O auditório terá capacidade para 670 pessoas com palco de 152 metros quadrados para dança, shows e teatro, com sistema de acústica e tradução simultânea.

Foto 22 - Centro de Convenções Miguel Gomes.



Fonte: Arquivo pessoal (2008).

O Centro de Convenções, que leva o nome do pai do senador Delcídio do Amaral, Miguel Gomes, conta com espaços para entretenimento, salas multimídia, auditórios, restaurante, lanchonete, além de pontos específicos para apresentações culturais e artísticas e realização de congressos e seminários. Ainda foram realizadas a construção e urbanização da área externa - num total de 4.400 metros quadrados - e implantação de um estacionamento para 240 veículos (conforme foto 22).

Segundo a Prefeitura Municipal, ainda em 2009, fará investimentos de R\$ 524.836,48 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) na Travessa Mercúrio e no Beco da Candelária⁴⁷, com início das obras de imediato. Ainda na área de recuperação do patrimônio histórico de Corumbá da parte alta, com recursos do Ministério do Turismo será restaurado o antigo Hotel Galileu. Serão R\$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais) para investir na revitalização do prédio que será transformado em um Centro de Atendimento ao Turista (CAT). O histórico prédio recebeu uma reforma emergencial para impedir desabamentos que poderiam comprometer sua estrutura com a restauração de fachadas, telhado e esquadrias disponibilizados pelo IPHAN. O município participará do projeto de reforma com o restante do recurso que totalizará R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais). Construído em 1907, pelo arquiteto italiano Fernando Mármore, em estilo eclético, variando entre o neoclássico ao *art-noveau*, o imóvel embeleza o conjunto arquitetônico localizado na Avenida General Rondon, com vista privilegiada para o rio Paraguai e o Pantanal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2009).

5.2 PROJETOS INSTALADOS NO ENTORNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO DO PORTO GERAL DE CORUMBÁ - MS

Presente no entorno da orla tombada do Porto Geral de Corumbá, está a Casa do Massa Barro, uma referência em projeto de inclusão através do artesanato em barro desde 1982. Integrando o conjunto de atrativos da área tombada de entorno, esse é um local com fins educacionais, para incentivar a arte em cerâmica. Localizado no bairro Cervejaria, seus artesãos são adolescentes, que aprendem a esculpir em argila a fauna e a flora pantaneira, ricas em detalhes e cores. O artesanato produzido no local é bastante conhecido e comercializado para outras regiões do país e do exterior.

O primeiro prédio a ser reformado, após a assinatura de convênio com o Programa Monumental, no entorno do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá, foi o antigo Moinho Mato-grossense. Inaugurado em 1954, era um dos

⁴⁷ Vias situadas na área urbana tombada do Porto Geral.

maiores do Brasil na época. Desse tempo, seus principais acionistas, Domingos Sahib, Salim Kassar e José Lotfi, investiram na importação de trigo oriundo da Argentina e do Uruguai e que, posteriormente, na década de 60 foi fechado. Os sócios Kassar e Lotfi decidiram vender a indústria para o Grupo J. Macedo em 1976 e enquanto operou, até o início da década de 80, foi um dos maiores empreendimentos da região, empregando cerca de 70 operários numa fronteira isolada. Por mais de duas décadas, o prédio esteve abandonado (ver foto 23).

Foto 23 - Prédio do Moinho Mato-grossense abandonado.

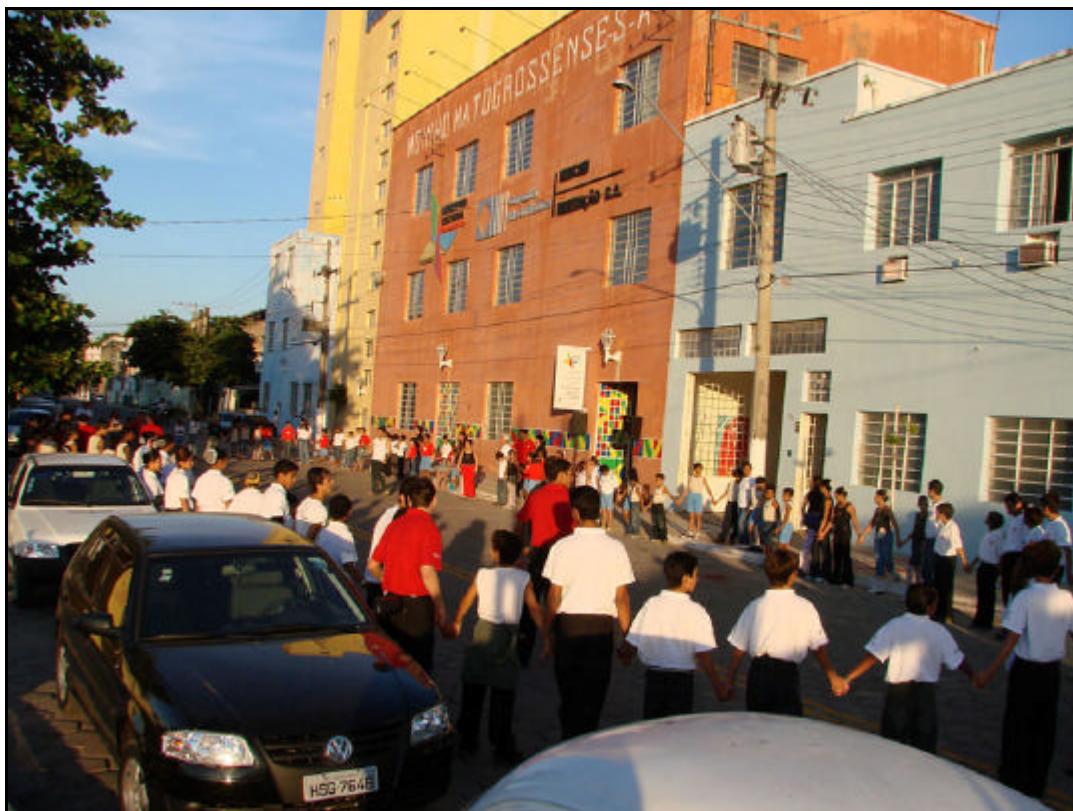


Fonte: Engenheira Tânia Dantas (2004).

Em 2004, iniciou-se a recuperação predial do antigo Moinho Mato-grossense, cedido pelo Grupo J. Macedo ao Instituto Homem Pantaneiro⁴⁸. Os 15.000 metros quadrados de sua estrutura foram adequados para abrigar a Escola de Artes Moinho Cultural Sul-Americano e que foi aberta à sociedade fronteiriça em 2005.

⁴⁸ Organização não-governamental, de direito privado, sem fins lucrativos (2005).

Foto 24 - Ambiência e fachada da Escola de Artes Moinho a partir do novo uso.



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá (2008).

O Moinho se dedica à inclusão socioeducativa da criança e do adolescente por meio da formação artística e cultural, com linguagem e formas de expressão que a UNESCO reputa como poderosas formadoras de mentalidades em favor da construção de uma Cultura de Paz. Presta atendimento direto a 270 crianças e jovens brasileiras e bolivianas, de 8 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, despertando alternativas de formação em dança e música (ver foto 24). Disponibiliza aos participantes do projeto o apoio pedagógico, psicológico, atendimento social, acompanhamento escolar, aulas de idiomas (português, francês, espanhol e inglês), assistência médica e odontológica, bem como, estudo das artes, culturas sul-americanas e cidadania através da informática. Atende 200 famílias (de alunos) através de oficinas de geração de emprego e renda (gastronomia e produção têxtil) e oferece cursos e atividades complementares para a comunidade. A Escola é patrocinada pela Vale e apoiada por diversos parceiros e certificada pela lei de incentivo fiscal - Mecenato (INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, 2008).

Pondera-se neste trabalho, que o Porto Geral de Corumbá não vinha sendo acessado pelos locais com interesses direcionados aos contextos econômicos, culturais e sociais, esses últimos com foco na diversão, no entretenimento e lazer. Nas últimas quatro décadas, talvez devido ao abandono sofrido, pode-se ter gerado uma inércia e passividade da população para o uso do local, o que se atribuiu ao lugar à conotação de insegurança, desamparo, prostituição e drogas. Portanto, mesmo com a implantação de novas atividades nos prédios, desencadeadas na década de 70 e com a revitalização da orla portuária e de casarões, a sociedade, até há um ano, era resistente para a retomada do uso sociocultural do espaço.

Hoje, a praça revitalizada do Porto Geral recebe centenas de indivíduos aos sábados e domingos e, em número menor, nos outros dias da semana. O volume diário de visitantes é acirrado com o trânsito de turistas, quando a temporada de pesca está aberta. Assim, em maioria, utilizam-se do território para o embarque e desembarque de viagens em barcos-hotel, também para o uso das agências de turismo focadas nessa atividade. Portanto, uns acessam o local em torno da dinâmica do trabalho e visitação. Outros buscam o cenário panorâmico disponibilizado pela natureza integrada ao patrimônio cultural tombado sob processos de reformas e revitalizações, também a cultura, o entretenimento, a diversão, o esporte e o lazer familiar. O pôr do sol de Corumbá atrai a população e turistas que visitam a região para a orla do Porto Geral (ver foto 25).

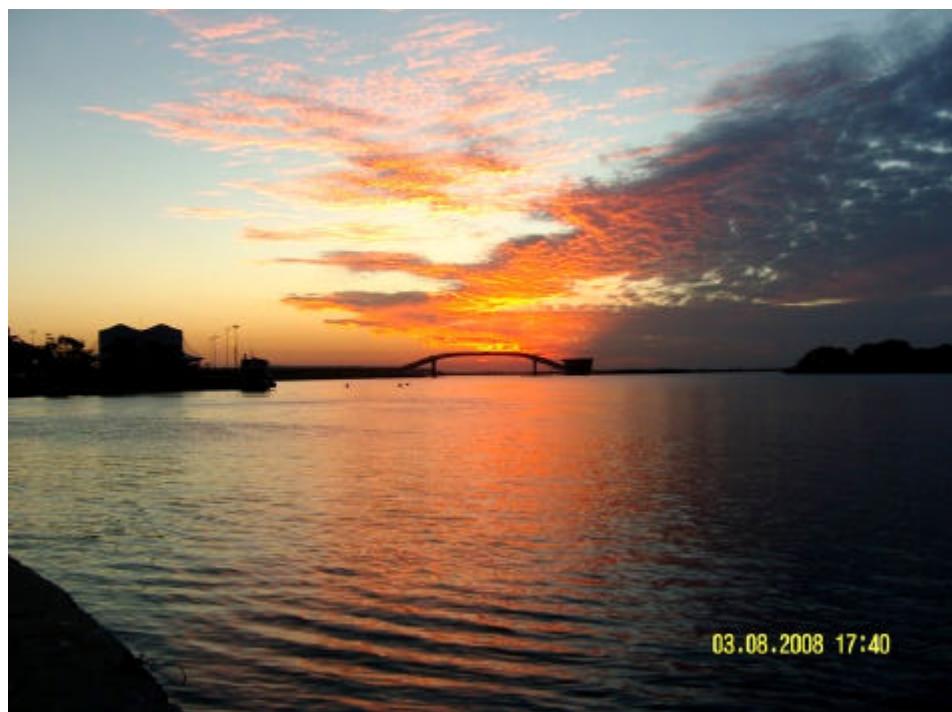
Portanto, nesse contexto da re-ocupação social por parte da população local, pode-se abonar esse novo momento de movimento diurno a partir das resultantes de entrevistas narrativas captadas em abril de 2009:

[...] o Porto ainda só é visitado no sábado e domingo pelos corumbaenses [...] Vem a juventude, vem trazer seu tereré, vem escutar o som. O som de domingo, que está movimentando o Por do Som, começa movimentar porque quem vem começa movimentar um pouquinho da cultura da cidade, do som da cidade. Eu acho maravilhoso. Todo domingo às 5, 6 horas da tarde começa o som. Então a gente apoia o Franklin, porque vem o movimento, as pessoas vêm gastar no Porto sim, ou gasta pouco ou gasta muito, não é esse o caso, mas está começando a aparecer. É interessante porque, se um turista para no centro e pergunta onde é o Porto, pelo menos a gente vai saber, porque antes era muito difícil. O turista perguntava onde é o porto? O senhor vai descendo ali que tem placa. Então tira esse ar de que o Porto era uma coisa suja, mal

iluminada, perigosa, tira isso, é tão bonito ver tudo aqui pintadinho [...] (Daniela Hipólito, abril, 2009).

[...] a maioria deles comentava, falavam: Orozimbo, você já comentava isso aí há vinte anos atrás, que o Porto Geral seria o cartão postal de Corumbá, você já comentava há vinte anos atrás, e aí, você está feliz Orozimbo? Eu falei: eu estou, e garanto que todos vocês de Corumbá vão estar, e garanto também que todos vocês ainda vão vir para o Porto Geral, conhecer o cartão postal, e é o que está acontecendo, você vê no sábado e domingo fica cheio de gente. Está muito diferente, está 100% melhor [...] (Orozimbo Decenzo, abril, 2009).

Foto 25 - Imagem do por do sol de Corumbá.



Fonte: Ruberth Román (2008).

O cenário de progressivo e possível sucesso de ocupação que se vislumbra ao percorrer o Porto de Corumbá é substituído por outras sensações durante a noite. À medida que cessa o medido movimento provocado pelas agências de turismo e o comércio, expressões-artísticas ou pelo trânsito das pessoas, voltando para suas residências, esse lugar esvazia-se. Talvez pela baixa densidade populacional nessa área e de atratividades de lazer e entretenimento compatível com o horário, faz com que o cenário de atividade durante o dia seja substituído pelo vácuo noturno. Esse poderá ser um “gargalo” a ser repensado e ampliado no processo de revitalização do Porto Geral.

Dentre uma das iniciativas nesse processo de (re)territorialização do espaço do Porto Geral, no contexto da dinâmica sociocultural estabelecida no lugar, destaca-se uma atividade que nasceu da predisposição e anseio de um cidadão e artista com atuação local, Franklin Melo. A ação se transformou em um programa semanal gratuito e democrático, efetivando-se com o nome Projeto Por do Som do Pantanal (ver foto 26). Conforme o artista, “a ideia vinha sendo maturada há anos, inspirada pela paisagem natural e cultural associada à arte musical”. O artista relata que num desencontro de trabalho para uma apresentação musical na área, ele e o grupo resolveram dar continuidade à atividade prevista. Telefonaram para meia dúzia de amigos, solicitaram a um cidadão morador do local um cabo para passar energia e, dessa forma fizeram uma roda musical. Os amigos gostaram e resolveram se encontrar na outra semana. O número de espectadores gradativamente foi aumentando e assim esse grupo resolveu se organizar, conforme o contar história do artista Franklin Melo⁴⁹:

Cheguei e a Sandrinha⁵⁰ fechado, tinha acontecido um incidente, ela não conseguiu me avisar, cancelou e estava fechado, só fiquei sabendo do cancelamento na hora que eu cheguei. Fiquei chateadíssimo, quando voltei, vi o palco [...] vi a meia arena me olhando, me chamando “vem cantar aqui que eu vou adorar você cantar” [...] tinha que pedir uma extensão para o senhor Ari, do outro lado da rua, ele me deu uma extensão, eu fui lá e liguei o som pra gente ouvir o som da natureza, vamos brincar aqui nesse palco, ele está aqui sozinho [...] Tinha várias pessoas comigo, os músicos e do som. Eu disse: vamos fazer [...] Todo mundo que estava em volta começou a parar, todo mundo gosta da música, porque a música dá uma coisa, você fica tranquila, ela relaxa e ela envolve, porque uma das coisas primordiais da música é a harmonia [...]

Então, todo mundo começou a parar, começou a aglomerar e esse é o sentido da música [...] Aí eu falei, gente, as pessoas gostaram. No outro domingo vamos vir, vamos vir, todo domingo vamos fazer. Os amigos incentivaram, vamos fazer. Então, começaram a dar carona, a gente vinha, conseguia chegar. Um dia passou uma representação da esfera municipal e falou que a prefeitura vai ser parceira, porque automaticamente isso seria muito importante. Era época de campanha [...] agora pensei, vão querer tudo muito bonitinho [...] Foi aí que eu consegui estar todo domingo aqui fazendo. . Então a prefeitura me dá som e iluminação e aí a gente começou a articular o projeto, a desenhar melhor ele [...]

⁴⁹ Entrevista autorizada e gravada em áudio e vídeo em abril de 2009.

⁵⁰ Proprietária de bar e restaurante no local.

Foto 26 - Cenário de domingo no Porto Geral a partir da execução do projeto Pôr do Som do Pantanal.



Fonte: Ruberth Román (2008).

Atualmente, o Projeto Por do Som do Pantanal acontece todos os domingos, na orla do Porto Geral, tendo como fundo o por do sol do Pantanal, e que conta com o apoio da Prefeitura Municipal, os empresários instalados no território e a receptividade da população local.

O que se constata é que o público frequentador da área é constituído, sobretudo de turistas, especialmente, pela forte função que o Porto Geral assumiu em torno da pesca desportiva e da subsistência proporcionada pelo rio Paraguai. Mas, vagarosamente, os habitantes da cidade e da comunidade-localidade iniciam um processo de apropriação e reconhecimento do lugar para se aproveitarem de vantagens oferecidas pela revitalização nos âmbitos sociocultural e econômico. Mas uma grande parcela dos habitantes da cidade ainda continua afastada, o que poderia completar o público frequentador do conjunto histórico tombado em revitalização. Talvez haja certa resistência a repensar o lugar do centro no imaginário e na rotina da cidade por essa parcela de sua população que não acessa o Porto, talvez pelos processos de intervenção serem tão novos para a população e para o lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise do processo de desenvolvimento na parte baixa da cidade, especificamente do Porto Geral de Corumbá, percebeu-se que, a partir da década de 70, foi vivenciado mais um tempo de mudanças, cuja mobilidade de pessoas, culturas e atividades econômicas tornaram-se praticamente uma regra nesse lugar. Infere-se a tal mudança, quando se remonta ao fim do século XIX e início do século XX onde, segundo a historiografia regional disponível, a população desse território teve sua formação a partir dos indígenas, que aí se atravessaram aos negros, aos europeus e aos sul-americanos. As antigas vivências sociais, culturais e econômicas contidas na bibliografia disponível sofreram transformações perceptíveis em dias atuais.

Portanto, reportando ao esvaziamento e repouso iniciado na primeira década do século XX, quando muitos homens se mudaram para outros espaços, tais como: área de comercialização de produtos, de mercadorias, de imagens e de ideias, pode-se perceber que quase “tudo mudou”, ocorrendo a desterritorialização e a desculturização. E esse foi um processo vivenciado não só pelos locais que saíram em busca de novas oportunidades, mas também pelos aventureiros, pelos novos habitantes migrantes no lugar que deixaram para trás uma cultura herdada para se encontrarem com uma outra junto aos locais, que permaneceram no lugar nas últimas quatro décadas, processo percebido como momento de (re)territorialização da área estudada, o do Porto Geral.

Pelo viés cultural e da memória social dos novos habitantes do lugar, numa cooperação para o entendimento da colaboração desses novos atores nos processos de desenvolvimento do local, pode-se concluir que os migrantes que ali chegaram foram imprescindíveis para a re-ocupação do lugar. Deixaram suas

experiências vividas para trás e a esse novo lugar se obrigam a novas experiências, cabendo-lhes sorver um novo aprendizado e uma nova formulação na produção da nova história a partir de uma práxis libertadora.

Foi possível observar nessa trajetória que o território de estudo no Porto Geral de Corumbá, frente ao processo de intervenção patrimonial, foi alvo de altos investimentos financeiros externos governamentais continuamente nesses últimos anos. Investimentos, possivelmente justificados pelos desafios com que a mundialização coloca para as cidades conforme a alocação dos gestores públicos, dos patrocinadores e dos empresários instalados no lugar. Esses mesmos gerenciadores associam a necessidade de recuperação da área de antiga centralidade degradada, como parte do processo de reposição da cidade de Corumbá no cenário globalizado, especialmente focado no turismo histórico/cultural, como um novo segmento a ser trabalhado pelo local. Atrelam a essa necessidade, a retomada dos habitantes do lugar como mecanismo fortalecedor de um cenário atrativo cultural, social e economicamente, gerador de movimento das relações no local.

Em Corumbá, o projeto de revitalização do Porto Geral fundamentou-se em uma reconstrução desse cenário urbano com melhorias físicas visíveis conforme a que se pretendia quando pela revitalização, o que se entende pelos financiamentos cedidos pelas políticas públicas de investimento em áreas delimitadas dos centros urbanos com a finalidade de reverter processos de degradação física e de espaços de ocupação de minorias de determinados espaços. Portanto, constante na memória social captada, esse processo implicou desapropriações e obras civis de grandes proporções que foram articuladas e financiadas em sua maioria por recursos públicos. A recuperação da área, em parceria entre poder público e investidores privados, parece estar gerando uma valorização de seus imóveis com aumento sucessivo de re-ocupação social, cultural e econômica da área.

Na fala das narrativas, perceptível nesse primeiro momento foi que, o desenvolvimento local endógeno “OUTPUT”⁵¹ não foi o elemento dinamizador dos

⁵¹ OUTPUT ou de dentro para fora: colocação das capacidades, competências, habilidades de se desenvolver, e consequentes auto-estima e auto-confiança “metabolizadas”, como equilibradoras de seus relacionamentos/interação externos.

processos de intervenção no patrimônio cultural desse espaço junto a sua comunidade-localidade, entendendo-se que, tal encaminhamento deveria se dar a partir de iniciativas comunitárias em favor das necessidades e pelos recursos locais, com ações conduzidas pela própria comunidade por meio dos seus anseios vislumbrados ao desenvolvimento ou da promoção do seu bem-estar, persistindo, assim, algumas insuficiências latentes para a promoção da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança.

Dessas práticas adotadas e descritas, integradas aos discursos globalizantes que tendenciam a assumir um caráter elitizante à intervenção, os idealizadores do projeto de revitalização buscaram excluir segmentos analisados como indesejáveis. Por vezes assumindo que a revitalização destinava-se a atrair determinados moradores/consumidores, em contraposição ao que existia no lugar antes de iniciado o processo.

Ao lado desses aspectos elitizantes, o que se observa na cidade de Corumbá é a continuidade da apropriação do espaço urbano por parte do segmento que há décadas usufruiu daquele lugar. Assim, quando essa área expressou possibilidades de sucesso na sua re-configuração, tornou-se possivelmente um interessante local de trabalho para vendedores ambulantes e para grupos urbanos inusitados e pouco esperados por aqueles que pensaram o espaço.

O princípio do encaminhamento da revitalização, ocorreu em um ambiente político excludente e, por vezes, opositor, para sequencialmente, transformar-se em colaboração efetiva por parte da comunidade-localidade. Dessa forma, depara-se com um processo dúbio, em que ao discurso inicial da mundialização e da reestruturação urbana do Porto somou-se ao do atendimento de demandas locais, em que os processos de revitalização estão sempre recorrendo ao diálogo direto com a população local, em uma tentativa de minimizar os erros cometidos por falta de conhecimento da realidade local, para inventar tradições, reafirmar a antiga centralidade e criar oportunidades. Dentre os equívocos possíveis, o que não foi percebido ou foi dinamizado de forma incipiente, foi a promoção de atividades que poderiam gerar sustentabilidade comunitária previstas no Programa Monumenta e

descritas detalhadamente no capítulo 4 deste trabalho, como a promoção de atividades econômicas e de programas educativos e de capacitações.

De todo modo, é interessante observar que o caso de revitalização em análise apresentou uma singular articulação entre o discurso da globalização (apoiado, sobretudo, no apelo turístico), com uma prática usualmente excludente em pensar-se estratégias de desenvolvimento “de cima para baixo”, resultando em uma vigorosa resistência a esses processos, mas com continuidade de apropriações já existentes e, por vezes, inovadoras da área revitalizada por parte dos moradores da cidade.

Em última análise, dos elementos que materializaram esta pesquisa, em consonância ao objetivo proposto, pode-se perceber que a comunidade-localidade da área de estudo, tem se feito incluir para efeito de implementação da relação com o Desenvolvimento Local visando à endogeneização do desenvolvimento “IMPUT”⁵², ou seja, a partir do apoio externo dos governos, viabilizados inicialmente.

No entanto, nota-se que ainda há uma trajetória a ser percorrida por parte das esferas governamentais e dos apoiadores externos, nesse momento, vistos como co-responsáveis nos processos de desenvolvimento, em que se sugere que incluem o Desenvolvimento Local como destacada estratégia de promoção de ascendência, não-assistencialista, para a melhoria da estruturação sociocultural localizada. Coexistindo, assim, a necessidade da comunidade-localidade de se empoderar e protagonizar seu próprio desenvolvimento a partir das suas capacidades, habilidades e potencialidades, estabelecendo os caminhos a serem trilhados e não o que os outros consideram importante, entendendo definitivamente que não há caminho pré-estabelecido, e que o caminho se faz ao caminhar.

Nesse sentido, e em colaboração, o que, inicialmente sugere-se é a efetivação do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, implantado no ano de 2001 e que ainda não está implementado. Recomenda-se essa estratégia para a concretização da participação conjunta dos poderes e da sociedade civil organizada, como forma de potencialização da educação e atividades em favor do

⁵² IMPUT ou de fora-para-dentro: “metabolização” de capacidades, competências e habilidades de se desenvolver, com auto-estima e autoconfiança, em âmbito comunitário e individual.

patrimônio cultural da comunidade-localidade e preservação das benfeitorias já executadas no patrimônio material e imaterial da cidade de Corumbá. Nesse sentido, sabe-se que um dos mecanismos, o Fundo Municipal, é um dos meios de sustentabilidade das ações e de atividades iniciadas e a se fixarem.

Pode-se afirmar que o futuro dessa experiência de revitalização em Corumbá possivelmente dependerá da continuidade da disposição dos poderes públicos gerir e investir no processo de revitalização, bem como na dinâmica entre os rumos desses investimentos. Mas é sensato pensar que somente quando a população da cidade e a comunidade-localizada a se apropriar desse território ao seu universo de vivência, é que se terá o tom dos desdobramentos da experiência de revitalização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá como provável força de desenvolvimento local.

Dessa forma, pensa-se que efetivamente poderá constituir uma fidedigna parceria que viabilizará a continuidade e a expansão dos processos de revitalização patrimonial. Assim, todos os envolvidos terão maior participação e poder de decisão sobre as ações e iniciativas tomadas tanto na esfera econômica, social, ambiental, patrimonial e cultural, passíveis de configurar um avanço do desenvolvimento para o município de Corumbá.

Contudo, essas histórias não terminam aqui. Enquanto pesquisador social não apenas pesquisou e provocou, mas também se referiu com o máximo de fidelidade e respeito possível ao material levantado e, especialmente, às narrativas captadas e publicadas em textos, áudio e vídeo. Situou-se nessa pesquisa em relação às funções que essas narrativas possuem para o contador em referência a um mundo além delas, percebendo-se sempre que a história possui sempre dois lados: vencido e vencedor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA21. *Plano de desenvolvimento sustentável de Corumbá*. Rio de Janeiro, setembro, 2004.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. *Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local*. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez., Brasília, 2004.

ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian de. *A cidade e o rio*. Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=5482>. Acesso em: 12 set. 2008.

ALVES, João de Medeiros. *O Quilombo do Quariterê*. Historianet a nossa história, jul. 2000. Seção Brasil colônia. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=185>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

AQUINO, Jackson Alves. *As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu*. SEMINÁRIO POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: uma base de dados para a Cultura. Recife, 2002.

ÁVILA, Vicente Fideles. *Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: Edições UVA, 2005.

_____. *Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação*. 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/colóquio/arquivos/Fideles.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2008.

_____. *Formação educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, n.1, p. 64-74. Campo Grande: UCDB, 2000.

_____. *Educação escolar e desenvolvimento local*: realidade e abstrações no currículo. Brasília: Plano Editora, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

BONEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. In ROSENDHAL, Zeny; BRAN, A.; LIMA, Vanuza Ribeiro de; MARINHO, M. História, Identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **Revista História e Perspectiva**, v. 1,

- n. 3637, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/viewarticle.php?id=125&layout=abstrac>>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 11.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BOTELHO, Tarcísio. R. *Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís*. **Revista EURE**, Santiago [online], Chile. 2005, v. 31, n. 93, p. 53-71. ISSN 0250-7161. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612005009300004&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BRAND, Antonio; LIMA, Vanuza Ribeiro de; Marcelo Marinho. *História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos*. **História & Perspectivas**, Uberlândia v. 1, p. 363-388, jan./dez., 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Evolução das aplicações financeiras do programa*. Relatório de progresso do Programa Monumenta. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- _____. Ministério da Cultura. *Recursos aplicados em atividades concorrentes*. Relatório de progresso do Programa Monumenta. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- _____. Ministério da Cultura. *Relatório de progresso do Programa Monumenta*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Série História).
- CAMPO GRANDE NEWS. *Gás natural põe Corumbá no ranking das cidades dinâmicas*. Campo Grande, 2008. Seção geral. Disponível em: <<http://www.campo-grande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=235058>>. Acesso em: 5 set. 2008.
- CAMPO GRANDE NEWS. *MMX prolonga por mais 2 meses suspensão em Corumbá*. Campo Grande. Seção economia. Disponível em: <<http://www.campo-grande.news.com.br/canais/ view/?canal=6&id=244679>>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- CAPITAL NEWS. *Corumbá passa Dourados na exportação de mercadorias*. Campo Grande, 2008. Seção economia. Disponível em: <http://capitalnews.com.br/ver_not.php?id=52427&ed=Economia&cat=Not%C3%ADcias>. Acesso em: 5 set. 2008.
- CAPRA, Fritjof. *Uma nova concepção de vida*. **PSICO** - Projeto Reflexões. Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 7-9, jan./abr., 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COLEMAN, James. *The foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*. Brasília: Senado federal. Conselho Editorial, 2006.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso - 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Lúcia Salsa; ALVES, Gilberto. *Casario do Porto Geral*. Mato Grosso do Sul: Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, 1985.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. *Missões jesuíticas arquitetura e urbanismo*. Memorial do Rio Grande do Sul. **Caderno de História**, n. 21. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

DELVÍZIO, João Bosco Urt. *Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. *Patrimônio histórico de Corumbá: imagem e poder*. 2004. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

DOUROJEANNI, Marc J. *Construindo o futuro do Pantanal*. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2006.

EMPRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Pantanal*. Corumbá. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/skel.php?end=paginasec/pantanal.html>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL ARTES VISUAS. *Taunay, Adrien (1803 - 1828)*. Seção Artistas - Comentário Crítico. São Paulo. Disponível em: <http://www.itau-cultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=544&cd_item=2&cd_idioma=28555>. Acesso em: 13 fev. 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia - conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 165-205.

HANY, Fátima Ezzahrá Schabib. *Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul. Periferia ou espaço central?* Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/tema_dissertacao.asp?Ano=2005>. Acesso em: 12 set. 2008.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO. *Escola de Artes Moinho Cultural Sul-Americano*. Corumbá, 2008. Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/home/home.php?pg=dsc_moinho>. Acesso em: 15 set. 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. *Patrimônio cultural material e imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *1ª reunião técnica para elaboração do plano de gestão das áreas de especial proteção federal em Corumbá - MS*. Corumbá, 2008.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Plano de fiscalização e gestão*. Corumbá, 2009.

JARA, Carlos Júlio. *Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade*. Equador, 1999.

KASHIMOTO, Emilia; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 4, p. 35-42. Campo Grande, março 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/edicoes_numero4.htm>. Acesso em: 5 jan. 2009.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. *Missões ibéricas coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Palier, 2006.

LE BOUURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Ordem local como forma interna de desenvolvimento*. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, v.1, n.1, 2000.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez., 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL. *Lei n. 1.697, de 26 de dezembro de 2001*. Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Corumbá-MS, e dá outras providências, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ms.gov.br/portal/cao/habiturb/legis/exleg.php?id=658>>. Acesso em: 28 out. 2008.

MONTEIRO, Salvador; KAZ, Leonel KAZ. *Expedição Langsdorff ao Brasil: 1821 - 1829. Expedição Langsdorff no Brasil*. São Paulo: Livroarte, 1988.

OLIVEIRA JÚNIOR, Cleber de. *O trem do Pantanal?* Corumba On Line. Seção Crônica. Corumbá, 2008. Disponível em: <<http://www.corumbaonline.com.br/colunistas.asp?autor=Cleber+de+Oliveira+Junior&codigo=125683>>. Acesso em: 20 out. 2008.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. *Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá-MS*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAIXÃO, Roberto Ortiz. *Turismo regional: problemas e perspectivas*. In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIO-ECONOMICOS DO PANTANAL, 2004, Corumbá. **Resumo**. Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/turismo/pesquisas/pesquisas2.html>>. Acesso em: 1 fev. 2009.

PALO JÚNIOR, Haroldo Júnior. *Imagem aérea do Pantanal do Rio Paraguai*. 2007, Figura 1.

PANTANAL NEWS. *Delcídio diz que dinamismo de Corumbá é fruto do gás natural e de investimentos públicos e privados*. Campo Grande. Disponível em: <<http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=2416>>. Acesso em: 15 out. 2008.

PORTALMS. *Rota bioceânica estará pronta ainda este ano, diz Lula*. Campo Grande, 2009. Seção Geral. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/Rota-bioceanica-estara-pronta-ainda-este-ano-diz-Lula/Corumba/Geral/29223.html>>. Acesso em 15 fev. 2009.

PORTALMS. *Corumbá é a cidade mais dinâmica do MS, aponta pesquisa*. Disponível em: <<http://www.portalms.com.br/noticias/Corumba-e-a-cidade-mais-dinamica-do-MS-aponta-pesquisa/Corumba/Economia/20781.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Ambiência e fachada da Escola de Artes Moinho a partir do novo uso*. Corumbá, 2008. Seção Álbuns. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/xcgal/displayimage.php?pid=2697>>. Acesso em: 15 out. 2008. Foto 23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Calendário de eventos movimenta economia de Corumbá*. Corumbá, 2007. Seção Cultura. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1917>>. Acesso em: 13 out. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá*. Corumbá, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Plano Diretor Participativo*. Corumbá, 2006. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/planodiretor/inicio.html>>. Acesso em: 27 set. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Plano diretor participativo*. Corumbá, 2006. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/planodiretor/inicio.html>>. Acesso em: 27 set. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Prefeitura investe R\$ 524 mil em revitalização na área portuária*. Corumbá, 2009. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=5416&keywords=turismo>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Prefeitura investe R\$ 524 mil em revitalização na área portuária*. Corumbá, 2009. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=5416&keywords=turismo>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Ruter participa de ato que autoriza obras do PAC em Corumbá*. Corumbá, 2007. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2847&keywords=plano+diretor>>. Acesso em: 18 jan 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Ruiter participa de ato que autoriza obras do PAC em Corumbá.* Corumbá, 2007. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=2847&keywords=plano+diretor>>. Acesso em: 18 jan 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. *Turismo de pesca vive grande momento em Corumbá.* Corumbá, 2008. Seção Turismo. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4071&keywords=luis+martins>>. Acesso em: 13 out. 2008.

RAFFESTIN, Claude. *A geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Um estudo do capital social gerado a partir de Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs.* Revista FAMECOS, n. 28. Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço e método.* São Paulo: NOBEL, 1988.

SANTOS, Milton. *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA NETO, Francisco Ignácio. *Era uma vez [...].* Corumbá: ANE - Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1995.

SILVA, Paula Junqueira; ALMEIDA de, Maria Geralda. *Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro.* In: V CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES-CENTRO DE ARTES E CONVENÇÕES DE OURO PRETO, 2001, Minas Gerais: IESA-UFG, 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0604.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

SINGER, Paul. *Em defesa dos direitos dos trabalhadores.* Texto para discussão. Ministério do Emprego e Trabalho, maio, 2004.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *O lugar de todo mundo. A geografia da Solidariedade.* In: Conferencia no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Programa de pós-graduação e departamento de geografia da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 1997. Disponível em: <www.territorial.org.br/material/GEOGRAFIA%20DA%20EXISTENCIA>. Acesso em: 20 de nov. 2007.

TRIBUNA POPULAR. *Pólo siderúrgico inaugura novo ciclo econômico em Corumbá.* Campo Grande, 2006. Disponível em: <<http://www.tribunapopularnews.com.br/news.php?newsid=4536>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura. UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, setembro, 2003.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e à Cultura. *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* - Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução de Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VIDAL, Ángel L. *O espaço local* - um elemento chave para uma globalização mais humana. Programa Delnet-Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho. **Revista @local.glob**, n.1, p. 8-11, 2005. Disponível em: <<http://campus.delnetitcilo.net/public/pt/publicacoes/revista-do-delnet/local-glob-1-o-desenvolvimento-local-hoje-desafios-do-local-perante-um-mundo-globalizado>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

VITORINO, Nivaldo. *Maquete das Missões Jesuítas*. Corumbá, 2008. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Foto 02.

_____. *Diorama de uma cena da vida dos índios Bororo*. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Figura 3.

_____. *Imagen aérea da parte baixa da cidade*. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Foto 8.

_____. *Maquete do Forte Coimbra exposta no Museu de História do Pantanal/Corumbá*. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Foto 3.

_____. *Maquete da 1ª Força expedicionária em defesa de terras pantaneiras*. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Foto 4.

_____. *Sala dos Pantanais do MUHPAN*. Disponível em: <<http://muhpan.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 set. 2008. Foto 19.

WERTHEIN, Jorge. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, p, 236, 2003. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/politicasculturais>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

WIKIPÉDIA - A ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Dados da história de Corumbá*. 2008. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Corumb%C3%A1#Dadosdahist.C3.B3ria>>. Acesso em: 20 set. 2007.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção Turismo Contexto).

ZERLOTTI, Patrícia. *Impactos dos pólos minerossiderúrgico e de gás-químico em Corumbá/MS*. Rede Brasileira de Pesquisa Ambiental. Dados apresentados na oficina da Articulação Siderurgia realizada no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 26 de junho de 2008.